



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 48

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÕES CONJUNTAS

DESTINADAS A APRECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dia 28 de abril:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir no Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da «Usina Coaraci Nunes»;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira;

Dia 10 de maio:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968 e dá outras providências;

Dias 11 e 12 de maio:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior;

Dia 13 de maio:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-B-65 na Câmara e nº 27-65 no Senado, que regulamenta o pagamento referente à cota de que trata o art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências;

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada;

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-B-65 na Câmara e nº 221-65 no Senado, que dispõe sobre novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências;

Dia 17 de maio:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas tolhas de salário e dá outras providências;

Dia 21 de maio:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências;

Dia 25 de maio:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.019-B-65 na Câmara e nº 140-65 no Senado, que prorroga por 1 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640 de 10 de outubro de 1955, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos;

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 504-C-63 na Câmara e nº 3-66 no Senado, que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais e dá outras providências;

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedr. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64, na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199 de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação, sem prejuízo da matéria para ela já programada, dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedr. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial (veto total);

— ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64 na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências (veto total).

Senado Federal 1º de abril de 1966. — Auro Moura Andrade

SESSÃO CONJUNTA

Em 28 de abril de 1966, às 10 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3, de 1966 (C.N.), de iniciativa da Presidente da República, que altera a redação dos arts. 156, § 1º item II, 172 (caput) e 175 e acrescenta um parágrafo ao art. 173 do Decreto-lei nº 7.661, de 25 de junho de 1945 (Lei de Falências).

SESSÃO CONJUNTA

Em 28 de abril de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1 — ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e número 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal (veto total);
- 2 — ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da «Usina Coaraci Nunes», no Território do Amapá (veto parcial);
- 3 — ao Projeto de Lei nº 3.272-B-65 na Câmara e número 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará o seguro de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira e dá outras providências (veto parcial).

—ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria vetada
1	1º	Totalidade do projeto.
2	2º	Art. 3º
3	3º	Art. 2º
5	3º	Art. 4º
4	3º	Art. 3º

PARECER
Nº 4, de 1966

PROJETO DE LEI Nº 3, DE 1966
(CN)

Altera a redação dos artigos 158, § 1º, item II, 172 (caput) e 175, e acrescenta um parágrafo ao artigo 173 do Decreto-lei nº 7.661, de 25 de junho de 1945 (Lei de Falências).

PARECER DO RELATOR: DEPUTADO HERBERT LEVY

Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão Especial:

Através da Mensagem nº 3, de 1966, o Poder Executivo submeteu ao Congresso projeto de lei que altera dispositivos da Lei de Falências, considerando os inconvenientes que esse diploma legal vem demonstrando na prática, no que se refere às concordatas em detrimento dos legítimos interesses dos credores.

Entre as várias medidas propostas pelo Executivo encontra-se a de aplicar-se a correção monetária nos créditos homologados nas concordatas. Com isso seriam evitadas as vantagens que os devedores vêm auferindo à custa dos credores, através das manobras protelatórias atualmente possíveis e as quais, por seu turno, a nova legislação proposta procura impedir.

Trata-se de providência bastante controvertida, não faltando os que afirmem ser essa uma exigência impeditiva da sobrevivência do devedor, levando-o, em fase inflacionária, inevitavelmente à falência.

Das vinte e uma emendas oferecidas pelos senhores senadores e deputados, seis visam suprimir o critério da correção monetária. A emenda número 3 propõe um critério que protege efetivamente o interesse dos credores, sem os inconvenientes da correção monetária, merecendo, por isso, a preferência do relator com as alterações que propõe à Comissão. Trata-se de elevar sensivelmente as percentagens de pagamento, à medida que o prazo se estende, "pari-passu" com a obrigação do pagamento dos juros legais de 12 por cento ao ano.

Essa é a alteração mais substancial à mensagem aceita pelo relator. As outras modificações, várias das quais por iniciativa deste, visam aperfeiçoar o projeto, dando-lhe melhor sistemática e corrigindo sua redação, ou contemplando aspectos não considerados na mensagem governamental.

Feita esta rápida introdução, passa o relator à apreciação das emendas.

Nº 1 — Deputado Euclides Wicar

Justifica-se a alteração proposta na redação. — Aprovada.

Nº 2 — Senador Bezerra Neto

Propõe dispensa de exigências quando o passivo for inferior a vinte milhões de cruzeiros para o comerciante individual. — Aprovada, com modificações. Ao início de correção monetária de 115 para 945 teríamos Cr\$ 5.750.000. Com salários-mínimos são no momento Cr\$ 8.400.000 e a mudança assegura reajuste automático.

Nº 3 — Senador José Ermírio

Propõe novo critério para pagamentos à vista e a prazo, nas concordatas, para assegurar maior compensação aos credores sem o recurso à correção monetária. — Aprovada, com modificações.

Nº 4 — Senador Jefferson de Aguiar

Parcialmente aproveitada na redação da emenda nº 3 (prevê a hipótese do pagamento à vista) e no conjunto prejudicada por esta. — Rejeitada.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50,
Ano	Cr\$	96
Exterior		
Ano	Cr\$	134

FUNCIONARIOS

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	39
Ano	Cr\$	76,
Exterior		
Ano	Cr\$	108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Nº 5 — Senador José Ermírio

Melhora a fiscalização das contas dos concordatários por parte dos credores. — Aprovada.

Ns. 6 e 7 — Senadores Jefferson de Aguiar e Bezerra Neto

Determinam o processamento sumário da falência quando o passivo for inferior a vinte e a cinquenta milhões de cruzeiros, respectivamente. — Aprovada com o limite de cem vezes o maior salário-mínimo vigente.

Nº 8 — Senador Bezerra Neto

Atualiza o nível de honorários a serem pagos aos peritos. — Aprovada, com modificações.

Nº 9 — Dep. Cunha Bueno

Pretende disciplinar o tratamento de créditos em moeda estrangeira. A matéria é estranha à Lei de Falências e diz respeito à Autoridade Monetária. — Rejeitada.

Nº 10 — Dep. Vieira de Melo

Prejudicada ao substituir-se o critério da correção monetária. — Rejeitada.

Nº 11 — Senador Gouveia Vieira

Prejudicada, do mesmo modo que a anterior. — Rejeitada.

Nº 12 — Senador Gouveia Vieira

Prejudicada, idem. — Rejeitada.

Nº 13 — Senador Bezerra Neto

Prejudicada, idem. — Rejeitada.

Nº 14 — Dep. José Menck

Emenda de redação. — Rejeitada.

Nº 15 — Senador José Ermírio

Prejudicada com a aprovação da emenda nº 3. — Rejeitada.

Nº 16 — Senador Bezerra Neto

Prejudicada, idem. — Rejeitada.

Nº 17 — Senador Jefferson de Aguiar

Prejudicada, idem. — Rejeitada.

Nº 18 — Senador Gouveia Vieira
Prejudicada, idem. — Rejeitada.

Nº 19 — Senador Jefferson de Aguiar
Altera a redação do art. 4º. Todavia, este resolveu bem a matéria. Trata-se exclusivamente da fixação do prazo do pagamento. Rejeitada.

Nº 20 — Senador Antônio Carlos

Prejudicada com a aprovação do critério estabelecido na emenda nº 3. Rejeitada.

Nº 21 — Senador Jefferson de Aguiar

Propõe a correção monetária, quando a concordata preventiva é indeferida e no caso de falência fraudulenta.

Em que pese a boa intenção da emenda, a sanção deve ser de outra natureza, até a prisão, no caso da falência fraudulenta. Rejeitada.

Em decorrência das emendas aprovadas e modificações da iniciativa do relator, oferece este o seguinte

SUBSTITUTIVO A O PROJETO CONTIDO NA MENSAGEM Nº 3 DE 1966

Altera a redação dos artigos 141, caput, 158 § 1º incisos I e II, 163, 169, inciso IV, 172, caput, 173, 175, 200, caput, e 212, incisos I e II, do Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 141, caput, 158, § 1º, incisos I e II, 163, 169, inciso IV, 172, caput, 173, 175, 200, caput, e 212, incisos I e II, do Decreto-lei número 7.661, de 21 de junho de 1945, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 141. O devedor que exerce individualmente o comércio é dispensado dos requisitos de ns. I e II do artigo antecedente, se o seu passivo

quirográfico for inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País."

"Art. 156.
§ 1º

I — 45%, se for à vista;
II — 60%, 75%, 90% ou 100%, se

a prazo, respectivamente, de 6 (seis), 12 (doze), 18 (dezoito) ou 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser pagos, pelo menos, 2/5 (dois quintos) no primeiro ano, nas duas últimas hipóteses."

Art. 163. O despacho que manda processar a concordata preventiva determina o vencimento antecipado de todos os créditos sujeitos aos seus efeitos.

Parágrafo único. No processo de concordata preventiva, os créditos legalmente habilitados vencerão juros taxa de 12% (doze por cento) ao ano, até o seu pagamento ou depósito em juízo."

"Art. 169.
I —
II —
III —
IV — Fiscalizar o procedimento do

devedor na administração dos seus haveres, enquanto se processa a concordata, visando, até o dia 10 (dez) de cada mês, seguinte ao vencido, conta demonstrativa, apresentada pelo concordatário, que especifique com clareza a receita e a despesa; a conta rubricada pelo juiz, será junta ao autos."

"Art. 172. O devedor, que requer concordata preventiva, deve consentir sob pena de sequestro, que seus credores, com a antecedência precisa, por si ou por contadores legalmente habilitados, lhe examinem os livros e papéis e extraiam os apontamentos e as cópias que entenderem."

"Art. 173. A verificação dos créditos será feita com observância do disposto na Seção 1ª do Título VII.

§ 1º — Concluídos os autos, nos termos do art. 92, o juiz, no prazo de cinco dias, julgará os créditos e as impugnações, à vista das provas apresentadas pelas partes e das que houver determinado.

§ 2º — Não caberá recurso da decisão, mas os interessados poderão propor ação de revisão, que correrá em separado, sem prejuízo do curso do processo da concordata."

"Art. 175. O prazo para o cumprimento da concordata inicia-se na data do pedido do ingresso em juízo.

Parágrafo único. O devedor, sob pena de decretação de falência, deverá:

I — depositar, em juízo, as quantias correspondentes às prestações que se vencerem antes da sentença que conceder a concordata, até o dia imediato ao dos respectivos vencimentos, se a concordata for a prazo; se à vista, as quantias correspondentes à porcentagem devida aos credores quirográficos, dentro dos trinta dias seguintes à data do ingresso do pedido em juízo;

II — pagar as custas e despesas do processo e a remuneração devida ao comissário, dentro dos trinta dias seguintes à data em que for proferida a sentença de concessão da concordata."

"Art. 200. A falência cujo passivo for inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País será processada sumariamente, na forma do disposto nos parágrafos seguintes."

"Art. 212.
1 — o perito designado pelo síndico (art. 63, n.º V) perceberá, por todos os serviços que prestar, o salário que for arbitrado pelo juiz, até o máximo de 2 (duas) vezes o salário-mínimo vigente na região; tratando-se de trabalho excepcional, o síndico poderá, se a massa comportar e o juiz auto-

fixar, ajustar o salário do perito além daquele máximo;

II — os peritos nomeados para a verificação de contas de que trata o art. 1.º, § 1.º, perceberão o salário máximo de valor igual à metade do salário-mínimo vigente na região”;

Art. 1.º Nas concordatas preventivas, o curso do prazo para pagamentos e ainda não iniciado, se contará a partir da data de publicação desta lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de abril de 1966. — Manoel Villaga, Presidente. — Herbert Levy, Relator.

Subemenda nº 1, ao substitutivo do relator

O art. 172 passa a ter a seguinte redação:

Art. 172. O devedor, que recorrer concordata preventiva, deve consentir, sob pena de sequestro, que seus credores, por si ou por seus contadores legalmente habilitados, lhe examinem os livros e papéis e extraiam os apontamentos e as cópias que entenderem, nos prazos e pela forma que forem estabelecidas pelo juiz.

Sala das Comissões, em 26-4-66. — Dep. Herbert Levy.

Subemenda nº 2, ao substitutivo do relator

Inclua-se o seguinte artigo:

Artigo. — Nos procedimentos judiciais de qualquer espécie, quando o juiz apurar que o devedor agiu com dolo, fraude, violência ou simulação, para protelar ou evitar o pagamento dos seus débitos, estes serão atualizados em função das variações do poder aquisitivo da moeda.

Parágrafo único — A atualização se processará nas mesmas bases e condições previstas para o reajuste do valor das obrigações do Tesouro Nacional.

Salas das Comissões, 26-4-66. — Dep. Herbert Levy.

Da Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o projeto de lei nº 3, de 1966 (CN), que altera a redação dos arts. 156, § 1.º, item II, 172 (caput) e 175, e acrescenta um parágrafo ao art. 173 do Decreto-lei nº 7.661, de 25 de junho de 1945 (Lei de falências).

Relator: Deputado Herbert Levy.

A Comissão Mista oferece, em anexo, o substitutivo ao projeto de lei nº 3, de 1966 (CN), que altera a redação dos arts. 156, § 1.º, item II, 172 (caput) e 175, e acrescenta um parágrafo ao art. 173 do Decreto-lei nº 7.661, de 25 de junho de 1945 (Lei de Falências).

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1966. — Manuel Villaga, Presidente. — Herbert Levy, Relator. — Jorge Kalume. — José Rollemberg Leite. — Josaphat Marinho. — Raul Guisbert. — Edmundo Levi. — Daniel Faraco. — Domicio Godim. — Dylton Costa. — Adolpho Franco. — Antônio Carlos. — Ormeo Botelho. — Ulysses Guimarães, com restrições.

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO

Altera a redação dos artigos 156, § 1.º item II, 172 (caput) e 175 e acrescenta um parágrafo ao artigo 173 do Decreto-lei nº 7.661 de 25 de junho de 1945 (Lei de Falências).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os artigos 141, caput, 156 § 1.º, incisos I e II, 163, 169, inciso IV, 172, caput, 173, 175, 200, caput, e 212, incisos I e II, do Decreto-lei nº 7.661,

de 21 de junho de 1945, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 141. O devedor que exerce individualmente o comércio é dispensado dos requisitos de ns. I e II do artigo antecedente se o seu passivo quirografário for inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País”.

“Art. 156.
§ 1.º

I — 50%, se for à vista;
II — 60%, 75%, 90% ou 100%, se a prazo, respectivamente, de 6 (seis) 12 (doze) 18 (dezoito) ou 24 (vinte e quatro) meses, devendo ser pagos, pelo menos, 2/3 (dois quintos) no primeiro ano, nas duas últimas hipóteses”.

“Art. 163. O despacho que manda processar a concordata preventiva determina o vencimento antecipado de todos os créditos sujeitos aos seus efeitos.

Parágrafo único. No processo de concordata preventiva, os créditos legalmente habilitados vencerão juros à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, até o seu pagamento ou depósito em juízo”.

“Art. 169.

I —
II —
III —

IV — Fiscalizar o procedimento do devedor na administração dos seus haveres, enquanto se processa a concordata, visando, até o dia 10 (dez) de cada mês, seguinte ao vencido, conta demonstrativa, apresentada pelo concordatário, que especifique com clareza a receita e a despesa; a conta, rubricada pelo juiz, será junta aos autos”.

“Art. 172. O devedor, que recorrer concordata preventiva, deve consentir, sob pena de sequestro, que seus credores, por si ou por seus contadores legalmente habilitados, lhe examinem os livros e papéis e extraiam os apontamentos e as cópias que entenderem nos prazos e pela forma que forem estabelecidos pelo juiz”.

“Art. 173. A verificação dos créditos será feita com observância do disposto na Seção 1.ª do Título VI.

§ 1.º Conclusos os autos, nos termos do art. 92, o juiz, no prazo de cinco dias, julgará os créditos e as impugnações, à vista das provas apresentadas pelas partes e das que houver determinado.

§ 2.º Não caberá recurso da decisão, mas os interessados poderão propor ação de revisão, que correrá em separado, sem prejuízo do curso do processo da concordata”.

“Art. 175. O prazo para o cumprimento da concordata inicia-se na data do pedido de ingresso em juízo.

Parágrafo único. O devedor, sob pena de decretação de falência, deverá:

I — depositar, em juízo, as quantias correspondentes às prestações que se vencerem antes da sentença que conceder a concordata, até o dia imediato ao dos respectivos vencimentos, se a concordata for a prazo; se à vista, as quantias correspondentes à porcentagem devida aos credores quirografários, dentro dos trinta dias seguintes à data do ingresso do pedido em juízo;

II — pagar as custas e despesas do processo e a remuneração devida ao comissário, dentro dos trinta dias seguintes à data em que for proferida a sentença de concessão da concordata”.

“Art. 200. A falência cujo passivo for inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País será processada sumariamente, na forma do disposto nos parágrafos seguintes”.

“Art. 212.
I — o perito designado pelo ajuizado (art. 63, nº V) perceberá, por todos os serviços que prestar, o salário que for arbitrado pelo juiz, até o máximo de 2 (duas) vezes o salário-mínimo vigente na região; tratando-se de trabalho excepcional, o síndico poderá, se a massa comportar e o juiz autorizar, ajustar o salário do perito além daquele máximo;

II — os peritos nomeados para a verificação de contas de que trata o art. 1.º, § 1.º, perceberão o salário máximo de valor igual à metade do salário-mínimo vigente na região”.

Art. 2.º Nas concordatas preventivas, o curso do prazo para pagamento, se ainda não iniciado, se contará a partir da data de publicação desta lei.

Art. 3.º Nos procedimentos judiciais de qualquer espécie, quando o juiz apurar que o devedor agiu com dolo, fraude, violência ou simulação, para protelar ou evitar o pagamento dos seus débitos, estes serão atualizados em função das variações do poder aquisitivo da moeda.

Parágrafo único. A atualização se processará nas mesmas bases e condições previstas para o reajuste do valor das obrigações do Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO

Nº 1

Ao Projeto de Lei nº 3, de 1966 (CN) “Altera a Lei de Falências”

Redija-se assim o artigo 1.º:

Art. 1.º Os artigos 156, § 1.º, item I, 172, “caput”, 173 e acrescentado um parágrafo único e o 175 do Decreto-lei nº 7.661, de 25 de junho de 1945, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 156.
§ 1.º

II — 60%, se for o prazo, o qual não poderá exceder de dois (2) anos, a contar da data do ingresso do pedido de concordata, devendo ser pagos pelo menos dois (2) quintos no primeiro ano”.

“Art. 172. O devedor, que requerer concordata preventiva, deve consentir, sob pena de sequestro, que seus credores, com a antecedência precisa por si ou por contadores legalmente habilitados, lhe examinem os livros e papéis e extraiam os apontamentos e as cópias que entenderem”.

“Art. 173.
Parágrafo único. Nas concordatas preventivas desde que observado o disposto no artigo 92, item I, deste decreto-lei, o juiz julgará, desde logo e sem recurso, as impugnações, à vista das provas constantes dos autos ou das que, de plano, houver determinado, ressalvada aos interessados, sem

prejuízo do curso do processo, ação de revisão, que correrá em separado”.

“Art. 175. Dentro de trinta (30) dias contados da data em que for homologada a concordata, deverá o concordatário, sob pena de declaração de falência, pagar as custas e despesas do processo e a remuneração devida ao comissário, exibindo, se a concordata for à vista, a quitação dada pelos credores quirografários, e, se for a prazo, a das prestações vencidas entre as datas do requerimento e da homologação.

Parágrafo único. Se, até a data do primeiro vencimento, não houver sido proferido o despacho de demissão, o concordatário deverá depositar, em juízo, a cota correspondente e exibir o recibo de depósito”.

Justificação

Trata-se de emenda redacional.

Houve um lapso do Governo em omitir no artigo 1.º, a inclusão do parágrafo único ao art. 173, do Decreto-lei nº 7.661, de 25-6-45, constante do artigo 2.º do projeto.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1966. — Deputado Euclides Wicar Pessoa.

Nº 2

Inclua-se na relação do Art. 1.º:

“Art. 141. O devedor que exerce individualmente o comércio é dispensado dos requisitos de ns. I e II do artigo antecedente, se o seu passivo quirografário for inferior a Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros)”.

Justificação

O vigente e impraticável art. 141, da lei de falências, no seu caput, no processo de concordata estabelece que o devedor que exerce individualmente o comércio é dispensado dos requisitos enumerados nos ns. I e II do artigo 40, se o seu passivo quirografário for inferior a Cr\$ 50.000. —

Esses requisitos são:

a) falta de arquivamento, registro ou inscrição no registro do comércio dos documentos e livros indispensáveis ao exercício legal do comércio;

b) haver deixado o devedor de requerer a falência no prazo de trinta dias do vencimento da dívida.

Sob pena de ser dispositivo morto, como vem sendo, a emenda eleva o teto de cinquenta mil cruzeiros para vinte milhões de cruzeiros. Talvez seja ainda modesto o limite proposto, pois, ultimamente, não vemos concordata que não passe substancialmente da barreira dos dez milhões...

O índice proposto não obedeceu ao cálculo da correção monetária, nas suas regras, mas é razoável. Temos projeto de lei, de nossa autoria, no Senado, sobre a espécie, e atendemos a entre muitas, à observação de um tratadista: “Está certa a excessão. Hoje, porém, ante a inflação assustadora, perdeu praticamente significação esse dispositivo, por inexistirem quase comerciantes que efetivamente negociam e cujo passivo não supere acima de Cr\$ 50.000. Para atingir a finalidade que o ditou, deve-se aumentar esse valor na proporção da percentagem da desvalorização havida entre 1945, data do advento da Lei de Quiebras, e a atualidade. É matéria da exclusiva competência do Legislativo. Enquanto não sofrer modificação, continuaremos obedecendo à lei”. (Elias Bedram, Falências e Concordatas no Direito Brasileiro, 621-v). Sala das Comissões, em 16 de abril de 1966. — Senador Vicente Bezerra Neto.

N.º 3

Emenda Substitutiva

Art. O artigo 156, § 1.º do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945, passa a ter a seguinte redação:

Art. 156.

§ 1.º O devedor, no seu pedido deve oferecer aos credores quirografários, por saldo de seus créditos, o pagamento mínimo de:

I — 50%, se for à vista;

II — 60%, se for para pagamento no prazo de seis meses; 80% no prazo de um ano, devendo ser pagos 40% em seis meses; 100%, no prazo de dois anos, em 4 pagamentos semestrais de 25% cada um, contando-se o prazo, em qualquer hipótese, da data do ingresso do pedido de concordata".

Justificação

A emenda propõe a elevação das percentagens mínimas admissíveis no pedido de concordata preventiva, fixando-as em função dos prazos propostos para pagamento.

Uma vez que não seja acolhida a sugestão, constante do projeto da instituição da correção monetária para liquidação dos débitos nos processos de concordata, afigura-se-nos que a solução aconselhável para compensar a eventual desvalorização da moeda no curso do processo está em exigir pagamentos mínimos proporcionais ao prazo oferecido pelo devedor para resgate de seus débitos.

A elevação da percentagem mínima de pagamento aos credores quirografários para 50% à vista e 70% a prazo e, aliás, preconizada pelo Projeto número 2.861-65, do Deputado Costa Lima.

Senador José Ermirio.

N.º 4

Os ns. I e II do § 1.º do art. 156 do Decreto-lei n.º 7.661, de 25 de junho de 1945, passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 156.

§ 1.º

I — 50%, se for à vista, cujo pagamento será efetuado pelo concordatário, com a assistência do comissário, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a partir da data da decisão que julgar habilitados os créditos.

II — 80%, se for a termo, no prazo improrrogável de 2 (dois) anos, a partir da data da apresentação e registro da petição inicial em Juízo, os quais serão pagos em prestações, não podendo ser inferiores a 2/5 (dois quintos), no primeiro ano.

Justificação

A emenda procura fixar o prazo para o pagamento à vista, determinando, também, seu termo inicial, que será a decisão judicial que reconhecer a legitimidade dos créditos habilitados no processo de concordata preventiva (n.º I do § 1.º do art. 156), e altera o percentual oferecido, na conjuntura atual, de desvalorização da moeda. Modifica igualmente a redação do n.º II do § 1.º do art. 156, tornando mais claro o texto, mas com o mesmo propósito do projeto: — eliminar a procrastinação do processo para beneficiar o concordatário em detrimento dos legítimos interesses e direitos dos credores.

Sala das Comissões, 17 de abril de 1966. — Senador Jefferson de Aguiar.

N.º 5

Emenda Aditiva

O art. 169, item IV, do Decreto-lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945, passa a ter a seguinte redação:

Art. 169. Ao comissário incumbe:

IV — Fiscalizar o procedimento do devedor na administração dos seus haveres, enquanto se processa a concordata, visando, até o dia 10 (dez) de cada mês, seguinte ao vencido, conta demonstrativa apresentada pelo concordatário que especifique com clareza a receita e despesa; a conta, rubricada pelo Juiz, será junta aos Autos".

Justificação

E' da essência do instituto da concordata preventiva a conservação do concordatário na administração dos seus bens, sob fiscalização do comissário, que deve agir no interesse do conjunto de credores, sob pena de destituição.

Para maior eficiência da fiscalização, contudo, deve exigir-se do devedor o levantamento e exibição de balancetes mensais, que especifiquem devidamente a receita e a despesa do mês, e que, pisados pelo comissário e rubricados pelo Juiz, serão juntos aos autos. — Senador José Ermirio.

N.º 6

Inclua-se no art. 1.º do projeto a alteração do art. 200 (caput) do Decreto-lei n.º 7.661, nestes termos:

Art. 200. A falência, cujo passivo for inferior a Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros), será processada sumariamente, na forma do disposto dos parágrafos seguintes:

Justificação

O art. 200 fixa em cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000) o valor do passivo do falido ou concordatário para a instauração do processo sumário, tornando-se, assim, inaplicável, na época atual de surto inflacionário.

A emenda fixa em Cr\$ 20.000.000 o valor para a aplicação do art. 200.

Brasília, 17 de abril de 1966. — Senador Jefferson de Aguiar.

N.º 7

Inclua-se no art. 1.º:

Art. 200. A falência, cujo passivo for inferior a Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros), será processada sumariamente, na forma do disposto nos parágrafos seguintes".

Justificação

A lei atual confere o rito sumário aos processos de falência cujo passivo for inferior a cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 50.000).

E' dispositivo morto, impraticável a realidade.

A emenda sugere sua atualização, levando os casos correspondentes a processo mais rápido e mais simples, previsto em lei.

Sala das Comissões, 16 de abril de 1966. — Senador Bezerra Neto.

N.º 8

Inclua-se no art. 1.º

Art. 212.

I — O perito designado pelo síndico (art. 63, n.º V) perceberá, por todos os serviços que prestar, salário que for arbitrado pelo juiz, até o máximo de Cr\$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros); tratando-se de trabalho excepcional, o síndico poderá, se a massa falida comportar e o juiz au-

torizar, ajustar o salário do perito além daquele máximo;

II — os peritos nomeados para a verificação de que trata o art. 1.º, § 1.º, perceberão o salário máximo de Cr\$ 50.000 (cinquenta mil cruzeiros) para cada um; e se tratar de trabalho excepcional poderá o síndico alterar a fixação pela forma prevista na parte *in fine* do item I deste artigo.

Justificação

A lei vigente, mas não respeitada datada de 1945 fixará no teto de *hum mil cruzeiros* os honorários dos serviços prestados pelo perito contador, contratado pelo síndico com ciência do juiz, para proceder ao exame da escrituração do falido (art. 63, V). Na execução da lei os juizes não obedecem mais a esse limite, nem poderiam fazê-lo. Elevamos o índice da barreira, o mesmo fazendo com relação ao salário dos peritos nomeados para a verificação das contas de que trata o art. 1.º, § 1.º, ou sejam as contas iniciais apresentadas para o processo falimentar. A atual lei de quebras fixava, desde 1945, esses salários em cento e cinquenta cruzeiros.

A emenda ressalva o prudente arbítrio do juiz para os casos excepcionais e as fixações têm o caráter do teto.

Sala das Comissões, em abril de 1966. — Senador Vicente Bezerra Neto.

N.º 9

Dê-se ao artigo 213 do Decreto-lei número 7.661, de 21 de junho de 1945, a seguinte redação:

Art. 213 — Os créditos em moeda estrangeira serão convertidos para a do país, pelo câmbio oficial do dia em que for declarada a falência ou homologada a concordata preventiva, atualizando-se a importância apurada em cruzeiros a partir da data da declaração ou da homologação para a época do pagamento.

§ 1.º A atualização a que se refere este artigo processar-se-á nas mesmas bases e condições para o reajuste do valor das obrigações do Tesouro Nacional.

§ 2.º — Caso o crédito em moeda estrangeira se refira a câmbio comprado por importador brasileiro para o pagamento de mercadorias no exterior, a sentença que admitir o crédito servirá para o registro automático do capital estrangeiro, no Banco Central da República do Brasil, assegurando a remessa do crédito para o seu titular no estrangeiro.

Sala das Sessões, 18 de abril de 1966. — Cunha Bueno, Deputado.

Justificativa

Atualmente, o artigo 213 da Lei de Falências tem a seguinte redação:

"Artigo 213 — Os créditos em moeda estrangeira serão convertidos em moeda do país, pelo câmbio do dia em que for declarada a falência ou mandada processar a concordata preventiva e só pelo valor assim estabelecido serão consideradas para todos os efeitos desta lei."

Em consequência, suporta o titular do crédito em moeda estrangeira não só o prejuízo da falência ou da concordata de seu devedor, mas também o prejuízo do câmbio que pode vir a ser até maior do que o decorrente da falência ou da concordata preventiva.

Parece-nos, por isso, razoável e justo se elimine tal risco de prejuízo, respeitando-se, ao mesmo tempo, o controle do câmbio, exercido pelas autoridades brasileiras: no dia do pagamento do crédito, toma-se por base a moeda estrangeira, convertendo-a, porém, em cruzeiros à taxa oficial.

Segundo a linha do projeto, é prevista no § 1.º a atualização do crédito

para a data do pagamento. O § 2.º, por sua vez, assegura o registro do capital estrangeiro para efeito de remessa ao exterior. Bastará a decisão judicial reconhecendo o crédito.

Não será demais lembrar que, em maio de 1964, houve em São Paulo pedido de concordata preventiva requerida pelo Banco Leônidas Moreira, o qual recebera de importadores brasileiros vultosas importâncias destinadas à aquisição de moeda estrangeira para pagamento de fornecedores do exterior. Não cabe indagar dos motivos que levaram o estabelecimento bancário a recorrer à medida extrema do pedido de concordata, mas o certo é que o não pagamento de credores no exterior, credores por venda de mercadorias legal e regularmente importadas, causou sério abalo ao crédito do próprio país, tanto assim que vários exportadores passaram a condicionar o envio de mercadorias para o Brasil ao prévio recebimento do preço, condição humilhante para a nossa reputação comercial. A emenda atenuará, sem dúvida, os efeitos desastrosos acima apontados, evitando, no futuro, a repetição da malfadada experiência.

Estamos, por isso, convencidos de que a sugestão merecerá o honroso apoio do Congresso. — Deputado Cunha Bueno.

N.º 10

Redija-se assim o artigo 3.º:

"Art. 3.º — Nos processos de concordata, nos acordos extrajudiciais para pagamento de débitos a qualquer título, nas ações de indenização por títulos lançados com ou sem infringência de leis ou regulamentos relativos à colocação de títulos no mercado regular ou irregular (paralelo), o valor nominal dos créditos para base de pagamento ou de indenização, será atualizado em função das variações do poder aquisitivo da moeda".

Justificação

Sob o número 3 (CN), transita, no Congresso, projeto de alteração da legislação de falências e concordatas, atualmente em vigor, proposto por mensagem presidencial, que veio acompanhada de elucidativa exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda, Professor Otávio Gouveia de Bulhões.

Da leitura dessa exposição, chega-se à convicção de que houve por bem o Governo tentar uma ação mais rigorosa contra os métodos anticomerciais, ultimamente usados, com frequência, por numerosos devedores despidos de escrúpulos morais, que aproveitam as falhas da antiga lei vigente, para esgueirar-se entre suas malhas, em prejuízo de seus legítimos credores.

Efetivamente, como bem frisa a exposição em apêço, não só a moralidade da Justiça, como o descaso dos credores, desesperançados de qualquer recebimento próximo, são como que convites para que os seus negociantes aproveitem os longos prazos em que permanecem à frente de seus negócios, para dilapidar seus patrimônios que, normalmente, deveriam ser atribuídos àqueles que, no passado, não tiveram dúvidas em conceder-lhes crédito.

O projeto apresenta modificações, especialmente com a aplicação da "correção monetária", as quais devem contribuir, amplamente, para evitar esse desproporcionado assalto à bolsa do comércio honesto.

Justamente há cerca de um ano, os círculos econômico-financeiros do País leram, com estardalhaço, a notícia de que uma importante companhia nacional, subsidiária de conhecido e reputado consórcio alienígena, se desvinculava de obrigações assumidas no chamado "mercado paralelo", sob ale-

ações as mais injustificáveis. Este "affair" chegou a merecer a atenta interferência do Governo Federal, através, inicialmente, da nomeação de uma comissão de inquérito e, posteriormente, da designação de um diplomata, para estudar com a firma estrangeira a melhor forma de defender os interesses dos investidores brasileiros. Apesar dessas medidas, que demonstram a saciedade o desejo do Governo brasileiro em acauvelar os empreendedores, em sua natural ansia de receber sem prejuízos, nove meses se passaram e só agora chega a proposta oficial, fruto de dois meses de negociações no estrangeiro. Esta proposta é imprecisa em seus termos mais importantes; é inviável, por prometer classificar os credores, como de "boa-fé" e de "má-fé", sem indicar, ao menos a quem caberia tal classificação; é inaceitável, porque pretende a firma estrangeira acionar, através da Justiça, os pretensos responsáveis pela emissão dos títulos, mas, para isso exige dos investidores brasileiros que lhe sirvam de testas-de-ferro, com certeza para emprestar ao processo o prestígio que perderam com a atitude assumida.

A nova lei deve impedir rigorosamente que fatos, como os que vimos descrever, se possam repetir, pois isso seria a pá de cal lançada no incipiente mercado brasileiro de capitais.

O objetivo da emenda é fechar mais essa porta aos exploradores da confiança popular.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1966. — Deputado Vieira de Melo.

Nº 11

Substitua-se o art. 3º pelo seguinte, eliminando-se o seu § 1º:

Art. 3º Nos processos de concordata, os créditos, legalmente habilitados, a partir da data do pedido da concordata, vencerão juros, ágio e comissões semelhantes aos empréstimos mais onerosos tomados pelo concordatário no último trimestre anterior ao pedido da concordata.

Justificação

A nossa legislação não prevê a correção monetária para as dividas civis ou comerciais.

Assim, a nosso ver, é inteiramente inaceitável a correção monetária dos débitos de concordatário, isto é, daquele já em situação financeira difícil. Por outro lado, não é justo que continue a prevalecer o princípio legal de que as dividas do concordatário não estão sujeitas ao pagamento de quaisquer juros, porque proporciona um enriquecimento ilícito e é um incentivo para o pedido de concordata, por parte de negociantes pouco escrupulosos.

A emenda visa corrigir a falha existente na lei, sem criar uma situação demasiadamente onerosa para o concordatário.

Esta emenda é apresentada, como alternativa, às emendas números... e..., na hipótese de nenhuma delas merecerem aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1966. — Senador Gouveia Vieira.

Nº 12

Substitua-se o art. 3º e o seu § 2º pelo seguinte:

Art. 3º — As obrigações em moeda nacional que não forem liquidadas nos respectivos vencimentos terão os seus valores atualizados, durante todo o período de mora no seu pagamento, mesmo em caso de falência ou concordata, em função das variações do poder aquisitivo da moeda.

§ 1º

§ 2º — O disposto neste artigo não se aplica às dividas vencidas antes da vigência desta lei.

Justificação

A nossa legislação não prevê a correção monetária para as dividas civis ou comerciais.

Assim, a nosso ver, é profundamente injusta a correção monetária, apenas, em débitos dos concordatários, isto é, daqueles cuja situação financeira já é difícil.

Portanto, se o desejo do legislador é impedir que o devedor venha a se beneficiar da sua mora, principalmente, levando-se em consideração que a longa cobrança de uma dívida, mesmo mediante a ação executiva, neste caso, é de elementar justiça que os princípios previstos no projeto governamental sejam estendidos a todos os devedores falidos.

Como a falência e a concordata tornam vencidas todas as dividas do falido e do concordatário, impõe-se, também, a alteração da redação do § 2º do artigo em questão.

Essa emenda é apresentada, como alternativa, às emendas números... e..., na hipótese de nenhuma delas merecerem aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de abril de 1966. — Senador Gouveia Vieira.

Nº 13

Inclua-se, em seguida ao art. 3º: "Art. ... A correção será efetuada pelo contador do fôro, por determinação do Juiz do julgamento do feito, e dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação da sentença, em audiência.

Parágrafo único. O prazo destinado aos cálculos de atualização monetária o interferirá nos prazos referentes aos demais recursos.

Art. ... Sob a forma de agiavo de instrumento o devedor poderá impugnar a correção se houver excesso de prazos no andamento do feito, atribuído à desídia do Juiz, de auxiliares da Justiça, de representante do Ministério Público ou da Fazenda Pública.

Parágrafo único. Julgada procedente a impugnação será deduzido da responsabilidade do devedor o valor correspondente, e aplicada ao falto a sanção prevista nos arts. 24 e 131 do Código de Processo Civil.

Art. ... Se houver recurso do credor para a Superior Instância e não tiver provimento, não se aplicará a favor do recorrente a atualização monetária do crédito, a partir da interposição do recurso não provido.

Justificação

É de lamentável laconismo o projeto, quando manda pura e simplesmente aplicar as normas de atualização monetária aos créditos... dados tal como o faz a lei que prevê reajuste das obrigações do Tesouro. Ora, trata-se de normas puramente fiscais, que não podem se transplantar sem mais indicações para uma lei judiciária civil. Temos, a propósito, de nossa autoria, em andamento no Senado, Projeto de Lei que leva as normas de correção monetária aos créditos de ação executiva (art. 298 do Código de Processo Civil), ação executiva fiscal e executiva de sentença por quantia certa.

Nesta emenda entendemos que, ingressando a correção na lei de falências, deve se apresentar com um instrumental adequado, embora modesto. Não podemos inculcar a desfavor do concordatário os efeitos da retificação do valor monetário, se ocorrer culpa, na mora, dos responsáveis pelo andamento do feito. Pensamos, entretanto, em somente dar ao devedor este direito de reclamo, se ele houver, do devido tempo, advertido juiz e demais responsáveis pelo andamento quanto à procrastinação. Mas isto seria fácil determinar no papel para contrariar a realidade. O devedor

não se animaria a provocar prevenção, desairar represálias...

Deva-se, também, observar que a correção monetária não é absoluta; o devedor tem também os seus direitos (art. 38, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 56.791, de 26 de agosto de 1965 e outros estatutos recentes).

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1966. — Senador Bezerra Neto.

Nº 14

No § 2º do art. 3º:

Onde se lê: "concedidas"

Leia-se: "homologadas".

Justificação

A emenda está em consonância com a exposição de motivos, do Senhor Ministro da Fazenda, quando diz:

"A atual lei de falência, Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945, dispõe, no art. 175, que o prazo para o cumprimento da concordata inicia-se na data de sentença que a concede. Esse preceito dá ensejo a que negociantes pouco escrupulosos, depois de requeridas as respectivas concordatas, e obtidos os correspondentes processamentos, comecem a trabalhar para que as mesmas não sejam homologadas com a brevidade que a lei aparentemente preconiza.

2. A consequência dessa anomalia é evidente: os concordatários, amparados pela inércia compulsória dos seus credores, realizam tranquilamente o seu ativo, inclusive recebendo o numerário correspondente aos seus créditos, negociam tranquilamente com os meios que lhes são proporcionados pelo patrimônio que lhes não pertence, enquanto os seus credores nada podem fazer. Trata-se, evidentemente, de um enriquecimento ilícito do devedor correspondente a um empobrecimento injusto do credor.

3. Essa prática malsã que, a princípio, constituía uma exceção, agora se tornou regra. Em consequência disso numerosas concordatas têm sido requeridas, proporcionando aos devedores bilhões de cruzeiros, que os mesmos movimentam, impunemente, com o sacrifício de seus credores. Cumpre alterar, tanto quanto possível, a atual lei em vigor, a fim de evitar a exacerbação desse mal".

Pelo exposto verifica-se que o desejo do Poder Executivo, ao encaminhar a presente mensagem, o fez no sentido de corrigir anomalias. A redação do projeto infelizmente não condiz com o espírito da Exposição de Motivos.

Trata-se de uma simples emenda de redação.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1966. — Deputado José Menck.

Nº 15

Emenda supressiva

Suprima-se do Projeto o art. 3º e seus §§, que prevê a correção monetária dos valores nominais dos créditos habilitados nos processos de concordata.

Justificação

O sistema adotado pelo Projeto, de fazer com que o vencimento das prestações seja contado a partir da data do requerimento da concordata, e não a partir daquela de sua homologação, já representa uma "correção de fato" no sentido da atualização do valor dos créditos.

Não acreditamos, por numerosas razões, que a introdução da correção monetária do total dos débitos do concordatário, seja a melhor solução.

Muitas das falhas apontadas no mal funcionamento do instituto da concordata são decorrentes do deficiente aparelhamento da própria Justiça, e não podem ser imputadas ao devedor.

Por outro lado, nem todo pedido de concordata reflete má fé do concordatário, pois muitos são aqueles que, por diversos motivos, fracassaram em seus empreendimentos e procuram, por esse meio, honrar, na medida do possível os seus compromissos, designio que talvez fosse obstado pela correção monetária, que acarretaria a elevação acentuada do montante da sua dívida.

Além disso, no caso das concordatas não se justifica a correção monetária, pois, além de tratar-se de período relativamente curto, o concordatário em regra está realmente em dificuldades financeiras que seriam agravadas, talvez de maneira insuportável, com a referida correção.

Sala das Comissões 19 de abril de 1966. — Senador Ermirio de Moraes.

Nº 16

Ao art. 3º suprima-se.

Justificação

Entendemos que o projeto alcança sua finalidade essencial, justa e moralizadora, com a nova redação que oferece ao inciso II, do § 1º, do artigo 156, da Lei de Falências.

Fulmina o expediente, clássico e notoriamente escandaloso, de se procrastinar o processo de concordata, para o prazo de plano pagamento ser contado a partir da homologação. Os fatos há muito clamavam por um parâmetro a essa distorção.

Quanto à correção monetária, incluída no débito da concordata, é como que uma contradição. A matéria deve ser adiada para uma reforma global e atualizadora da Lei de Falências.

Na hipótese de ser aprovada a atualização monetária, redigimos emenda para sua disciplinação, dado o laconismo do projeto na parte do processo judiciário.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1966. — Senador Vicente Bezerra Neto.

Nº 17

Suprima-se o art. 3º e parágrafos do Projeto.

Justificação

Impor-se a correção monetária nos processos de concordata preventiva constitui erro grave, que não pode prevalecer, eis que, com a atualização do débito, o concordatário iria irremediavelmente à falência.

Constitui *contraditio in adjecto* a medida preconizada no projeto, por isso que, se o comerciante não pode pagar o seu passivo e, em consequência, recorre à concordata para evitar a falência, e, pois, a insolvabilidade, a correção monetária, em regime inflacionário, do qual ele é vítima imediata e direta, constituiria a própria eliminação do Instituto preventivo do nosso direito comercial.

Vê-se que a inclusão do art. 3º e parágrafos no projeto decorre de equívoco evidente, de má apreciação da realidade ou de apressada manifestação dos elaboradores do projeto, no Ministério do Planejamento, *data venia*.

Demais disso, proibido o curso de ações judiciais ou a fluência de juros contra o concordatário, para que possa reabilitar-se com o pagamento do passivo, nos termos da proposta inicial, a atualização do débito tornaria imponderável e aleatório o adimplemento dos compromissos, por ato unilateral e por motivação que não poderia ser imposta ao comerciante.

E o retardamento dos processos não pode ser imputado ao concordatário, em regra, mas a subvencionários e Juizes, cuja condenação não se pleiteará.

Sala das Comissões, 14 de abril de 1966. — Senador Jefferson de Aguiar.

Nº 18

Suprima-se o art. 3º e seus parágrafos.

Justificativa

A nossa legislação não prevê a correção monetária para as dívidas civis ou comerciais.

Assim, a nosso ver, é inteiramente inaceitável a correção monetária dos débitos do concordatário, isto é, daquele já em situação financeira difícil.

O disposto no artigo limita-se, portanto, a estabelecer um ônus para o concordatário, que não existe para qualquer outro devedor em mora, o que além de profundamente injusto, dificultará enormemente a sua solvência, levando-o à falência.

Sobrevindo a falência, contraditoriamente as dívidas não mais estarão sujeitas à correção monetária, mesmo que o patrimônio do falido venha a exceder o seu passivo.

Em face do exposto, a nosso ver, impõe-se a supressão do dito artigo 3º e seus parágrafos.

Esta emenda é apresentada, como alternativa, às emendas números ... e ..., na hipótese de nenhuma delas merecerem aprovação.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1966. — Senador Goularte Vieira.

Nº 19

Dê-se a seguinte redação ao artigo 4º:

Art. 4º As disposições contidas nesta lei serão aplicadas aos processos pendentes de decisão definitiva.

Justificação

Parece que o texto do art. 4º procura regular norma de direito intertemporal, mandando aplicar a lei em elaboração aos processos em curso na Justiça.

Porém, em não atingindo o objetivo, determina heresia, que não pode convalescer. Com efeito, a norma se transforma em despacho judicial, determinando que os pagamentos se efetuem segundo termo inicial de prazo que a lei fixa, com a publicação.

E as concordatas ainda não requeridas ou que venham a ser requeridas nos próximos dois anos?... Ou as que tenham sido requeridas no dia da publicação da lei, por exemplo?... A regra do art. 4º é geral, imperativa, embora contenha a condicional "se ainda não iniciada".

O prazo se contará a partir da homologação da concordata pelo juiz competente e nunca por preceito de lei, data venia.

Brasília, 14 de abril de 1966. — Senador Jefferson de Aguiar.

Nº 20

Acrescente-se o seguinte artigo:

"Art. Nas ações de cobrança ou de indenização por títulos lançados no mercado financeiro, o valor nominal dos créditos, para base de pagamento ou de indenização, será atualizado por correção monetária, na forma do art. 3º".

Justificação

Na exposição de motivos do Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda que acompanha a Mensagem Presidencial anexa ao projeto de alteração da legislação falimentar, ressaltamos, Sr. Ex., que as modificações projetadas têm em mira obliterar, de modo frontal, a má fé e a falta de escrúpulos que têm se aproveitado da fraqueza da lei vigente para lesar seus credores.

Afirma a exposição, de modo conciso e vigoroso, que os concordatários, amparados pela morosidade processual e pela inércia compulsória de seus credores, negociam tranquilamente com os meios que lhes são proporcionados pelo patrimônio que lhes não pertence, enriquecendo ilícita-

mente à custa do empobrecimento injusto do credor.

Como corretivo dessa prática malsã, que já se tornou regra, oferece o projeto várias modificações ao status legal atual, culminando com a aplicação da correção monetária aos débitos sujeitos a concordata.

Salienta a bem fundamentada peça que o que se visa é, cessar os maiores abusos que

"... se tem conseguido implantar em nosso foro, de modo que a concordata se transformou em verdadeira indústria, dedicada ao enriquecimento ilícito dos que as requerem, pela eternidade das demandas, com prejuízo definitivo para os credores que jamais são satisfeitos devidamente, face à desvalorização da moeda e a privação indefinida da utilização do seu capital".

O quadro é perfeito. É, porém, incompleto.

Com efeito, não só atrás da indústria das concordatas intermináveis se escondem os inescrupulosos. Outras guardadas há para sua má fé.

É notório que a morosidade processual abrange outras — e quase todas — esferas da Justiça, e a lentidão na solução das pendências alcança ainda vários outros órgãos da administração pública e a própria iniciativa particular de credores e devedores. Das reuniões de gabinetes às assembleias das sociedades, dos escritórios de advocacia aos credores do Forum, das delegacias policiais aos órgãos de investigação, das repartições fiscais às gestões de política interna e até externa, prolongam-se as conversações, arrastam-se os entendimentos, antes mesmo do ajuizamento das questões. Depois, posta a lide em juízo, intermináveis incidentes processuais e até extra-judiciais se incumbem de impedir-lhe o desfecho.

Casos há, e a repetição já assusta, a encher as crônicas policiais e o noticiário dos jornais, de firmas que se negam — justa ou injustamente — a reconhecer suas dívidas com terceiros.

O famoso caso do "mercado paralelo" é exemplo marcante dessas negativas. Mais de uma firma das que operavam, regular ou irregularmente, no mercado financeiro, inclusive sociedades estrangeiras, vieram com "avisos" ou "declarações" ao público, em meio aos estouros, comunicando que, por esta ou aquela razão, não reconheciam a validade de seus títulos de crédito. Umas acabaram por requerer concordata, onde tentam impugnar alguns créditos. Outras apelaram para o escândalo policial e para o amedrontamento dos credores. Algumas desafiam os portadores de títulos de certas emissões, coagindo-os a não protestá-los ou executá-los, sob pena de medidas civis e criminais.

Umas terão razão: seus títulos podem ter sido roubados ou alienados sem o seu conhecimento. Outras não: usam apenas de expedientes protelatórios.

O único e oportuno meio de consagrar as atitudes corretas e punir as fraudulentas, é, exatamente, a correção monetária.

Estenda-se a atualização de valor para as firmas que não tenham requerido concordata e que discutam judicialmente o valor de seus títulos de crédito. As que ganharem as pendências, as que estiverem agindo de boa fé, nada sofrerão. As que, ao contrário, culminarem por pagar, compulsoriamente, os títulos impugnados, ou indenizarem seus portadores — isto é, que venham se comportando dolosamente — pagarão os valores corrigidos.

O objetivo desta emenda é estender os salutaros dispositivos do projeto aos casos referidos acima.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1966. — Senador Antônio Carlos Konder.

Nº 21

Acrescente-se o seguinte:

Art. Será obrigatória a correção monetária, com a atualização dos créditos legalmente habilitados, de acordo com os índices aprovados pelo Conselho Nacional de Economia ou de acordo com as bases e condições do reajustamento do valor das Obrigações do Tesouro Nacional, quando indeferido o pedido de concordata preventiva (arts. 162 e 176) e na falência fraudulenta.

Parágrafo único. A correção monetária será calculada pelo contador, que será homologado pelo juiz, em o prazo de 5 (cinco) dias, cabendo o agravo de instrumento da decisão (código do processo civil, art. 842).

Justificação

A correção monetária deve ser considerada sanção imposta ao concordatário de má fé e ao comerciante improbo.

A emenda ajusta o art. 3º do projeto ao entendimento que preconiza.

Sala das Comissões, 17 de abril de 1966. — Senador Jefferson de Aguiar

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao PLC 3-86 (nº 504-C-63, na Câmara), que "dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos, e das vinculadas a ajustes bilaterais, e das outras providências".

1ª REUNIÃO, RE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 1966.

As quatorze horas do dia vinte e seis de abril de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Miguel Couto, Sigefredo Pacheco e João Abrahão, e os Senhores Deputados Guilhermino de Oliveira, Ezequias Costa e Chagas Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1966 (PLC nº 3-86, na Câmara), que "dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos, e das vinculadas a ajustes bilaterais, e das outras providências".

Em obediência ao preceito regimental, assume a Presidência o Senhor Senador Miguel Couto que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, designando o Senhor Deputado Ezequias Costa para a função de Escrutinador. Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Sigefredo Pacheco 5 votos
Deputado Ezequias Costa .. 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Miguel Couto 5 votos
Senador João Abrahão 1 voto

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Deputado Ezequias Costa Relator da matéria precípua da Comissão Mista.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 1966.

As dezoito horas do dia vinte e seis de abril de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Sigefredo Pacheco, Presidente, presentes os Senhores Senadores Miguel Couto e João Abrahão e os Senhores Deputados Guilhermino de Oliveira, Ezequias Costa e Chagas Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1966 (PLC 504-C de 1963, na Casa de origem), que "dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos, e das vinculadas a ajustes bilaterais, e das outras providências".

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Costa que, na qualidade de Relator, lê considerações consubstanciadas em Relatório, circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões em que se fundamentou o Senhor Presidente da República para o uso de suas atribuições constitucionais, após seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina seja assinado o Relatório.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

RELATÓRIO

Nº 32, de 1966

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 504-C de 1963 (no Senado, nº 3, de 1966), que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos, e das vinculadas a ajustes bilaterais, e das outras providências.

Relator: Deputado Ezequias Costa.

No uso das atribuições que lhe conferem os artigos 70, parágrafo 1º e 87, II da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República negou sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 504-C de 1963, (no Senado nº 3 de 1966), que dispõe sobre a aplicação de verbas orçamentárias, em investimentos, e das outras providências, por considerá-lo contrário ao interesse público.

O PROJETO VETADO

E' o seguinte o projeto vetado: Art. 1º As verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos, e as vinculadas a contratos, acordos ou convênios, quando entregues ou à disposição dos respectivos setores administrativos, nos últimos 2 (dois) meses do exercício financeiro, serão pagas ou aplicadas, inclusive na parte referente ao custeio de mão-de-obra, até 30 (trinta) de junho do exercício seguinte.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere este artigo deverão ser depositados, em conta especial, no Banco do Brasil S. A., ou, à sua falta, na

Caixa Econômica Federal, ou estabelecimentos bancários oficiais, em nome do órgão a que forem consignados, ou do executor do ajuste, se houver.

Art. 2º A utilização dos créditos de que trata a presente Lei será feita de acordo com o plano de aplicação submetido à aprovação do respectivo Ministro de Estado.

Art. 3º Os executores de acordos, ou executores diretos dos planos de aplicação aprovados, poderão delegar suas atribuições a servidores federais, estaduais e municipais, efetivos ou idôneos, excetuando a movimentação das contas vinculadas a que se refere o parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

ORIGEM DO PROJETO

O projeto é originário da Câmara e da autoria do nobre Deputado Humberto Lucena.

AS RAZÕES DO VETO

São as seguintes as razões do veto:

"A proposição em causa revigora, para as dotações orçamentárias de que trata, o período adicional ao exercício financeiro, colidindo com a técnica de execução orçamentária e desfigurando o orçamento-programa. Além disso, há conflito com os princípios de "Restar a Pagar", característica fundamental do regime de competência, que vem por finalidade evidenciar as despesas efetivamente realizadas e os compromissos no exercício financeiro. A medida, também, confunde o cumprimento do disposto no § 4º do artigo 77 da Constituição Federal, que estabelece normas e prazos de prestação de contas pelo Presidente da República, com parecer e relatório prévio do Tribunal de Contas. Finalmente, o projeto contraria princípio já devidamente disciplinado nas leis que regulam a matéria, especialmente a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, quebrando a unidade do sistema estabelecido".

TEMPESTIVIDADE DO VETO

Foi observado pelo Senhor Presidente da República o decênio estabelecido no artigo 70, parágrafo 1º, da Constituição Federal.

Diante do exposto, cremos estar o Congresso Nacional habilitado a se pronunciar sobre o veto em questão, na forma estabelecida pela Constituição Federal.

Sala das Comissões em 26 de abril de 1966. — *Sigfredo Pacheco*, Presidente. — *Ezequias Costa*, Relator. — *Miguel Couto*. — *João Abrahão*. — *Guilhermino de Oliveira*. — *Chagas Rodrigues*.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao PLC 112 de 1965 (nº 2.257-B de 1964, na Câmara), que "autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de um terreno à Associação Rural de Pedro Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposições Agropecuária e Industrial".

1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 1966.

As quatorze horas do dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Feliciano, José Guimard e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Nicolau Tuma, Aécio Cunha e Renato Celidônio, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente

da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1965 (PLC 2.257-B de 1964, na Casa de origem) que "autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de um terreno à Associação Rural de Pedro Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposições Agropecuária e Industrial".

Em obediência ao preceito regimental, assume a Presidência o Senhor Senador Ruy Carneiro que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando o Senhor Deputado Renato Celidônio para a função de Escrutinador.

Encerrada que foi a votação, apurase o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador José Guimard 5 votos
Deputado Aécio Cunha 1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Aécio Cunha 5 votos
Senador José Feliciano 1 voto

O Senhor Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa Relator da matéria precípua da Comissão Mista, o Senhor Deputado Nicolau Tuma.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 1966.

As deztoito horas do dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Guimard, Presidente, José Feliciano, e Ruy Carneiro, sob a Presidência do Senhor José Guimard, e os Senhores Deputados Nicolau Tuma, Aécio Cunha e Renato Celidônio, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1965 (PLC 2.257-B de 1964, na Casa de origem) que "autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedro Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposições Agropecuária e Industrial".

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Nicolau Tuma que, na qualidade de Relator, faz considerações consubstanciadas em Relatório, circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões em que se fundamentou o Senhor Presidente da República a, no uso de suas atribuições constitucionais, após seu Veto ao processado em tela.

Em discussão, não havendo quem mais desejasse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente determina seja assinado o Relatório.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

RELATÓRIO

Nº 34, de 1966

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto total aposto pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1965 (nº 2.257-B de 1964, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de um terreno à Associação Rural de Pedro Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposições Agropecuária e Industrial.

Relator: Deputado Nicolau Tuma.

O Senhor Presidente da República usando da atribuição que lhe conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal vetou totalmente, por considerá-lo contrário ao interesse público, o Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1965.

TEMPESTIVIDADE DO VETO

Foi obedecido, no caso presente, o decênio prescrito pela Constituição Federal.

O PROJETO

O Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1965, é de autoria do Senhor Deputado João Hercúlio, e autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de um terreno, com área de 72.600 m² situado na Fazenda Regional de Criação, em Pedro Leopoldo, à Associação Rural do mesmo Município, para a construção do Parque de Exposições Agropecuária e Industrial.

E' o seguinte o texto do Projeto vetado pelo Presidente da República: "Art. 1º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a fazer doação, à Associação Rural de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, de um terreno, com área de 72.600 m², situado na Fazenda Regional de Criação.

Parágrafo único. O terreno, de que trata este artigo, se destinará à construção do Parque de Exposições Agropecuária e Industrial, da Associação Rural de Pedro Leopoldo e, no caso em que esta deixar de existir, ou ser dada a tal imóvel finalidade diversa da acima prevista, o mesmo reverterá

ao patrimônio do Ministério da Agricultura, independentemente de qualquer indenização pelas benfeitorias nele construídas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário".

A TRAMITAÇÃO

Tramitando normalmente na Câmara dos Deputados, o Projeto foi aprovado nos termos de um substitutivo oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça.

A proposição foi, a seguir, remetida ao exame do Senado onde recebeu duas emendas. A primeira, de redação à emenda e a segunda ao artigo 1º, caput. Aprovado nos termos dessas duas emendas, voltou o Projeto a novo exame pela Câmara dos Deputados e após aprovação pelo seu Plenário, foi enviado à sanção.

AS RAZÕES DO VETO

Justificando o seu veto total ao projeto, considerado contrário ao interesse público, o Senhor Presidente da República reputa inconveniente a doação das terras em questão por se tratar de terrenos ainda não incorporados ao Patrimônio da União.

Por outro lado, a área que se pretende ceder é parte de fazenda experimental mantida pelo Ministério da Agricultura, que vem, ali, realizando trabalhos de pesquisa pecuária, de grande interesse para a região.

O desmembramento determinado pelo Projeto, acarretaria, certamente, transtornos e retardamento no programa de desenvolvimento dos rebanhos de toda a região.

CONCLUSÕES

Diante do exposto, acreditamos estarem os Senhores Congressistas habilitados a bem julgar o veto total aposto pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1965.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1966. — *José Guimard*, Presidente. — *Nicolau Tuma*, Relator. — *José Feliciano*. — *Ruy Carneiro*. — *Aécio Cunha*. — *Renato Celidônio*.

SENADO FEDERAL

ATA DA 38ª SESSÃO, EM 27 DE ABRIL DE 1966

4ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE, GILBERTO MARINHO, E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Vivaldo Lima
Eugênio Barros
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermírio de Moraes
Silvestre Péricles
Aloysio de Carvalho
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Gilberto Marinho

Benedicto Valladares
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Adilso Franco
Antônio Carlos
Guido Mondin
Daniel Krieger

Gay da Fonseca — 22 —

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 22 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando

a revisão do Senado as seguintes proposições:

Projeto de Lei da Câmara Nº 88, de 1966

(Nº 3.462-B-66, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região o crédito suplementar de Cr\$ 16.156.000 destinado a atender a despesas com o pagamento de salário-família a que fazem jus os juizes e funcionários do referido Tribunal durante o corrente exercício.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 16.156.000 (dezesseis milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil cruzeiros), destinado a atender a despesas com o pagamento de salário-família a que fazem jus os juizes e funcionários do referido Tribunal durante o corrente exercício.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 89, de 1966

(Nº 1.851-B-62, NA ORIGEM)

Concede ampla isenção tributária à COCEA — Companhia Central de Abastecimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedida à Companhia Central de Abastecimento ampla isenção de impostos federais (anexas e demais contribuições, qualquer que seja a sua natureza), e forma de incidência, inclusive imposto de renda.

§ 1º A isenção referida abrange inclusive o imposto de consumo incidente sobre produtos adquiridos no mercado nacional ou estrangeiro para consumo próprio ou revenda, e se aplica também aos produtos porventura fabricados pela empresa.

§ 2º A isenção referida abrange inclusive o imposto de sêto que incide sobre atos ou instrumentos em que for parte a COCEA quando o imposto deva ser pago por essa Companhia.

§ 3º A isenção prevista nesta Lei não se aplica às importações de produtos adquiridos no estrangeiro, quando haja similares nacionais disponíveis.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

EXPEDIENTE RECEBIDO

Em 27 de abril de 1966

Comunicação de Eleição e Posse

— da Diretoria da Associação Piauiense de Doadores Voluntários de Sangue, Teresinha, PI;

— da Mesa da Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, AC;

— da Mesa da Câmara Municipal de Buenos Aires, PE;

— da Mesa da Câmara Municipal de Dom Aquino, MT;

— da Mesa da Câmara Municipal de Gurupi, GO;

— da Mesa da Câmara Municipal de Miracema do Norte, GO;

— do Chefe do Escalão Avançado do Gabinete do Ministro da Guerra;

— da Mesa da Câmara Municipal de Junqueirópolis, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Rio do Oeste, SC;

— da Diretoria da Liga da Defesa Nacional do Rio Grande do Sul, Pelotas, RS;

— da Mesa da Assembleia Legislativa de Porto Alegre.

Diversos Assuntos

— Manifestações a favor da estabilidade dos trabalhadores brasileiros;

— do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campina Grande, PB;

— da Câmara Municipal de S. Bernardo, SP;

— do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e de Brinquedos do Estado de São Paulo, SP;

— da Câmara Municipal de Santa Maria, RS;

— da Câmara Municipal de Atibaia, SP, solicitando apoio às reivindicações formuladas pelos trabalhadores aos IAPS;

— do Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano, MG, fazendo apelo no sentido da aprovação da verba para complementar ligação — Acesso BR-4 a Usiminas, Ipatinga, MG.

PARECERES

Parecer nº 300, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 1965 (nº 1.560-B-63, na Casa de origem), que cria o "Prêmio Nacional Adriano da Costa Ramalho", e dá outras providências.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O Sr. Deputado Newton Carneiro apresentou projeto de lei de deliberação da Câmara dos Deputados, criando o "Prêmio Nacional Adriano da Costa Ramalho", a ser concedido a pessoa física ou jurídica que mais tenha contribuído para a melhoria das relações entre o Brasil e Portugal.

O prêmio será de 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo regional correndo o pagamento por conta das dotações orçamentárias atribuídas ao Ministério das Relações Exteriores.

A concessão do prêmio dependerá de aprovação da Comissão, que o art. 3º prevê.

O projeto teve pareceres favoráveis das Comissões de Relações Exteriores, que apresentou emendas ao art. 3º, incluindo seu Presidente na Comissão que conferirá o prêmio (parecer número 113-66), e de Finanças (número 114-66), no Senado.

Na sessão de 16 de março, o Sr. Presidente determinou a tirada do projeto da Ordem do Dia, solicitando o pronunciamento desta Comissão a respeito da pertinência e aplicação do art. 5º do Ato Institucional ao art. 3º do projeto, que fixa em 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo o valor do prêmio criado pelo projeto.

A matéria foi apreciada e declinada pelas Comissões de Constituição e Justiça e Relações Exteriores da Câmara dos Deputados alterando-se a redação do art. 5º do projeto para atribuir à dotação global do Ministério das Relações Exteriores o encargo do pagamento do prêmio quando a se concedido a alguém que a ele fizesse jus.

Demais disso, a lei dependerá de regulamentação do Executivo (art. 6º), constituindo-se o projeto em mera autorização.

Pelo exposto, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei da Câmara nº 269-65.

Sala das Comissões 13 de abril de 1966. — Milton Campes Presidente — Jefferson de Aguiar Relator — Bezerra Neto — Gay da Fonseca — José Feliciano — Joaquim Marinho.

Parecer nº 301, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 66 de 1966 (nº 3.510-B-66, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelos Ministérios da Guerra e da Marinha os créditos especiais de Cr\$ 35.770.020 e Cr\$ 15.801.096, respectivamente destinados ao pagamento de vencimentos e gratificações a oficiais integrantes da Escola Superior de Guerra que, em 1962, visitou os Estados Unidos da América do Norte.

Relator: Sr. Victorino Freire.

O Presidente da República, na forma do artigo 67 da Constituição Federal, submeteu ao Congresso, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir aos Ministérios da Guerra e da Marinha, os créditos especiais de Cr\$ 35.770.020 e Cr\$ 15.801.096 respectivamente, destinados ao pagamento de vencimentos e gratificações devidos a vários oficiais que, em 1962, integraram a comitiva da Escola Superior de Guerra, em visita oficial aos Estados Unidos da América do Norte.

II — Na Exposição de Motivos dada o Titular da Pasta da Fazenda esclarece que o direito dos interessados somente agora foi reconhecido em face do Ofício-Parecer nº 23, de 11 de junho de 1964, do Consultor Geral da República e do Mandado de Segurança concedido pelo Superior Tribunal Federal publicado no Diário Oficial de 15 de julho do mesmo ano.

III — Na Câmara dos Deputados, foi a matéria aprovada nos termos do Substitutivo oferecido pela sua Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas.

IV — Do exame das peças do processo verifica-se que se trata, na hipótese, de vencimentos e gratificações a servidores públicos reconhecidos pelo Consultor Geral da República e concedidos através de Mandado de Segurança.

V — Ante o exposto e considerando mais que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Contadoria Geral da República, ouvidas a respeito, manifestaram-se a favor da abertura dos referidos créditos especiais, opinamos favoravelmente ao projeto.

Sala das Comissões 27 de abril de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente — Victorino Freire, Relator — José Leite — Eugênio Barros — Manoel Villaca — Domício Gondim — Wilson Gonçalves — Adolpho Franco — Gay da Fonseca.

Pareceres ns. 302 e 303, de 1966

PARECER Nº 302, DE 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1966 (nº 3.455-B-66, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública e dá outras providências.

Relator: Sr. Antônio Carlos.

O presente Projeto de Lei da Câmara teve a sua origem na Mensagem nº 14, de 11 de fevereiro do corrente ano, com a qual o Poder Executivo encaminhou a exame do Congresso, anteprojeto de lei autorizando a instituição da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública.

O objetivo fundamental da instituição é a especialização, treinamento e aperfeiçoamento do pessoal técnico e

auxiliar, bem como a preparação de equipes auxiliares para execução dos programas de saúde pública em âmbito nacional.

A iniciativa atende aos preceitos fixados na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estando também sintonizada com a Lei nº 2.312, de 3 de setembro de 1954, quando, no seu art. 5º — Das Normas Gerais sobre Defesa e Proteção da Saúde cogita da formação do pessoal técnico especializado com a Escola Nacional de Saúde Pública.

Está bem clara, na legislação citada, a preocupação do Governo de promover a formação de um corpo de técnicos com especialização em problemas de saúde pública com capital de conhecimentos adquiridos em instituição de ensino oficial de pós-graduação, para médicos, enfermeiros, dentistas, engenheiro-arquiteto, enfim, para quaisquer profissionais de nível universitário, dedicados aos problemas de saúde pública.

Não é necessário encarecer a importância realmente primordial que assume, no panorama nacional, a Saúde Pública, sendo, ao mesmo tempo, alentadora a constatação de que os programas do governo, vêm encarando o assunto com seriedade e determinação. O presente projeto é bem a afirmação disso.

A Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, cuja criação é objeto do presente projeto reunirá, sob sua orientação, a atual Escola Nacional de Saúde Pública e outros estabelecimentos de ensino congêneres, estando ela própria vinculada ao Ministério da Saúde, na forma reconhecida pelas Diretrizes e Bases da Educação.

O projeto determina, em forma objetiva e clara, as normas de organização a que deverá obedecer a Fundação, abordando, inclusive, aspectos legais, estatutários, econômicos e financeiros que garantem o sucesso da iniciativa.

A Comissão de Projetos do Executivo, compreendendo e levando a determinação do Governo em resolver problema de tal relevância, é de parecer que o projeto deve ser aprovado.

Sala das Comissões 27 de abril de 1966. — Antônio Carlos, Presidente e Relator. — Gay da Fonseca — José Ermirio. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves.

PARECER Nº 303, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1966 (nº 3.455-B-66, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública e dá outras providências.

Relator: Sr. Victorino Freire.

O presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública com âmbito nacional e organização que especifica.

A iniciativa partiu do próprio Poder Executivo, quando submeteu ao Congresso Nacional, com a Mensagem número 14, de 11 de fevereiro do ano corrente, o anteprojeto agora enviado ao Senado.

Trata-se de uma nova organização específica de ensino e adiestramento nos problemas de saúde pública, destinada a formar um corpo de técnicos, de nível universitário abrangendo todos os ramos da saúde pública, e suprimindo assim uma sensível lacuna.

uma na formação dos nossos profissionais.

A organização proposta, sob a forma de Fundação, além da natural autonomia administrativa, poderá receber auxílios financeiros, não somente do Governo, como até mesmo do exterior, o que abre de forma notável as suas perspectivas para futuro próximo.

A Comissão de Finanças, atentando para o alcance da iniciativa do Governo, é de parecer que o projeto deve ser aprovado.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Victorino Freire, Relator. — Adolpho Franco. — Wilson Gonçalves. — Domicio Jardim. — Gay da Fonseca. — Manoel Villaca. — Eugênio Barros. — José Leite. — Lobão da Silveira.

Parecer nº 304, de 1966

Da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1966 (na Câmara n. 3.509-B), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial para atender às despesas com a conclusão das obras básicas do Museu de Arte Moderna, no Estado da Guanabara.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O Senhor Presidente da República, através da mensagem nº 47, de 8 de março de 1966, submeteu à deliberação do Congresso Nacional, na forma do art. 67 da Constituição, Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial para atender às despesas com a conclusão das obras básicas do Museu de Arte Moderna, no Estado da Guanabara.

O crédito, no valor de Cr\$ 1.412.335.000, destina-se à execução das mencionadas obras em 14 meses visto que, conforme salienta o Ministro da Fazenda, a próxima Reunião Anual do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e entidades afiliadas, será realizada nas dependências do Citado Museu.

A iniciativa, aliás, do pedido de crédito, deve-se a expediente encaminhado ao titular da Fazenda pelo Banco Central da República, no qual este estabelecimento comprometeu-se a fiscalizar as obras básicas a serem realizadas no Museu de Arte Moderna, no Estado da Guanabara e para cuja execução o Ministro Otávio G. de Bulhões autorizou até a antecipação de recursos pelo Banco do Brasil S. A., com fundamento no que dispõe o artigo 48 do Código de Contabilidade Pública da União.

Em face disso, parece-nos, o crédito de ser aprovado.

Nessas condições, a Comissão de Finanças é de parecer favorável ao P.C. nº 65, de 1966.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Adolpho Franco. — Domicio Jardim. — Gay da Fonseca. — Eugênio Barros. — José Leite. — Lobão da Silveira. — Manoel Villaca.

Pareceres ns. 305 e 306, de 1966

PARECER Nº 305, DE 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara, nº 55, de 1966 (nº 3.503, de 10 de março de 1966 na Casa de origem), que concede pensão especial às filhas solteiras do ex-escrivão de Coletoria, José Antônio Pereira Magalhães.

Relator: Sr. José Ermirio de Moraes.

Acolhendo sugestão consubstanciada na Exposição de Motivos n. 38, de 17 de janeiro último, do Sr. Ministro da Fazenda, o Sr. Presidente da República, pela Mensagem nº 38, de 8 de março deste ano, com apoio no artigo 67 da Constituição Federal, submeteu ao Congresso Nacional projeto de lei que concede pensão de Cr\$ 33.000 (correspondente a 50% do maior salário-mínimo então vigente) para ser dividido entre as três filhas solteiras do ex-escrivão de coletoria José Antonio Pereira Magalhães.

Mereceu a proposição pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Finanças da Câmara dos Deputados, onde foi aprovada com emenda objetivando atualizar o valor de 50% do salário-mínimo, de Cr\$ 33.000 para Cr\$ 42.000, sendo em vista a alteração superveniente desse salário, em decorrência da promulgação do Decreto nº 57.900, ocorrida a 2 de março deste ano.

A finalidade do projeto está plenamente justificada pelas informações da Diretoria da Despesa Pública e do IPASE a que lude a Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda. Não deve passar, contudo, sem reparo o quantum de Cr\$ 14.000 (quatorze mil cruzeiros) destinado, individualmente, a cada uma das pensionistas que a iniciativa do Poder Executivo pretende amparar.

Sabendo-se que o atual salário-mínimo fixado para a 6.ª Região é de Cr\$ 51.000 (cinquenta e um mil cruzeiros), a pensão prevista no projeto corresponde a menos de um terço do mínimo salarial vigente no Estado do Ceará (onde exerceu suas funções o coletor falecido), o que dá exata noção da insignificância do benefício arbitrado.

E' defeso, todavia, ao Congresso Nacional formular emendas aos projetos originários do Poder Executivo que acarretem aumento da despesa pública, nos termos do art. 1.º do Ato Institucional editado a 9 de abril de 1964, revogado pelo parágrafo único do art. 4.º do Ato Institucional n. 2, expedido a 27 de outubro de 1965.

Falecendo-nos, dessarte, possibilidades legais de aprimoramento do projeto, só nos resta opinar em favor de sua aprovação.

E' o que fazemos.

Sala das Comissões, 15 de abril de 1966. — Jefferson de Aguiar, Presidente. — José Ermirio, Relator. — Gay da Fonseca. — Bezerra Neto. — Daniel Krieger. — Antonio Carlos.

PARECER

Nº 306, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 55, de 1966, (número 3.503-B-66 na Câmara), que concede pensão especial às filhas solteiras do ex-escrivão de coletoria José Antônio Pereira Magalhães.

Relator: Sr. Senador Lobão da Silveira.

O Sr. Presidente da República, com a Mensagem nº 38, de 1966, encami-

nhou ao Congresso Nacional projeto de lei concedendo pensão especial às filhas solteiras do ex-escrivão de Coletoria José Antônio Pereira Magalhães.

A Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda nos dá os motivos que determinaram e justificam a adoção da medida pleiteada, evidentemente justa face ao fim a que se destina.

Pela concessão do benefício manifestaram-se as Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, da Câmara, sendo o Projeto aprovado naquela Casa com a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, que, simplesmente, atualizou o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo a que se refere a proposta governamental.

Resguardadas que foram as prescrições legais atinentes à espécie, opinamos pela aprovação do Projeto.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Lobão da Silveira, Relator. — Adolpho Franco. — Wilson Gonçalves. — Domicio Gondim. — Gay da Fonseca. — Manoel Villaca. — Eugênio Barros. — José Leite. — Victorino Freire.

Parecer nº 307, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1966 (nº 3.457-B-66, na Casa de origem), que autoriza a adoção de imóveis à Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências.

Relator: Sr. Senador Victorino Freire.

Na forma do art. 67 da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República enviou Mensagem ao Congresso Nacional, acompanhando projeto de lei que autoriza a doação de imóveis à Legião Brasileira de Assistência.

A Exposição de Motivos que acompanhou a Mensagem Presidencial, firmada pelo Sr. Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil, demonstra que os imóveis objeto da doação já foram cedidos, a título precário, à Legião Brasileira de Assistência. Esta sociedade mantém, nos referidos imóveis, creches, escolas domésticas e outras obras de assistência social.

A L. B. A., em atenção ao programa de expansão de suas atividades, pretende construir, no local, moderno Centro Social, que melhor atenderá a população pobre da Guanabara. Assim sendo, é aconselhável a doação definitiva dos imóveis em questão, que há vinte e três anos foram confiados, em caráter precário, àquela entidade. O projeto tramitou pacificamente na Câmara dos Deputados.

O Art. 2º enumera as características dos imóveis e o Art. 3º vincula a doação à construção de um Centro Social.

Ante o exposto, considerando os ditos propósitos que o projeto encerra, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1966. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Victorino Freire, Relator. — José Leite. — Eugênio Barros. — Manoel Villaca. — Domicio Gondim. — Nilson Gonçalves. — Adolpho Franco. — Gay da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Finda a leitura do expediente.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

Requerimento nº 160, de 1966

A Comissão Especial criada com a aprovação do Requerimento nº 285, de 1965, para "proceder ao estudo e a coordenação de medidas tendentes ao controle de preços da exportação das matérias primas, minerais, e produtos agropecuários nacionais", requer nos termos do art. 145, item I, letra "a" do Regimento Interno, seja convocado o Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, a fim de, perante a Comissão, ser ouvido sobre assuntos de interesse desse órgão técnico relacionados com o contrabando de produtos minerais.

Sala das Sessões, 27 de abril de 1966. — Sigefredo Pacheco, Presidente. — José Hermirio, Relator. — Raul Guberti. — Guido Mondim. — José Feliciano.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O requerimento lido será publicado e incluído, oportunamente, na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há orador inscrito.

Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lé o seguinte discurso) — Senhor Presidente e Senhores Senadores, este mandatário do Amazonas, vezes diversas, já debutei neste plenário assuntos de saúde pública, referentes à incidência de enfermidades que assolam o grande Vale, definindo ou eliminando parcelas ponderáveis de suas escassas populações, com o que, sem dúvida, emperram o seu desenvolvimento em termos numéricos, a ponto de não se perceber em suas imensas áreas e inquietante exploração demográfica sentida no resto do País.

Assim, têm constituído temas constantes na pauta de todos os anos legislativos a lepra, a malária, a helmintíase, a tuberculose, a esquistossomose, o tracoma, a filariose, a boubala, etc., etc., quais endemias envolvidas de grande parte do território pátrio ainda não contidas em seus tentáculos arripantes e ceifadores, debilitadores ou mortificantes do elemento humano disseminado perdidamente no seio das densas e infindáveis selvas planiciárias.

Verdade é que, em tais ocasiões, giram os monólogos ou diálogos, conforme as circunstâncias, praticamente em torno de equações plenas dos problemas em tela, de ordem sanitária, ou, ao revés, diante da inviabilidade de extirpação radical, soluções compatíveis no sentido de sua contenção.

Não têm sido agitados, por isso mesmo, através dos canais desta Casa, senão como problemas, nada exigindo que deles se falem no que diz respeito às causas, propagação e tratamento, uma vez que se limitam os clamores ou apelos sempre dentro do prisma de providências que os setores estaduais ou federais específicos estão capacitados de adotar, salvo se lhes tolgem a ação a carência de recursos orçamentários ou falta de pessoal habilitado.

Dai, até, não haver causado nenhuma estranheza, qualquer voz laica alertar-se neste ou noutro local, das tribunas do Poder Legislativo ou nas colunas dos periódicos, visando a que não se interrompam os planos em curso, maduramente elaborados, de prevenção ou combate às endemias da região amazônica, desde que já são

conhecidos os seus agentes causadores e se encontram virtualmente ao alcance dos setores especializados os meios terapêuticos que a ciência oferece com evidentes promessas de êxito total.

Resumem-se, desse modo, tais ingêrências, a cada momento, de leigos ou entendidos, no sentido de que não se esfria a dinâmica de uma ação humanitária, revitalizando-a com novos estímulos morais em obsequio de maior compreensão dos poderes públicos em relação a notórios e crônicos problemas de saúde de uma vasta área territorial, a mais opulenta, incontestavelmente, de cuja solução depende o seu aproveitamento econômico e, corolariamente, a prosperidade e grandeza da própria nação.

Estes períodos preambulares, na verdade, rascunham-se à guisa de pretexto, que se invoca, tais os precedentes em desfile, a fim de que não se acionem de impertinentes ou inadequadas ao sítio, em que ora se ventilam, as idéias que passam a subsanciar os demais trechos desta oração.

Dir-se-ia, de antemão, que melhor assentariam tais revelações, em ambiente adequada, onde atentos e idôneos ouvintes captassem melhormente os complexos lances, envolvendo pura especialização, que, a cada passo, nela se fixassem.

Com efeito, razões sobriam aos que, dessa forma, raciocinavam, se, de outro lado, não houvessem identificado, por distração, a fonte, que inspirou o presente trabalho, curiosamente laico. É o que veremos.

Qual, enfim, o problema que, neste instante do expediente, me leva a ocupar a atenção dos meus pares indistintamente médicos ou não, deste Plenário de uma das casas do Poder Legislativo, em que, obviamente, despertam maior interesse os assuntos de natureza política?

Apenas, Sr. Presidente, o do câncer. Nas estatísticas dos males, que afligem as populações deste País, em particular as da região amazônica, nenhuma menção se faz às doenças cancerosas ou aos distúrbios circulatórios, que, no entanto, aparecem aqui ou ali, neste ou noutros quadrantes do mundo, com alarmantes índices letais, bastando, na oportunidade, que se lembrem, por exemplo, no hemisfério americano, dois países em que são causadores de maior mortalidade: os Estados Unidos, com a prevalência das doenças circulatórias e o Brasil, tendo nas enfermidades cancerosas, o maior responsável pelo obituário preponderante.

Como, entre nós — tal a ocorrência demoníaca — já está gerando profundas preocupações, mobilizam-se, também, nos nossos laboratórios e centros de cancerologia, as inteligências capazes de poderem contribuir para a descoberta de sua causa ou aperfeiçoar os métodos de combate existentes.

Fora de nossas fronteiras, então, é que se pode ajuizar o quanto se está fazendo, enormemente mesmo, nesse sentido, com equipes de famosos cientistas moirando diuturnamente no afã, cada qual, de antecipar-se na alvareira e sensacional notícia de que, afinal, o crucial problema foi solucionado com a identificação do elemento responsável e, desde aí, necessariamente, assegurada a sua superação entre os males invariavelmente mortífero.

A intranquilidade, quanto à extinção do câncer, que já se tornou, aliás, verdadeira e atroz desgraça universal, vem acentuando-se há muito, traduzida nas atividades cada vez mais intensificadas em todos os países, com o emprego de consideráveis recursos financeiros e de especialistas do maior gabarito ou de intuição profética, como na virologia um Salk ou um Sabin

Já, em 1959, se fez sentir até no seio da Organização das Nações Unidas, quando da sua XIV Assembleia Geral, em Nova York, ao ser apresentado um projeto de resolução, de iniciativa da delegação da Bielo-Rússia, instituindo prêmios quadriênais num total de cem mil dólares, para os trabalhos mais destacados sobre o assunto nos congressos científicos, como incentivo internacional às pesquisas idôneas sobre as moléstias cancerosas.

Na nota explicativa, encontram-se as razões, salientando-se, entre elas as seguintes: "A ampla disseminação das enfermidades cancerosas intranquiliza cada vez mais a humanidade. Como é sabido, nesse assunto existem muitas questões obscuras e controversas. O câncer é considerado em todos os países como uma doença terrível e mortal, já que são ignoradas suas causas e ainda não foram encontrados meios eficazes para sua cura."

Encarecendo a necessidade de esforços conjuntos de todos os cientistas do mundo na luta com o mal insidioso, acentua que "uma das maneiras de descobrir-se a causa do câncer seria a aplicação de nova ciência da medicina geográfica, elaborando-se mapas em que se assinalassem zonas de maior e menor ocorrência em todo o mundo. Estudos comparativos sobre formas da moléstia em diversas regiões, à luz das condições geográficas, climáticas, profissionais e de outras índoles, poderiam permitir considerável avanço no estudo das causas do mal."

E prossegue: "Não há dúvida de que o problema de luta contra as enfermidades cancerosas é um dos mais importantes, com que se depara a ciência médica mundial. A erradicação do câncer, como enfermidade mortal e de grande disseminação entre a humanidade, deverá constituir na realidade, um dos objetivos a alcançar em curto prazo e, por isso mesmo, a todos diz respeito."

Dai apelar-se, naqueles decisivos instantes de 1959, no sentido de que, na solução desse problema internacional, a Organização das Nações Unidas — a ONU — desempenhasse um papel decisivo.

Pronunciando-me a respeito, como representante do Brasil junto à sua Comissão Social, Cultural e Humanitária, que apreciava o mérito da Resolução, de tão alto teor humano conclui as considerações formuladas, de evidente apoio, do modo adiante: "As Nações Unidas deverão, se possível, em forma permanente, manter-se informadas sobre os trabalhos e o progresso realizado no campo da pesquisa sobre o câncer. As informações colhidas, desse modo, poderão habilitar a Assembleia Geral, anualmente até, a cogitar de novas medidas visando a outros planos de ação complementares, para que não esmoreça a luta sem quartel já deflagrada contra o terrível mal".

Seria redundante repisar a esta altura sobre a gravidade desse mal impiedoso, ou as consequências de seu alastramento apavorante. As ocorrências lutosas estão na consciência de todos nós, pois parece não haver família alguma que não tenha sido golpeada pela mão terrível do câncer. Cabe-nos, com a devida urgência, tratar de medidas capazes de ajudar a destruir tão mortífera moléstia ou, pelo menos, diminuir a sua incontrolada ofensiva.

Isto pôsto, não resta dúvida de que o câncer constitui uma das mais angustiosas preocupações dos cientistas e pesquisadores, e a sua breve erradicação já se tornou mesmo um problema de tal magnitude, que aos leigos até não é lícito cercar-se nas suas intuições videntes ou não só-

bre sua causa ou meios de cura, visto como, acertadamente, nos idos de 1959, já se compreendia que, na verdade, a todos ele diz respeito.

Assim pensando, não me escapa a atenção qualquer noticiário a propósito do que vai ocorrendo em torno desse problema, através de publicações científicas ou dos periódicos de divulgação regular, revistas ou jornais.

De tudo o que em suas folhas se lê, há profusão de idéias diversificadas, sempre porém, com vistas atentas à descoberta da origem do mal ou, ante a impossibilidade de, ainda, tal alcançar, aos meios de tratamento que o detenham ou mesmo beneficiem de algum modo, conforme os casos.

Em realidade, e assunto, que, à menor referência, crê que quer brote sumário ou copioso, ninguém — grego ou troiano — lhe deixa de correr os olhos, intelando-se, consiente ou curiosamente, sobre o que ocorre e se, daí, alguma esperança se poderá acalantar, quanto à debelação da mortal doença ainda nos próximos anos, antes mesmo de iniciar a década de 70.

Creio que não incorro em baldado otimismo se me enfileirar entre os que pensam ver bem mais claros os horizontes desta alvorada redentora, deixando atrás de si as longas trevas de uma noite infundável no bôjo da qual tantos milhões de sepulcros se abriram para acolher as vítimas indefesas às agressões do maior flagelo do século.

Dentro do roteiro preordenado desta oração, não houve intento, por desnecessário mesmo, ante um auditório eminentemente legítimo e político em que ela se destina ouvida, embora complacentemente, de perflustrar o longo itinerário enigmático, no qual se identificariam os andantes admiráveis, em seus incisivos passos de pegadas indeleves — traduzidos nas avançadas conquistas anotadas com indistarcáveis augúrios, que qualquer esboço histórico há-de, necessariamente, consigná-los da maneira mais relevante e consagrada possível.

Dêsse modo, apenas alguns episódios ilustrativos colhidos, aqui ou ali, entrear-se-ão sem muita preocupação cronológica, visando antes a que se tornem mais sólido respaldo ao propósito inerredável aninhado no espírito do orador, escolhendo esta tribuna para divulgar aos cantos desta Nação e, talvez, transpondo-os o curiosidade ou interesse de fora manifestado, as confidências que ora transpiram de um interlocutório sobre a maldita moléstia, entre um médico e um leigo, que, afinal, compreenderam de utilidade maior a não procrastinação de seus resultados em públicas exposições.

É, em suma, o que visam as linhas desta oração, à guisa de nota prévia nelas entremostrando-se, é claro, embora superficialmente, mais um aspecto do palpante problema, através do qual se aponta uma interessante pista, quicá a verdadeira, até provas positivas contrárias.

Desfilar-se-á, de antemão, como se preveniu, um certo rosário de fatos, já divulgados em mensários de ciências médicas ou diários noticiosos comuns.

O "New York Herald Tribune", de 16 de outubro de 1959, em suas colunas, assim resumiu o simpósio realizado naquela grande cidade, co-patrocinado pelo Instituto Eleanor Roosevelt para Pesquisas sobre Câncer e pela Federação Americana do Trabalho (AFL — CIO):

"O Dr. John R. Heller declarou que, como resultado de vinte anos de pesquisas sobre o câncer, os médicos estão hoje habilitados a salvar metade das vítimas do mal, se diagnosticado e tratado a tempo.

O Dr. Heller, Diretor do Instituto Nacional do Câncer de Bethesda, Estado de Maryland, recapitulou as realizações na luta contra o câncer, declarando que há vinte anos apenas uma de cada quatro pessoas atingidas pelo câncer estaria viva cinco anos depois de diagnosticado o mal. Hoje a proporção é de um para três. Acrescentou que a proporção poderia cair a um para dois mediante diagnóstico e tratamento precoces da doença.

Para os outros cinquenta por cento, que não podem ser salvos, a esperança reside na rápida descoberta de novos agentes anti-cancerosos e no desenvolvimento crescente das pesquisas.

As estatísticas ainda refletem "a alarmante e trágica história do fardo que é para a nação o câncer", observou o Dr. Heller. O câncer ainda é o segundo inimigo do país, atrás das moléstias cardíacas, que roubam 250 mil vidas por ano. Há permanentemente 700 mil norte-americanos sob tratamento de "várias centenas de moléstias agrupadas sob o nome único" de câncer, disse.

Por outro lado, acrescentou, "cerca de 800 mil norte-americanos atualmente vivos foram salvos por formas de tratamento do câncer.

Disse o Dr. Heller que há mais de 100 agentes anti-cancerosos em uso clínico, vinte dos quais desenvolvidos nos últimos 15 anos. Além disso, 40 mil compostos por ano são testados contra o câncer em ratos.

O Prefeito Wagner, que fez o discurso de abertura do simpósio, disse que 33 mil nova-iorquinos sofrem de câncer, e que uma em cada cinco mortes na cidade é causada pelo câncer.

Outros oradores foram Arthur S. Fleming, Secretário da Saúde, Educação e Bem-Estar que declarou atribuir o Governo Federal a maior importância às pesquisas sobre câncer; Dr. Rudolphe Coignev, Diretor da Organização Mundial de Saúde, que encareceu a necessidade de aumento das pesquisas em todo o mundo; e Nelson H. Cruikshank, Diretor do Departamento de Segurança Social da AFL-CIO, que disse elevar a 600 milhões de dólares anuais os gastos sobre os salários ganhos, devido ao câncer.

Através desse noticiário, naqueles idos de 1959, como se vê, as esperanças de cura estavam em que o mal fosse surpreendido a tempo, isto é, desde que logo diagnosticado e tratado convenientemente.

Para tal, na época, se dispunha de mais de 100 agentes anti-cancerosos em uso clínico, vinte dos quais realça — mereceram reformulações para maior eficiência, além de revelar que cerca de 40 mil compostos são testados, anualmente, contra o câncer em ratos.

Naquele simpósio, sob tão altos auspícios, contudo, nenhuma novidade surgiu em torno das origens da universal doença. Desconhecida a causa, os objetivos imediatos eram, então, diagnósticos e tratamento precoce.

Nos "Annals of Internal Medicine" de 1962, o cancerologista H. K. Ivy esclarece, como resultado de suas observações, que "o 5 — Fluoracil, um dos quimioterápicos empregados no tratamento do câncer, interfere com o metabolismo do ácido nucleico bloqueando a síntese da timina." A revista "O Médico Moderno", em número deste ano, é que teve a idéia de reproduzir este trecho, como que sugerindo sejam retomados os estudos daquele pesquisador pelos que espasam a doutrina, segundo a qual o câncer é originário de alterações da bioquímica celular.

Em 22 de março deste ano, o jornal carioca "Última Hora" publicou

pequeno e significativo tópico, intitulado "Câncer", do teor seguinte: "Vinte enfermidades que sofriam de lesões cancerosas na pele foram curadas, segundo parece, completamente, mediante a aplicação de uma pomada feita à base de "5-Fluoracil". Foi o dermatologista Dr. Theodore A. Tromovitch que deu conta desses resultados no curso de uma dissertação na Associação de Médicos da Califórnia."

Ante esta divulgação, tem-se conhecimento, quatro anos após, através de um periódico leigo, de que o "5-Fluoracil" continua resente nas prescrições anticancerosas com resultados animadores, interferindo, na opinião do cancerologista H. K. Ivy, "com o metabolismo do ácido nucleico, bloqueando a síntese da timina."

No exemplar de "O Dia", de 20 de dezembro de 1964, jornal editado no Estado da Guanabara, divulga-se que "dois cientistas norte-americanos aperfeiçoaram um método simples, inodoro e não-cirúrgico, para descobrir e localizar o câncer pulmonar e que tal método faz renascer as esperanças de uma descoberta precoce e tratamento da enfermidade, geralmente fatal quando tardiamente pressentido". Os Drs. Curt Richter e James R. Fries, da Faculdade de Medicina da Universidade John Hopkins, são os inventores do aparelho descobridor do câncer. O método consiste em passar uma pequena e quase imperceptível corrente elétrica através do corpo do paciente. Uma vez que a resistência da pele é controlada pelo sistema nervoso simpático, todo dano causado ao sistema, como, por exemplo, a pressão produzida por um tumor interrompe o fluxo da corrente e aumenta a resistência da pele. Padrões anormais de resistência são registrados em aparelhos de medição, permitindo a localização dos tumores pulmonares. A Sociedade Norte-Americana de Cancerologia, no entanto, que anunciou o novo método, disse que o sistema não demonstrou ainda a possibilidade da descoberta do câncer em suas fases iniciais, quando a cirurgia, os medicamentos e a radiação podem salvar o doente, uma vez que os 37 pacientes submetidos ao novo método eram sabidamente cancerosos. Em contrapartida, os autores afirmaram que em 35 outros pacientes com diversas enfermidades do peito, o dispositivo indicou câncer pulmonar em um deles.

Eis o que, sobre o assunto, um jornal leigo noticiou, dando-lhe até sensacional título. De qualquer forma, é mais um método de diagnóstico que, aperfeiçoado, poderá possibilitar a descoberta precoce da lesão pulmonar e o consequente e adequado tratamento dentro dos recursos em voga, pouco importando a origem do mal.

No espaço destinado à "Ciência e Cultura", o vespertino carioca "O Globo", de 20 de julho do ano passado, deu divulgação prioritariamente um interessante resumo do trabalho do Dr. R. F. A. Altman, publicado no Jornal Brasileiro de Medicina (J.B.M.), de março, sob o título "Tre more important biological cancer agents: Cholesterol and phospholipid — derivatives."

Da resenha publicada, destacam-se os seguintes tópicos: "Em seu trabalho, o Dr. Altman teve oportunidade de revelar, criticamente, as descobertas feitas em relação aos chamados 'agentes biológicos do câncer', desde 1898. Trata-se do resultado de um estudo relativamente profundo de bibliografia dos chamados 'agentes biológicos do câncer', combinado com certas deduções teóricas e alguns resultados experimentais do autor."

Prosseguindo: "Quanto ao estudo da literatura, este não se refere so-

mente a uma revisão das investigações modernas, mas, também, dos trabalhos antigos e esquecidos, porém, sempre ainda importantíssimos, embora, totalmente negligenciados pela maioria dos pesquisadores de hoje. Chamando a atenção para os riscos da humanidade e, em particular, do mundo civilizado por ser exposto constantemente às inúmeras substâncias carcinogênicas, o autor resumiu seus conceitos sobre a causa do câncer, salientando a importância fundamental da membrana da célula, aliás, a parte mais vulnerável a qualquer influência externa."

E adiante: "Para estudar as primeiras descobertas no campo dos agentes naturais que provocam e inibem o câncer, respectivamente, era necessário voltar ao ano de 1898, quando Sanfelice e Roncali demonstraram a presença de uma substância cancerígena em tumores. Por outro lado, a existência de um agente inibidor foi descoberto em 1907 pelo cientista Reink. Mais tarde, o curioso antagonismo colesterol/fosfolípidos (naquela época, os últimos conhecidos eram melhor conhecidos como "lecitina") atraiu a atenção de muitos pesquisadores que unanimemente chegaram à conclusão, até hoje inquestionável, de que o colesterol provoca, e a lecitina inibe o crescimento de tumores."

A ação carcinogênica do colesterol não ser entendida melhor após o estudo das experiências magistrais do imortal cientista Roffo, cujas conclusões nunca foram devidamente apreciadas. Mesmo no momento em que estas linhas estão sendo escritas, muitos investigadores estão procurando os agentes endógenos provocadores de câncer. Tudo indica, todavia, que são principalmente os derivados do colesterol, inclusive os hormônios esteróides e muitos outros constituintes naturais do organismo animal que representam a causa principal do câncer espontâneo.

O mencionado antagonismo colesterol/fosfolípidos conduziu, então, à conclusão lógica que os fosfolípidos devem possuir uma ação anticancerígena, pois estes compostos são os transportadores e antioxidantes naturais dos lipídios, que possibilitam a eliminação e prevêm a oxidação do colesterol, respectivamente."

Depois de mergulhar fundo na questão, o Dr. Altman, através do resumo em tela, esclarece, concluindo que "o romance dos agentes biológicos do câncer" ficou sem mistérios, sem acontecimentos sensacionais: colesterol e derivados são os principais agentes provocadores. Isolecitina e ácidos graxos não saturados os principais inibidores do câncer espontâneo.

Desarte, no trecho derradeiro da resenha, ressalta-se que "interpretando esta conclusão final dos diversos resultados até agora obtidos, conduzirão, todavia, a uma explicação espetacular da doença em todos os seus aspectos."

Em março de 1965, a interessante comunicação do Dr. Altman era publicada no "Jornal Brasileiro de Medicina" e, no entanto, na primeira quinzena de julho do mesmo ano no Curso Geral Intensivo sobre Temas Atuais de Cancerologia, sob os auspícios da Pontifícia Universidade Católica da Guanabara, parece haver sido versado apenas superficialmente como outros tantos métodos já catalogados de específicos objetivos, porém, ainda não convincentes, dentro dos temas abordados intitulados "Aspectos bioquímicos do câncer" e "Estado atual da quimioterapia antineoplásica".

Com o cabeçalho expressivo "A Geografia como Fator na Incidência do

Câncer", o "Globo", de 11 de março de 1963, publica correspondência oriunda das Nações Unidas, em Nova York, dizendo que a Organização Mundial de Saúde informara o resultado de seus estudos, quanto à distribuição geográfica do câncer, alinhando as observações feitas até então, resumidamente do teor adiante:

I — Os cânceres da pele e do lábio são vinte vezes mais comuns nos brancos do Sul dos Estados Unidos do que nos brancos residentes no Norte.

II — O câncer do seio é mais comum entre as mulheres israelitas do que entre as japonesas, na proporção de oito para uma.

III — O câncer do pulmão é a mais comum "causa-moritis" entre os ingleses e galeses.

IV — O câncer da medula é responsável pela metade das mortes causadas pelo câncer entre as mulheres indianas.

V — O câncer do estômago é responsável por 50% dos óbitos de homens cancerosos no Japão. Nos Estados Unidos a mesma percentagem é de 10%.

VI — O câncer da pele é encontrado frequentemente entre os fazendeiros, marinheiros e outras pessoas que trabalham ao ar livre, sendo avistados muitos casos na África do Sul e na Austrália, geralmente entre pessoas brancas que vivem nos trópicos atribuídos às radiações ultra-violetas do sol.

VII — Na Islândia, onde o câncer do estômago causa 50% de todas as mortes por câncer entre os homens e 33% entre as mulheres, concluindo os cientistas que, talvez, seja devido ao consumo de alimentos ricos em proteína animal, como peixe e carne de carneiro.

VIII — Parecia ser uma regra geral que as pessoas residentes em climas mais frios tiveram maior taxa de câncer no estômago do que as de clima mais ameno.

IX — Que as mulheres solteiras são mais suscetíveis ao câncer do seio do que as casadas, e que a ausência do controle da natalidade, a amamentação, os casamentos com nora idosa e muitos outros pareciam evitar os tumores do seio.

X — Por fim, observou que, em 1915 — o primeiro ano em que as estatísticas foram compiladas separadamente para brancos e pessoas de cor — os resultados foram os seguintes: da mais alta incidência para a mais baixa: mulheres brancas, mulheres de cor, homens brancos e homens de cor. Esclarecendo, outrossim, que, em 1954, a ordem foi exatamente inversa, não que é difícil acreditar que isto represente uma diferença racial quanto à suscetibilidade à doença, uma vez que não foi possível uma explicação para a rápida inversão verificada.

Em suma, a OMS, até 1963, não adiantara em termos positivos sobre as origens verdadeiras do mal, limitando-se às estatísticas de incidência e mortalidade, com vagas anotações, no que tange às causas prováveis.

Eis outra notícia, com o título sensacional "O amendoim morado é agente do câncer do fígado", que o "Globo", em certa edição, deu curso, despertando interesse: "O Professor Jefferson Andrade dos Santos disse a 'O Globo' que, embora rico em proteínas quando em bom estado, o amendoim, como o milho morado, pode ser considerado agente cancerígeno. O professor, catedrático de Anatomia Patológica da Faculdade de Veterinária da Universidade do Rio de Janeiro, prestou essa informação a propósito de notícias divulgadas pela imprensa, situando sua opinião em

oposição à de alguns cancerologistas que consideraram a hipótese sem o menor fundamento científico.

Na opinião do Professor Jefferson Andrade dos Santos, o amendoim morado é portador de um cogumelo, denominado "Aspergillus flavus", que produz uma substância tóxica chamada aflatoxina, agente indiscutível do câncer, que se localiza no fígado das pessoas. Fêz, contudo, a ressalva, de que o consumo da espécie em boas condições de conservação deve ser, ao contrário, estimulado, em face de suas propriedades alimentares."

Anote-se, desse modo, mais um agente arrolado como possível causador do câncer, que, no entanto, apenas foi objeto da atuação de alguns estudiosos do assunto.

Ainda "Ciência e Cultura", de "O Globo", de 28 de dezembro de 1964, a respeito de um despacho da A.F.P., procedente de Paris, de iniciativa do Dr. Claude Blin, sobre um dos temas discutidos no 26.º Congresso Nórdico de Radiologia, celebrado em Helsinqui, naquele ano, divulga o seguinte: Favoreceria a sauna o câncer do pulmão? "Sim", responderam alguns; "não", replicaram outros. Os estudos especializados levados a efeito simultaneamente na Finlândia e Noruega comprovaram, em todo o caso, que a propensão de cânceres brônquio-pulmonares é seis vezes mais elevada no primeiro desses países. Por outro lado, a mortalidade anual em virtude do câncer do pulmão é de 74 por 100.000 habitantes na Finlândia e apenas de 19 na Noruega. Um estudo sobre as condições e estilos de vida de 9.000 cidadãos de 45 a 64 anos, pertencentes na metade a um e outro dos referidos países escandinavos, revelou entre ambos os grupos uma única diferença notável: a sauna, corrente na Finlândia, não é praticada pelos noruegueses. Deix a referida investigação sobre eventuais consequências da sauna no sentido de provocar o câncer. Contudo, os médicos finlandeses — entusiastas da sauna — confirmam firmemente em que será dada outra explicação pelo triste recorde finlandês de enfermidades de câncer pulmonar.

No "British Medicine Journal", em resumo do "Jornal Brasileiro de Medicina", de janeiro do corrente ano, encontra-se um trabalho do Dr. A. J. Lea, sob o título "Câncer de seio e a temperatura atmosférica", que tinha sido inspirado no fato de se ter verificado, na Noruega e na Suécia, que a mortalidade por câncer do seio era maior no Sul (onde as temperaturas atmosféricas são mais altas) do que no Norte (onde são mais baixas). O autor passou o seu trabalho em estudos levados a efeito na Grã Bretanha, Suécia e Noruega tendo verificado que existia correlação entre a mortalidade e a temperatura média atmosférica: a taxa de mortalidade por câncer do seio cresce com a temperatura média anual. Na resenha em tela do JBM, está esclarecido que o autor não conclui, porém, sobre a natureza dos fatores suscetíveis de explicar o que verificou.

Um órgão da imprensa de Manaus, "O Jornal", de janeiro do ano em curso, transcreveu a título de curiosidades, entre outras, estes dois tópicos que, na espécie, valem consignados: "A incidência de câncer do seio entre mulheres japonesas é oito vezes menor do que entre as mulheres dos Estados Unidos"; "a maior incidência de câncer do estômago no Japão, em relação aos Estados Unidos, é provavelmente um resultado da dieta."

Surge, igualmente, o fumo na pauta desse problema médico-social, provocando aceras discussões entre os cancerologistas, dividindo-os em dois

campos diametralmente opostos. Nos Estados Unidos, o assunto está empolgando, havendo até a adoção de medidas oficiais de coibição à venda de produtos, em que ele seja parte essencial.

A imprensa leiga não perde oportunidade em dar-lhe o devido destaque, como o "O Globo", em edição recente, publicando despacho de Washington, ao qual deu o título expressivo "Os Estados Unidos confirmam: Fumantes Morrem Mais de Câncer", e do teor adiante:

"Entre os 250.000 ex-combatentes que participam de um estudo especial de dez anos sobre o câncer, a taxa de mortalidade foi maior entre os fumantes de cigarros do que entre os que não fumam, segundo informou ontem o Instituto Nacional do Câncer.

Fêz saber o Instituto que o estudo, a ser concluído dentro de dois anos demonstra que nos grupos da mesma idade os fumantes de câncer pulmonar morreram numa proporção onze vezes maior do que os não fumantes, sendo de doze vezes a proporção no que se refere ao enfisema.

Revela ainda o Instituto que entre os fumantes foi maior a taxa de mortalidade em consequência de câncer da boca, faringe, esôfago ou laringe, e enfermidades como a bronquite, asma, úlcera do estômago, duodeno e aneurisma da aorta.

Os riscos para os fumantes de cigarro foram maiores que para os fumantes de cachimbo, e os que deixaram de fumar estiveram sujeitos a menos riscos que os que continuaram fumando, informou ainda o relatório do Instituto."

Em obediência à legislação em vigor, lançam-se, então, nos Estados Unidos, cigarros sem nicotina e sem derivados de alcatrão (hidrocarbonetos), numa tentativa de neutralizar o efeito do fumo na formação do câncer.

Na Suécia, a idéia vingou, conquistando adeptos ardorosos, como se desprende do seguinte telegrama de Estocolmo, publicado no "O Globo", de 19 de junho de 1965, assim divulgado: "Cinco professores suecos, Stig Björkman, Gunnar Boalt, Lars Friberg, Nils Bingertz e o médico Per-Anders Strand, em um livro publicado ontem, "Estudos relativos ao tabagismo e à saúde", advertem sobre a relação definida entre o câncer e o consumo de cigarros, charutos e cachimbos." O uso de cigarros é uma das causas da bronquite crônica e do enfisema pulmonar; o câncer labial está vinculado ao uso do cachimbo e o da laringe, ao cigarro; o câncer da boca e da faringe pode ser causado pelos três hábitos; as úlceras são mais comuns entre os fumantes, sendo mais fácil que estes morram de enfermidades cardiovasculares. As conclusões do grupo de médicos encarregados de estudar o assunto foram idênticas às dos norte-americanos e ingleses, que suspeitam que o fumo do cigarro lança no ar partículas cancerígenas que ficam em suspensão." Este telegrama, em toda a sua íntegra, foi reproduzido no excelente trabalho do Doutor Mendonça Castro, intitulado "O Câncer e a Tensão dos Humores", publicado na Revista da Cruz Vermelha Brasileira nº 106, referente ao trimestre outubro-novembro e dezembro de 1965, no qual o autor, estudioso da matéria, discorda virtualmente de semelhante idéia, absurda e inaceitável mesmo, qual a de que "o fumo lança no ar partículas cancerígenas que ficam em suspensão".

Ainda, entre nós, outros entendidos manifestaram-se contrariamente às teses norte-americanas, inglesa e sueca, através da própria imprensa leiga, como o cardiologista Milton Ari

Meyer, do Hospital São Silvestre e o cirurgião Francisco Lombardi, do Hospital da Aeronáutica. Ao primeiro ocorre serem, antes, os derivados de alcatrão, contido no fumo comum, acusados de produzir o câncer, principalmente o pulmonar, acrescentando que a nicotina tem efeito mais notável sobre os que sofrem de doenças das artérias, o que, na realidade, se comprova face ao elevado índice de fumantes vítimas de enfarte, anotação nas estatísticas oficiais; na opinião do segundo, se se tornou a acusar o cigarro pela grande incidência do câncer nos órgãos da via respiratória, em particular o labial, pelo uso do cachimbo, então, porque não responsabilizar a bomba de chimarrão como causadora do câncer da boca? Contudo, adverte Francisco Lombardi, fazendo coro com os que assim pensam, se, na realidade, o cigarro pode conduzir ao câncer, de outro lado, muitos fumantes houve e há que nem sequer foram molestados, envolvidos, inapelavelmente, nas garras aduncas do mal terrível.

No trabalho já aludido, da lavra do estudioso Mendonça Castro, anota-se que "o alcatrão não tem só uma ação local: ele produz uma intoxicação geral que vai ser, no íntimo do organismo, no contato extremo com as células da economia, a causa determinante de uma resposta cancerosa. A necessidade dessa causa explica mesmo o longo período preparatório, tão particular do câncer experimental, tão regular na sua evolução e que os experimentadores, no entanto, não explicaram até hoje de modo satisfatório." Lembra, na oportunidade, o testemunho do pesquisador Maisim que provou, meridianamente, não dar mostra de câncer um determinado território cutâneo, insuficientemente irritado pelo alcatrão, mas que acaba por cancerizar-se se as fricções com esse agente continuarem a ser feitas numa outra parte do corpo. Filando-se à escola de Slesse e Bayet, radicalmente contrária à teoria de Virchow de que o câncer é produzido por uma irritação local, e segundo a qual "est l'expression d'un état général prédisposant à l'apparition de la tumeur; celle-ci apparaît à la suite d'irritation banale, le facteur le plus important restant la modification préalable de l'organisme pris dans son ensemble", opõe-se Mendonça Castro formalmente aos que insistem em atribuir os cânceres da boca, da língua e da faringe, só à irritação do cachimbo, do cigarro e do charuto.

E o arsênico — pergunta Mendonça Castro — não produz câncer? Ele mesmo responde: produz sim. Esclarece, em apoio da tese, que "na similitude completa entre os sintomas da intoxicação pelo alcatrão e os sintomas do arsenicismo crônico, e o câncer do arsênico parece-se, nos seus caracteres clínicos, com o câncer do alcatrão: ambos desenvolvem-se sobre uma ceratose, com frequência são cânceres múltiplos e há precocidade de aparecimento da degenerescência cancerosa. Além desses argumentos clínicos, há os argumentos químicos."

Dai o ilustrado colaborador científico da Revista da Cruz Vermelha Brasileira, no artigo em apreço, perguntar aos cientistas suecos, alvos da notícia estampada no "O Globo", se as flagelações de Pentinalli não dão câncer; se o Kungri dos indianos friorentos não provoca câncer da parede anterior do tórax; se o câncer não se enxerta sobre as cicatrizes e as velhas chagas, irritadas por todos os modos; se a associação de irritação crônica e produção de ferimentos quase invisíveis não provoca câncer, como o provou Deelmann: se as irradiações não dão rádio-dermite etc. etc. A resposta — como ninguém poderá contestar, seria positiva e, portanto, na opinião de Mendonça Castro igualmente, a notícia vinda de Es-

tolmo deixa de ter qualquer interesse para os estudiosos da questão do câncer, face à superficialidade em que o tema se colocou, praticamente nas redondezas do empirismo.

Andam certos, em realidade, os que já procuram devassar o âmago da questão, como bem discerniu Mendonça Castro, indo, sem mais demora, "até ao berço do câncer", até aos conglomerados celulares, até à célula isolada, para observar o que se passou no seu interior e o que provocou a anarquia de proliferação celular, que é o mesmo que dizer câncer!

No longo e profundo trabalho referido, o Dr. Mendonça Castro considera digno de atenção o exame dos fatores que concorrem para mitoses atípicas celulares, entre eles, no parecer de Erwin Bauer, é a diminuição da tensão superficial dos humores tissulares.

Frísando que, "quando há diminuição da tensão superficial nos humores que envolvem as células, há mudança de meio; quando a tensão superficial aumenta, as células estão achatadas e comprimidas; se a tensão superficial diminui, a reação exercida sobre as células diminui e elas se isolam." Segundo Nikischin, diz o autor, este isolamento verifica-se em todos os casos, sem exceção, depois das fricções com alcatrão e é comprovado por preparações microscópicas. Igual faculdade — ainda pondera — de diminuir a tensão superficial dos humores possuem-na a quinina, o taurocolato e o glicocolato de sódio, a tributirina, a anilina, o ácido láctico e os ácidos graxos etc. Quanto à concentração dos íons de cálcio no plasma sanguíneo, o autor dá toda ênfase à que se apresenta diminuída de 10% nos cancerosos, em comparação com os indivíduos sãos, o que é, na verdade, importante, visto como é sabido que o íon de cálcio aumenta a tensão superficial.

Anote-se este trecho com particular interesse e o próprio autor induz-nos ao porquê, insensível ou deliberadamente. Senão, vejamos o que, logo adiante escreveu: "Os fatos observados de que a erisipela perturba o desenvolvimento do câncer, fazendo-o, às vezes, regredir numa certa medida explicam-se pelo exame do plasma sanguíneo, que, nesses casos, mostra um aumento de tensão superficial. A velhice, com seus depósitos de cálcio nos tecidos, é favorável ao câncer, porque a perda dos íons de cálcio nos tumores diminui sua tensão superficial."

Ao festejado e culto médico ocorre, então, a indagação plausível: "Ter-se-á na tensão superficial do soro um fator mensurável, de cujo valor dependerá possibilidade do aparecimento e do crescimento do câncer?" Este fator — reafirma — influencia o meio em que vivem as células, diminui a ação reguladora das células circunvizinhas, provoca o isolamento celular, excita a proliferação celular, apresenta-se nos estados de predisposição ao câncer e é observado em todos os casos de câncer constituído. É um fator, portanto — na sua convicção de estudioso — que tem em todas as condições para ocasionar o câncer.

Outra importante notícia é endereçada a todo o leitor de "O Globo", que se empolga pelo que ele anuncia em suas colunas dedicadas à "Ciência e Cultura", na edição de 21 de janeiro do ano transato, com o atraente letrero "Investigação importante para o Estudo do Câncer" e que ora se transcreve, por bem ilustrativa aos específicos fins visados na presente oração, com a qual se ocupa, talvez, em tempo excessivo, a honrosa atenção desta Casa:

"Um grupo de pesquisadores franceses acaba de realizar uma

investigação extremamente importante para o estudo do câncer. Com efeito, esse grupo conseguiu observar que as células cancerosas cultivadas em meios especiais tendem a unir-se rapidamente para formar estruturas multicelulares volumosas e coesivas.

Esta descoberta, que pode ter consideráveis consequências na compreensão da formação e evolução do câncer, é obra de um grupo de pesquisadores dirigido pelo Doutor Bernard Halpern, membro da Academia de Ciências e professor do Colégio de França.

Uma comunicação, na qual se anuncia a descoberta em questão, foi feita pelo Prof. Halpern, na Academia de Ciências acompanhada de ilustrações fotográficas tomadas com microscópio.

A importância da descoberta se acentua porque até agora os pesquisadores não haviam observado "in vitro" essa propriedade da célula cancerosa consistente em aglutinar-se e formar, segundo os termos do próprio professor Halpern, "verdadeiros organóides, espécies de cânceres, que se desenvolvem no meio de cultura.

Segundo Halpern, é a primeira vez que se obtem num tubo de ensaio um verdadeiro câncer a partir de células cancerosas isoladas, enquanto que até agora nunca se chegou a produzir esse fenômeno de agregação. Para realizá-lo, os pesquisadores franceses fizeram suas experiências em "cultura agitada", com o fim de que as células não se ligassem entre si, mas pudessem encontrar-se."

Atualmente, tem-se uma ignorância total explicou o Dr. Halpern — sobre a natureza das forças intercelulares ou das substâncias que se encontram na base do fenômeno de agregação das células cancerosas. Cabe indagar-se se se trata de forças metabólicas ou de substâncias especiais que a célula cancerosa segrega. As investigações em curso, depois das observações que acabam de efetuar-se, têm por objetivo precisar a natureza dessas forças.

Em sua comunicação, o professor Halpern salientou que unicamente as células cancerosas e não as células sadias da mesma origem tendiam a aglutinar-se de forma definitiva.

Disse que, depois da experiência, as células normais que têm pouca tendência a aglutinar-se em cultura agitada, depois de formar pequenos grupos instáveis, voltam a seu estado de isolamento, enquanto que as cancerosas mantêm uma forte coesão. Portanto, têm um comportamento muito diferente e muito particular.

Finalmente, Bernard Halpern anunciou que, quando enxertadas no animal de origem, as formações cancerosas assim criadas, em cultura agitada, invadem rapidamente o organismo por meio de um tumor muito maligno. Pelo contrário, as células sadias, mesmo se durante as experiências formaram grupos minúsculos, se dissociam facilmente e nunca originam um câncer quando voltam a ser inoculadas no animal de origem."

A propósito, o Prof. F. G. J. Hayhoe da Universidade de Cambridge, Inglaterra, disse, em conferência pronunciada durante o IX Congresso Hematologia e Hemoterapia, realizado este ano em Belo Horizonte, Minas Gerais, que os estudos feitos em células cultivadas em laboratórios são de grande importância para o conhecimento da vida íntima da célula da leucemia, que, num futuro bem próximo, indicará o melhor meio de curar o terrível câncer no sangue. Adianta, outrossim, o cientista britânico que os estu-

dos sobre o assunto foram realizados dentro de modernas técnicas, entre elas a da autorradiografia, que permite a observação da face de multiplicação em que se produz a síntese das proteínas nucleares.

Ainda com respeito à leucemia nos "Annuals of Internal Medicine" de fevereiro de 1965, encontra-se interessante trabalho intitulado "Virus aetiology of leukemia" elaborado pelos investigadores científicos W. R. Bryan V. B. Moloney, T. E. O'Connor, M. A. Flinn e A. V. Dalton, que "O Médico moderno", em sua edição de janeiro do ano em curso, deu ampla divulgação através do resumo seguinte:

"Os autores classificam os vírus em ácidos ribonucleíco (ARN) e ácido desoxiribonucleíco (ADR), de acordo com o ácido que as constitui.

Certos vírus oncogênicos particularmente ricos em ARN multiplicam-se intracelularmente, causando, possivelmente, malignidade celular. Neste caso, o vírus continua demonstrável no tumor e nas células malignas.

De outro lado, os vírus, a ADR, induzem uma alteração maligna e não podem ser demonstrados posteriormente à manifestação tumoral.

Existem no mínimo 14 vírus conhecidos de leucemia murina; isto induz uma variedade de leucemias em ratos e camundongos, similares em parte às leucemias humanas.

O vírus Rauscher da leucemia murina foi isolado e concentrado por centrifugação, por gradiente de densidade e vários estudos foram efetuados, com respeito a suas propriedades físicas e químicas. Este vírus foi utilizado para demonstrar que camundongos podem ser ativamente imunizados e protegidos contra o desenvolvimento deste tipo de leucemia. Imunidade passiva pode também ser demonstrada.

Estudos imunológicos com dois outros tipos de vírus de leucemia murina indicam forte reação cruzada entre os vírus Friend e Moloney.

Experiências em animais demonstram partículas de vírus no plasma, particularmente, nos megacariócitos. Partículas vírus-óide, ainda não classificadas, podem ser demonstradas no plasma de pacientes com leucemia aguda. Elas são morfológicamente semelhantes às da leucemia murina.

Trata-se, como se vê, de interessantes pesquisas, embora com rumos diferentes, sempre objetivando ao esclarecimento do intrincado problema do câncer.

Dr. Jonas Salk, conhecido virologista, ora dedicando-se com todo o afinco a esse complexo setor, formulou nova teoria, segundo a qual se pressupõe que o organismo humano já tenha anticorpos contra o câncer e que este só se verifique quando esses anticorpos sejam destruídos por substâncias químicas desconhecidas. Partindo daí, as suas tarefas diuturnas consagraram-se ao encontro feliz de uma droga capaz de neutralizar a ação dessas substâncias perniciosas, restabelecendo a defesa orgânica em níveis de anticorpos necessários à debelação do processo canceroso instalado.

Para os nossos cancerologistas, entre os quais o Dr. José Carlos de Oliveira, ex-diretor do Instituto do Câncer, "o ideal seria, pois, que a concepção do Dr. Jonas Salk se tornasse realidade e que dentro em pouco a Medicina dispusesse de substâncias capazes de aumentar a capacidade defensiva ou o poder de imunidade contra os elementos anárquicos. Infelizmente, porém, contamos apenas com os métodos clássicos, tais como a cirurgia, radioterapia e a quimioterapia, usados isolada ou conjuntamente."

A notícia em torno desse pronunciamento do Dr. Jonas Salk e os comentários dos nossos especialistas tiveram amplo curso através do "Correio da Manhã", em edições de maio do ano pretérito.

A concepção dessa nova teoria emanada de fonte do maior saber, investigador científico de gabarito internacional, de cuja atuação espetacular nos laboratórios dos Estados Unidos resultou a identificação dos vírus responsáveis pela estrofiante poliomielite e, em consequência, a superação do mal, antes irreprimível, com a vacinação preventiva, hoje largamente empregada em todo o mundo, de acordo com o seu método ou, melhormente, o do renomado cientista Albert Sabin.

Haverá, porventura, mera coincidência no que adiante se reproduz, publicado com destaque, em edição de março do corrente ano, no "Correio Brasileiro", ou as idéias de Jonas Salk presidiram a sensacional conduta do cirurgião Signound Nadler?

Eis o despacho de Buffalo (USA), divulgado com o sugestivo título "Êxito dos médicos de Buffalo no tratamento do câncer":

"Começou no 'Roswell Park Memorial Institute de Buffalo', a segunda etapa de um tratamento experimental destinado a salvar dois homens atacados por um tipo raro de câncer ósseo.

Os médicos declararam que a primeira etapa foi de êxito. Consistiu de uma operação de transplante recíproco de tecido canceroso, dia 4 de março, entre Robert Allen e Harry Griffith.

Segundo os especialistas, o tecido canceroso transplantado praticamente se dissipou. Allen, de 29 anos, e Griffith, de 63, sofrem de sarcoma osteogênico.

O objetivo dos médicos, ao realizar o transplante, foi criar nos dois organismos uma resistência fisiológica ao câncer.

Durante a segunda fase, que durará três semanas, os especialistas tirarão, diariamente, de cada paciente, cerca de meio litro de sangue.

O sangue extraído será colocado numa centrífuga, a 20 mil rotações por minuto, durante meia hora, para separar do plasma os glóbulos brancos e os glóbulos vermelhos.

O plasma e os glóbulos vermelhos serão novamente colocados no mesmo doente. Mas os glóbulos brancos, portadores dos fatores de resistência, serão intercambiados.

Numa experiência anterior, realizada com outro tipo de câncer, os glóbulos fizeram a doença regredir.

O Dr. Sigmund Nadler, do "Roswell Park Memorial Institute", disse que, em quatorze doentes submetidos a um tratamento similar, a regressão do câncer variou de uma pessoa para outra.

Sublinhou que não há garantia de sucesso no caso de Allen e Griffith, já que tipos diferentes de câncer podem reagir de maneira diversa ao mesmo tratamento."

O texto é muito claro quanto ao objetivo a alcançar com o transplante praticado, visando a criar uma resistência fisiológica ao mal canceroso, que se vislumbra possível, na concepção de Jonas Salk, desde que se dispusesse de substâncias aptas a "aumentar a capacidade defensiva ou o poder de imunidade contra os elementos celulares anárquicos".

Na mesma rota, encontra-se o laudado Albert Sabin. De seus contatos diuturnos com os tubos de ensaio, acompanhando a evolução das culturas de material canceroso de toda a espécie, certa vez, até deixou transpi-

rar que os vírus nele isolados já quase o convenciam de estar na pista certa às origens do câncer. Donde partia a alvissareira nova, sobravam motivos justos para as expansões de júbilo verificadas em todos os meios, particularmente os científicos. Albert Sabin, entretanto, com a responsabilidade de seu nome em jogo, refreou o entusiasmo desencadeado, dando ao assunto a real dimensão e prosseguindo serenamente os seus estudos, dos quais, aliás, é lícito esperar resultados animadores.

No entanto, torna a lume com sensacionalística divulgação a teoria virológica, conforme "O Globo", de 28 de março findo, deu curso com o título de "Substância Elimina Rápido o Câncer", com o despacho do correspondente da AP enviado da cidade de Phoenix, do Arizona, nos Estados Unidos, que ora se reproduz integralmente, por oportuno e instrutivo:

"Cientistas inocularam uma substância desconhecida em ratos cancerosos e os tumores malignos foram erradicados em questão de horas. Os cientistas esperam poder criar uma substância similar em benefício dos seres humanos. A substância se revelou tão potente que por vezes dissolve um câncer em quinze minutos. Até agora, porém, ignora-se por que atua desta forma.

A substância já foi experimentada em criaturas humanas a fim de se verificar se o homem pode tolerá-la, com resultados positivos. Embora tais pessoas estivessem gravemente afetadas de câncer os cientistas não quiseram revelar os resultados da inoculação até que a experiência seja divulgada pelas publicações médicas.

O Dr. Lawrence Burton e seu colega Frank Friedman, geneticistas, porém, não formados em Medicina, do Hospital St. Vincent de Nova York, começaram há cerca de oito anos, a refinar a mencionada substância.

Os ratos utilizados nas notáveis experiências de uma família especialmente criada para que padecia de câncer mamário, em cem por cento dos casos, O câncer e provocado por um vírus que é inoculado no filhote quando este toma o leite materno. Ao crescer desenvolve-se o câncer.

Sem falhar uma única vez, nas 250 últimas provas realizadas, a misteriosa substância eliminou prontamente esses tumores, segundo afirmaram os cientistas no Oitavo Seminário Anual de Escritores Cientistas da Sociedade Americana do Câncer.

Para demonstrar o que asseguram, inocularam a substância em dois ratos na noite de sexta-feira. Ambos os roedores tinham tumores enormes. Quando amanheceu os tumores haviam desaparecido quase por completo num dos ratos e completamente no outro.

Depois os cientistas injetaram a substância em outros ratos e desta vez os tumores foram eliminados em cerca de duas horas."

A redação de "O Globo", diante de tão auspiciosa notícia, ocorreu ouvir alguém entendido no assunto, cuja opinião exprimisse melhor ao público sobre o real alcance das experiências realizadas notavelmente e ora espalhadas com meridiana clareza e raios de redenção aos milhões de condenados pelo câncer à morte inevitável. Assim, no dia seguinte, pôde transmitir aos seus leitores o parecer de uma autoridade em cancerologia, qual seja o Prof. Hugo de Castro Faria, que se manifestou objetivamente em que "a descoberta tem, sem dúvida, seu

lado interessante, que é a rapidez com que age a substância no combate ao mal. Quanto à eficácia do medicamento, em ratos, não considera o assunto novo nem tão promissor, já que o câncer nos roedores é provocado por um vírus determinado e fácil de combater, enquanto no homem ainda não foi encontrado o vírus como fator etiológico do câncer".

O episódio, porém, não pode ser subestimado pelo simples fato de que os seus autores não sejam diplomatas em medicina e a comunicação desses êxitos espetaculares nos roedores haja sido feita em seminário de escritores cientistas da Sociedade Americana do Câncer. De qualquer modo, vincularam à profissão como geneticistas do Hospital St. Vincent, de Nova York, anunciando, outrossim, já estar sendo experimentado em seres humanos com a promessa da próxima divulgação de seus resultados em revistas médicas.

Publicada a notícia em Assunção, apressou-se o Dr. José Esculies, cancerologista paraguaio em afirmar que a recente descoberta de cura do câncer anunciada pelos Drs. Lawrence Burton e Frank Friedman, se baseia em investigações realizadas por ele e seus colaboradores. Acrescentou que, desde 1940, vem realizando investigações em criaturas humanas no Paraguai, utilizando soro extraído dos próprios cancerosos. Adiantou que tem 31 pacientes sob tratamento com substância ou soro extraído dos próprios pacientes, que experimentaram o desaparecimento de dores e uma melhora geral, assinalando-se em outros casos um retardamento na evolução dos tumores. Disse, por fim, que o assunto será apresentado na Universidade Nacional do Paraguai para reivindicar, como fruto do esforço científico paraguaio, a importante descoberta.

Será interessante, mais tarde, conhecer-se o desfêcho do litígio em termos precursores, embora o trabalho do médico guarani somente tenha vindo à baila após a divulgação das experiências dos norte-americanos em animais, em tom espetacular, e o aviso prévio de que os resultados da inoculação em seres humanos serão propalados através de periódicos científicos. Os resultados, em suma, o daqueles ou deste, denunciam como responsável a virose como provocador do câncer. E' o que, no entanto, precisa ser comprovado irrefutavelmente.

De Londres, através de despacho do correspondente da B.N.S. ao "O Globo", que o inseriu no espaço dedicado à "Ciência e Cultura", informou-se que recentes trabalhos realizados no Instituto Nacional de Pesquisa Médica de Mill Hill, da metrópole britânica, sugerem que, talvez, haja mecanismo comum, mediante o qual elementos químicos, vírus e radiação, causas essas aparentemente diversas, podem deflagrar o processo canceroso.

Acentue-se mais: que as células contêm enzimas, ou catalíticos orgânicos, essenciais às várias reações metabólicas, incluindo o fracionamento e a construção de algumas das grandes moléculas, entre elas as nucleoproteínas, de que são feitos os cromossomos. Se essas enzimas vagueiam livremente pelas células poderão destruí-las digerindo as moléculas, que são os tijolos da estrutura da célula.

Por isso mesmo, certas enzimas apresentam-se protegidas, dentro da substância geral da célula. Essas constelações de enzimas e as membranas, que a cercam, formam corpos minúsculos conhecidos como lisossomos, visíveis ao microscópio eletrônico. Se a membrana dos lisossomos for destruída, libertando as enzimas,

segue-se a morte da célula. Mas, se a membrana for apenas danificada, permitindo a saída de parte das enzimas, daí pode resultar dano a certas moléculas, com a sobrevivência de células anormais.

Prosseguindo, o despacho de Londres dá conta de que os cientistas do Departamento de Pesquisas Bacteriológicas e Virologia de Mill Hill demonstraram que certos hidrocarbonetos tendem a concentrar-se no interior dos lisossomos, danificando-lhes as membranas e permitindo o vazamento de enzimas. Esses hidrocarbonetos, conforme já se verificou, são agentes cancerígenos.

Concluindo, informa ainda que os pesquisadores de Mill Hill demonstraram, também, que o vazamento de enzimas ocasiona danos aos cromossomos, e que isto, talvez, constitua a base da proliferação celular descontrolada que caracteriza o câncer.

Dessarte, nesse esplêndido resumo de profundos trabalhos especializados, revela-se evidentemente que os cientistas do famoso Instituto da velha Albion ainda não se lixaram em um agente causal, voltando os raciocínios da brilhante equipe de pesquisadores, em face de seus estudos e observações, em redor de causas prováveis do câncer, como os elementos químicos, os vírus e a radiação, entre os quais, algum dia, se não encontrar o responsável verdadeiro.

Ronda-se, pois, no presente momento, em volta da trilogia suspeita, tentando-se dentro dela esclarecer o enigma fatídico.

Enquanto tal não ocorrer, infelizmente, a simples notícia de descoberta de uma droga que curaria o câncer, mesmo de iniciativa de um leigo, se acompanhada, ao mesmo tempo, de alegados casos de doentes por ela beneficiados, como se verificou em Belo Horizonte no ano pretérito, e que ainda não saiu das manchetes jornalísticas, não deixa de interessar vivamente à própria Organização das Nações Unidas, consoante ficou bem salientado nas linhas iniciais desta oração, agora, mais do que nunca, empenhada na solução desse crucial problema de saúde. Basta atentar sobre como, nesse episódio, atuou voluntariamente o chefe do Comitê de Divulgação da ONU no Brasil, Sr. Elpidio Farias; procurou o autor da propalada descoberta de uma substância anticancerígena para saber a que resultados chegou no louvável esforço de formulação do remédio em benefício da humanidade. Ponderou que cumpria a sua obrigação de reunir material e documentos a respeito, para enviá-los ao Centro de Pesquisas das Nações Unidas e ainda apelou para que não desamparasse o pesquisador em suas humanitárias tarefas, pois que, somente nos Estados Unidos, morrem 310 mil pessoas, por ano, de câncer. Ao representante da ONU, o engenheiro José Neves Ciprestes esclareceu que estudou durante nove anos o assunto, pesquisou incessantemente; aplicou, enfim, todos os seus haveres nessa descoberta. Daí ter formado opinião de que se tratava de um químico bem intencionado, de libada honestidade, devendo-se antes apoiá-lo nas suas pesquisas e não o desestimular com processos por exercício ilegal da medicina, como já estava acontecendo.

Por sua vez — é justo consignar-se nesta oração — o presidente da Associação Médica de Minas Gerais declarou, então: — "Não estamos contra o pesquisador. Desejamos tomar conhecimento da sua descoberta, mas tudo deve ser feito dentro das previsões legais. Não podemos concordar com experiências no corpo humano, sem assistência médica, pois configura exercício ilegal da medicina. Ficamos, até, imensamente orgulhados, realmente, um mineiro descobrisse a cura do câncer."

Na verdade, se o infortunado problema "a todos diz respeito", qualquer descoberta apregoada, no entanto, de um remédio curativo da enfermidade tão temida deverá ser acompanhada de comprovação científica de sua eficácia, o que somente será possível fazer com tranquilidade se a presença atenta de um médico da confiança pessoal do autor for identificada como uma constante idonea em todas as suas fases, prevenindo-se, desse modo, o episódio alvissareiro dos embaraços legais na hipótese, como no caso em lide, surgente de origem inidonea ou mesmo charlatanesca. Sobre a causa, nada se disse, apenas a ocorrência limita-se aos efeitos de uma droga com pretensões curativas, cuja fórmula, a esta altura, segundo noticiário de fins de março último, ainda não foi revelada a quem de direito, porque o autor ainda não pode retirar da droga o odor desagradável que apresenta. É inarredável, todavia, a sua convicção da plena eficácia do remédio na debelação dos processos cancerosos.

Como em outras circunstâncias, de fonte de toda a idoneidade científica, tal acontecimento, é natural, nesta espécie, "dar tempo ao tempo", não obstante o virtual empirismo que envolve.

Mais uma notícia nesse sentido tem divulgação na página de "O Globo", de 14 do corrente (abril), dedicada aos assuntos internacionais, através do despacho de Atlantic City, Nova Jersey, do texto seguinte: "Os tumores malignos têm, ao que parece, uma tendência para se destruírem a si próprios, tendência esta que se vê favorecida pela presença das radiações ou de certas substâncias químicas, declarou ontem o Dr. David Brande, ante a Federação Norte-Americana de Biologia Experimental. O Dr. Brande espera assim encontrar um meio para curar o câncer e acrescentou que as células cancerosas contêm partículas minúsculas, os lisossomos, as quais, por sua vez, contêm enzimas e que, ao se libertarem, são capazes de destruir as células."

A revista "Manchete", então, de 16 do mês em curso (abril), apresenta quatro páginas, com interessantes e vistosos clichês ilustrativos, sob o título "O Câncer não é invencível", nas quais dá o maior realce as ideias do Prof. Juvenal Ricardo Mayer, que, durante 49 anos, se vem dedicando ao assunto, concluindo, após longas e pacíficas pesquisas no Instituto Biológico de São Paulo, que o descontrolado crescimento celular está ligado a tudo quanto possa destruir ou impedir a ação da desidrogenase.

A respeito de sua teoria, assim explica o Professor Mayer: um fato conhecido por todos os especialistas é que o ácido nucléico, como a ribose e a desoxirribose, são absolutamente necessários à formação dos núcleos e, portanto, à multiplicação e reprodução celular.

Eis o que descobriu: com a ocorrência da desidrogenase, esses ácidos transformam-se num grupo adedilhado, grande inibidor da mesma multiplicação celular. É, portanto, a desidrogenase o fenômeno que controla o crescimento normal das células dos animais superiores. Pelo que foi observado até agora, pode-se dizer, em tese, que todas as causas ocasionais que coincidem com o câncer são capazes de impedir a ação da desidrogenase.

Entre essas causas, podemos citar agentes infecciosos, como certos vermes (espiroptera neoplásica), parasitas das vias biliares dos camundongos. Entre estes incluem-se alguns vírus filtráveis, como o vírus do sarcoma de Rous, e também, os vírus causadores de leucemias. Além disso, certas substâncias derivadas do alcatrão, como o metilcolantreno e o dibenzopireno, também produzem o câncer, e o mesmo fazem energias ra-

dioativas, como a do rádio ou dos raios X, o próprio calor, as irritações crônicas em um determinado ponto. Todos esses fatores podem ser causas ocasionais do câncer, por destruir a desidrogenase citada.

Dentro da triada suspeita — elementos químicos, vírus e radiação — até agora apenas se pôde abordar o que, de melhor e interessante, serviria aos inquiridos verdadeiros, que informam o presente discurso nesta ala Caca do Poder Legislativo, exibindo os lances de maior valor e curiosidade dessa soberba pugna que se trava na obscuridade de um mal impiedoso, ainda insidioso, em termos do dueto teórico em que porfiam os adeptos da contração bioquímica e os da virose demolidora da estrutura celular.

Doravante, a radiação é que estará em causa, ocupando as laudas restantes, e nelas descobrir-se-ão coisas que, talvez, convençam não ter sido em tão este esforço — do que fala — e a paciência e tolerância dos que o honram com sua atenção, malgrado a aridez do tema e os longos minutos exigidos para tal fim.

Não foi ao acaso, porventura, que os trabalhos do Instituto Nacional de Pesquisa Médica de Mill Hill, Londres, deram a radiação o terceiro e último lugar na sinistra trindade de figurantes suspeitos de deflagrar a terrível moléstia.

Realmente, as preocupações dos cientistas e pesquisadores fixam-se, preferentemente, nos componentes bioquímicos celulares ou no elenco virológico, em cujo meio — acreditasse — inevitavelmente, se identificará o responsável único ou, caso contrário, cõeoparticipantes indesejáveis.

Portanto, "a questão superficial é saber, sem grande trabalho, que a irritação geral favorece o aparecimento do câncer e a questão profunda, essencial e numana, que se faz com muito trabalho, muitas pesquisas dedicadas, e procurar com afinco a "queque coisa", que influi sobre a célula ou grupo de células, a ponto de produzir o enlouquecimento celular, a anarquia de proliferação, como bem acentuou o Dr. Mendonça Castro, na excelente monografia citada. Não é melhor ainda não sair desses dois círculos, onde já se julgam encurralados os nefastos agentes causadores."

Contudo, fora dele, é que nos encontraremos, daí por diante, na verdade, dentro do terceiro círculo: é que uma última convicção nos induz a acreditar — tantos os malgros nos dois outros — mais seguramente achadiça, afinal, a pista almejada.

Fassemos, então, a vasculação.

De antemão, o sobreaviso de que se limitara esta tarefa tão só à busca daquilo onde se possa vislumbrar um suspeito fator etiológico, pouco importando nesta caminhada tudo quanto se tem escrito ou praticado a respeito da radiação com fins terapêuticos contra o câncer, salvo incursões superficiais elucidativas.

Nesse particular, com efeito, é impressionante, é copioso o documentação existente, quanto aos elementos radioativos e à radioterapia.

Alguns fatos valem lembrados aqui, dentro do mero prisma de ilustração.

Divulgou-se, há pouco, que um dos mais ativos tipos de câncer é o que acomete um dos olhos, sobretudo atacando crianças com tendência hereditária para o mal, na proporção de uma para 14.000, o qual está sendo curado, felizmente, na proporção de 85 a 90 por cento dos casos, com raios X e medicamentos apropriados, com a

ressalva de que descoberto, em estágio incipiente.

Note-se que se alega "tendência hereditária para o mal" quanto à incidência desse tipo de câncer na criança.

Em janeiro deste ano, um dos colonistas científicos de "O Globo", o conhecido Dr. Walter C. Alvarez, da Clínica Mayo, nos Estados Unidos, informou, sob o título de "Novo tratamento do câncer", que:

"Recentemente, o "C. A.", jornal dedicado ao problema do câncer, publicou uma exposição do Dr. H. S. Kaplan, na Faculdade de Medicina da Universidade de Stanford, Califórnia.

Disse ele a respeito de notáveis resultados obtidos com as máquinas de supervoltagem que fornecem uma energia de 2 a 10 milhões dos chamados electron-volts (MEV). A máquina convencional de raios X, há muito usada, para tratamentos, tem uma energia de apenas 200 mil a 400 mil volts.

Os raios de supervoltagem podem penetrar através da pele e dos ossos sem causar danos aos tecidos e, assim, uma dose muito maior de energia pode ser aplicada, com segurança, nos órgãos internos cancerosos.

Isto se faz com que os resultados do tratamento sejam muito melhores que os obtidos com máquinas de voltagem mais baixa.

Em muitos centros médicos, os tratamentos são feitos durante alguns dias da semana e esta dosagem é bem tolerada pela maioria dos pacientes. O tratamento pelo novo método dura até seis semanas.

Todas as pessoas devem saber que os tumores altamente sensíveis ao rádio são curáveis pela radiação, enquanto outros tumores altamente resistentes aos raios, geralmente não o são.

Alguns pacientes, principalmente aqueles que recebem o tratamento sobre o abdome, sentirão náuseas.

Com os raios de supervoltagem, os cânceres no colo do útero, quando descobertos cedo, são curáveis, na proporção de 9 em dez casos.

Um em quatro casos, ou mesmo, em três casos de graves cânceres da bexiga, pode ser curado com a técnica da supervoltagem. Metade dos casos de câncer da glândula prostática, quase todos os tipos de câncer no nariz e garganta e mesmo o terrível câncer dos olhos nas crianças, agora podem ser curados pela radiação, segundo a nova técnica."

No que tange aos radioisótopos, somente no ano de 1953 foram publicados mais de 4.000 artigos referentes às importantes investigações médicas realizadas com isótopos radioativos, tendo sido notada a enorme variedade de campos de aplicação, como já se observa em relação ao cobalto 60, consoante foi informado de Genebra, traduzindo os resultados práticos da Terceira Conferência Internacional sobre o Uso Pacífico da Energia Nuclear, realizada naquela cidade, sob os auspícios das Nações Unidas, na qual se chegou a sintetizar "aplicação dos radioisótopos só pode encontrar seu limite na fantasia do homem."

Com essas breves incursões nas áreas das radiações com finalidades terapêuticas ou de outras natureza, sempre encarradas em seu uso normal, no cotidiano de tratamentos especializados ou no emprego com objetivos diversos, como agente ativador de reações, na química; na indústria doméstica, para aumentar a capacidade

de de conservação dos alimentos; na investigação oceanográfica, para medir a orientação e velocidade das correntes marítimas mais profundas, etc., enveredamos, sem mais paradas, agora, pelas trilhas em que as radiações se mostram, ao revés, bastante danosas ou mortíferas.

Em meado de julho do ano passado, telegrama de Spoleto, na Itália, anuncia que "uma verdadeira leucotomia cancerosa está sendo registrada na aldeia de Buggiano, próxima aquela cidade, na qual a radioatividade da água acusa 400 picocuries, enquanto o limite tolerado pelo homem é de apenas 100 p.c. Em poucos anos, a população de Buggiano passou de 600 a 100 habitantes, tendo sido a maioria dos óbitos motivado pelo câncer. Tal fenômeno, denunciado pelo jornal italiano "Paese Sera", provocou a nomeação de uma comissão sanitária encarregada de descobrir a origem dessa radioatividade letal."

É do conhecimento público o tremendo choque aéreo nos céus da Espanha, na área do município de Palomares, do qual resultou a queda de um avião norte-americano equipado com bombas nucleares, de plutônio e urânio. As que se partiram sobre o solo, sem explosão — bem entendido — causaram o derramamento de material nuclear, havendo inquietação quanto à contaminação pela radioatividade da população, da qual certa parcela de cerca de 2.000 pessoas tinham sido efetivamente expostas ao perigo da radiação, mas que ninguém recebera dose perigosa.

De fato, após 45 dias do funesto acidente, esclareceu-se que os estudos radiológicos da região de Palomares, de sua população e do gado foram realizados em laboratórios norte-americanos e espanhóis, concluindo-se que não havia motivos para temer que a população estivesse contaminada e, de outro lado, nenhum perigo oferecia o uso de legumes, carnes, leite e pescado, procedentes daquela região.

Isso porque, na verdade, não houve emanções radioativas além da dose compatível aos seres humanos, diretamente ou, através da impregnação dos gêneros de consumo alimentar.

Não é preciso relembrar os numerosos e tristes episódios assinalados em toda a parte, com o sacrifício de vidas preciosas, que foram expostas às radiações nocivas da então aparelhagem de radiologia ou de radioterapia, que as indústrias especializadas ofereciam à prática da medicina com a garantia de segurança possibilitada pelos instrumentos de testes da época.

Com o aperfeiçoamento obtido, os riscos são, hoje, quase nulos, raramente transpirando informação de que alguém no manejo do complicado equipamento ou dele recebendo os raios salutares acuse reação mínima, ou manifeste a lesão aterradora — a radiodermite — de consequências inquietantes, por vezes, mutiladoras ou mortais.

Parodiando Oitica, diria que, até este instante da oração, que já vai por demais longa, a sucessão de períodos logicamente concatenados diz-se, por sua essência, praticamente histórica.

Realmente, no problema palpitante do câncer, relacionando de tal forma tudo que se julgou aceitável de figurar como acontecimento científico elucidativo de um trabalho, no qual se procura revelar as multiformes atividades alheias no sentido de decifrar a enigmática origem da "doença do século", então, sinceramente falando, pelo menos, na aparência o é.

Do exposto, em verdade não se chegou a uma conclusão satisfatória. Ne-

nhuma idéia ou teoria se afirmou, desmascarando-lhe, sem sombra de dúvida, a misteriosa causa, arrancada com uma pinça dentre os elementos químicos ou os vírus inúmeros ou, afinal, do bojo das radiações.

E, quanto a estas, sobretudo, só se fala ou se discute sobre o que possa acontecer de fora para dentro. A radioatividade deve ser objeto de cuidados especiais, em termos de doses, devendo ser controladas por todos os meios, para que ela não aja sobre o corpo humano senão com aquela penetração, que a ciência já estabeleceu como limite adequado em grau de incolumidade.

As radiações, sob qualquer aspecto, em suma, na sua incidência sobre a vida humana ou vegetal, têm ainda constante presença na publicidade leiga, indígena ou internacional, ora pelos efeitos malféficos, ora pelos influxos de novas conquistas no domínio terapêutico, sobretudo no combate ao câncer, agora em termos de supervoltagem.

Indagar-se-á, então: — E de dentro para fora? Em particular, no corpo humano, alguma coisa já foi revelada, perquirida que denotasse sua presença latente no íntimo orgânico? Na hipótese afirmativa, a radioatividade celular é de somenos importância, nada significando até hoje que possa merecer sequer o desperdício de preocupações mínimas que sejam?

Quanto mais — replicar-se-ia — nesta oportunidade excepcional, com tantos recursos financeiros à disposição dos meios científicos interessados, quando já se pressupõe atingida a meta suprema nos laboratórios, onde aparelhos eletrônicos apontam pista segura no âmago celular entre seus elementos químicos desajustados ou, por outra, indesejavelmente presentes os microorganismos malfazejos?

Então, porque se desviar a atenção — num tático recuo para a estaca zero — de um problema, cuja equação já não admite mais delongas, tal a angústia reinante no espírito do milhões de seres atingidos pela cruel enfermidade? Que importa, desse modo, reinquirir as radiações celulares, desvendando-lhes oscilações, provavelmente nada incômodas, se nenhuma suspeita sobre elas recafram, até agora, por sua insignificância dosimétrica, não advindo teoricamente periculosidade qualquer para a vida molecular?

Contudo, é nesta estrada aparentemente secundária de um problema crucial, que os passos, ora dados, se tornarão conhecidos, mesmo que se julguem em caminhada trópega, mal distinguindo no horizonte distante os indícios de uma esperança redentora.

Vale a pena, contudo, saber até onde se confundem as pegadas de viandantes místicos, em que ponto, nesta hora, elas se interromperam, a fim de que se possa dar uma olhada para trás, no sentido de lobrigar se mais alguma sombra humana há na mesma trilha adiafora, com iguais e tímidos desígnios, conduzindo, às vezes, útil e interessante repositório de meditações e estudos tantos, que terminam por transformar-se mesmo em concepções nada ilusórias.

Nesta parada, noite a dentro, do atalho quase deserto, a silhueta divisa-se de um andante anônimo, que por ela, também agora, enveredava obstinado em ver realizado certo sonho tumultuado e espantoso.

Afinal, identificou-se. Nada mais que um homem qualquer. Desiludido, no íntimo, profundamente, quanto a uma idéia fixa que pouca gente entendia ou, de outro modo, não inspirava crédito.

Dai, o vai-e-vem contínuo em trecho pequeno do caminho secundário, sem companhia idônea, cruzando-se, aqui ou acolá, apenas com distraídos passantes.

— Pergunto-lhe: Que faz tão hesitantemente?

— Porque não consegue percorrê-la, destemidamente, toda, confinando-se em extensão tão reduzida?

Já o adivinho. Com certeza, "não o deixaram as lutas da pátria seguir muito adiante a vereda que levava".

— Mas, por curiosidade, que traz, além do mais, no volume que sobraça? Apenas, um aparelho de ondas magnéticas ultralongas de baixa frequência, de origem japonesa, inventado pelo engenheiro T. Fujiyama, da Faculdade de Engenharia da Universidade de Tóquio, com a colaboração do médico T. Ouchi, Diretor do Instituto de Pesquisas da Cia. Eletro-Industrial Kansai.

E, desde logo, antecipa-se esclarecendo a inocuidade de seu emprego por ter sido comprovada a inexistência de radiação ionizante, nem produção de radiações ionizantes, mas tão-somente campos magnéticos alternados de baixa frequência.

— Bem, pelo que vejo e já ouvi, percebo que é entendido no assunto e se empenhou pelo tema — radiação.

— Qual o seu nome?

— Humberto Zilli.

— Apesar de não ser diplomado em

Medicina ou ciências afins, dedico-me, de forma prática, superficialmente, aos estudos de Física, de Bioquímica e de Eletrônica.

— Então, já que me conhece, peço-lhe que se identifique igualmente.

— Quem é o senhor?

— Um médico qualquer, que a intuição o encaminhou para uma especialidade muito exigente em termos de recomposição do físico humano alterado em sua forma normal, seja qual for a origem, antes do nascer ou nos azares da existência. Preocupamo-nos, também, as radiações, particularmente em suas emanções intensas e nocivas, tão temidas em toda parte.

— Bem, vamos entender-nos, por isso mesmo, doravante, a partir deste fortuito encontro nesta via pouco palmilhada, ainda não vencida firmemente por quase, ou praticamente, ninguém, talvez certos de que, na realidade, "esta estrada cruza o caminho que vai ter à fonte" em busca da qual as nossas andanças possam confundir-se e nortear-se agora na cadência de passos firmes, visando ao alvo comum: a do câncer.

— Antes, porém, de despedir-nos neste encontro casual, quicá, de uma marcha em comum para distante quadrante científico ainda tão enigmático, compulse o impresso deste aparelho que lhe exibi, do qual é o maior anúncio a ausência de radioatividade e de radiações ionizantes e, no mesmo passo, enfaticamente, sobre os efeitos terapêuticos de suas ondas magnéticas ultralongas, de baixa frequência.

Há algo nêle que convém fixar bem, pois, adiante, muito servirá aos constantes diálogos entre nós, sobretudo no tocante às minhas idéias próprias sobre a causa dos processos cancerosos.

Como foi possível a um engenheiro e um médico se completarem na idéia de construção de um aparelho, cujo princípio terapêutico se baseia na ação benéfica dos IONS negativos? E

o que se verá nesta seleção de trechos em arrumação adequada:

"O Dr. Ouchi, que desde 1945 vem se interessando em volta do problema da enfermidade provocada pela bomba atômica nos arredores da desaparecida cidade de Hiroshima, notou que a inalação dos IONS negativos operavam sobre os pacientes, melhoras sensíveis. Dai é que, ao lado do engenheiro F. Fujiyama, trocando opiniões sobre a possibilidade de aproveitá-los, não somente para inalação e banho exterior, mas também infiltrando-os através das moléculas, células e ossos, surgiu a idéia de uma renovação. De fato, para um engenheiro não poderia ser difícil satisfazer o estudo do Dr. T. Ouchi: Ele colocou dois eletrodos em sentidas paralelos e ligados em série, etc., obtendo assim as ondas magnéticas. A esta altura concluíram, após sessões e prolongadas experiências, que essas ondas davam excelentes resultados, provocando esta fuga de elétrons."

Para compreender-se a ação benéfica dos IONS negativos, ou seja, dos IONS reconstitutivos, é mister conhecer-se a electricidade no seu campo eletrônico, ou seja, o seu valor em relação aos elementos químicos.

O Átomo é a maior partícula dentro da matéria física; é o indivisível. Todavia a ciência moderna, com os seus largos passos encontrou dentro dele os Elétrons que com os seus respectivos núcleos, compõem os 92 elementos químicos anteriormente conhecidos e mais os transurânicos.

O cientista alemão, Dr. Fritz Kahl, em sua obra "O Átomo", referindo-se ao "Sistema Periódico dos Elementos Químicos", mostra-nos a relação que há dos Elétrons, isto é, das partículas elétricas com o nosso sistema orgânico e para a formação dos corpos tangíveis, etc.

Assim, por exemplo, 1-H (hidrogênio) com um elétron girando sobre seu próton; 2-He (hélio), mesma órbita com dois elétrons; 6-C (carbono), duas órbitas com mais 4 elétrons na segunda, ou sejam, um total de 6 elétrons; e assim por diante são classificados os elementos químicos até o 92-U (urânio) com os 92 elétrons e órbitas proporcionais, determinada-mente, etc.

Quando o elétron se encontra livre, forçado pelos eletrodos, formando campo magnético, tem a tendência de se unir a qualquer núcleo positivo (desnudo) encontrado em seu caminho.

Em um campo magnético, portanto, encontraremos grandes quantidades desses elétrons, disponíveis, podendo enriquecer um órgão que se encontre com deficiência desses elementos.

O fenômeno da reorganização segue-se, segundo as obras de G. Camow e outros cientistas da seguinte forma:

O Elétron (com carga elétrica negativa) libertado é novamente atraído pelo Próton (com carga elétrica positiva — núcleo do Hidrogênio 1), à custa da intervenção do Méson (partícula de massa com carga instável) entre o Pósitron (com carga elétrica positiva) e o Neutron (sem carga elétrica e de massa igual a do próton).

Supõe-se que o Méson seja responsável pelas forças de ligações nos núcleos.

Assim se esclarece a forma que o elétron livre se desperta e se reorganiza oriundo do ION negativo. Ele parte de seu estado latente para o estado ativo e deste para o próton que lhe constitui atrativo.

No caso de foco mórbido, na maioria, o transtorno ocorrente assinala,

deficiência de elétrons: O vocabulo MORTE empregado para as células é um mito; tudo se transforma."

Baseado, nesse estudo, que, aliás, é de suma profundidade, é que o Doutor Ouchi corporificou a idéia com um aparelho, ao qual deu um nome sugestivo — "MAGNETIZER".

Não há dúvida de que o conhecimento prévio deste tópico me deu logo plena convicção de sua utilidade terapêutica e, outrossim, boa disposição para ouvir bastante e compreensivamente o obstinado Humberto Zilli, nos encontros futuros combinados, em torno de suas idéias, envolventes de curiosidade e sedução, que poderiam conduzir mesmo à verdadeira, indiscutível e tão desejada descoberta da causa do mal fatídico.

Entrementes, ocorria-me, como mais um subsídio ilustrativo, que o pesquisador polonês George Lakhovsky, publicara, em 1934, uma monografia sob o título "L'oscillateur a longueurs d'onde multiples", abordando não somente um novo processo de terapêutica para o câncer, como também, ensinando uma teoria para a carcinogênese.

Considerou o autor a célula como sendo capaz de oscilar em frequência própria, subordinada às dimensões dos seus elementos figurados como os cromossomos e condríons, assimilando-os a circuitos oscilantes microscópicos. Uma perturbação na composição do meio líquido intra-celular teria como consequência a variação no comprimento de onda peculiar a cada célula, constituindo este fenômeno o determinante da cancerização. Entre os elementos capazes de provocar essa perturbação eletro-magnética da célula, o autor apontou as variações de intensidade do campo magnético terrestre, os raios cósmicos e os traumatismos.

Propondo-se, desse modo, a conseguir a cura do câncer, o professor George Lakhovsky construiu o denominado "oscilador de múltiplos comprimentos de onda", destinado a interferir na radiação anormal da célula lesada, forçando-a a voltar a oscilar no seu comprimento de onda normal e assim regenerando o tecido neoplásico, que voltaria ao estado de saúde.

Como se vê, naqueles idos da década de 30, já um cientista idealizava um aparelho, tendente, em síntese, a interferir na radiação anormal da célula lesada, corrigindo-lhe a perturbação eletro-magnética nociva e desagregadora de sua textura nobre.

Dentro desta "estrada da conquista", os dois, — vai por quase dois anos — andam ou estacam, na marcha com as idéias afinadas ou nas paradas, dirigindo dúvidas.

Afinal, havia chegado o momento em que o leigo estudioso e obstinado já estaria em condições de dizer claramente a que conclusões alçara, atendendo firmemente às indagações do interlocutor que topara na caminhada, com redobradas razões mais pensativo e inconformado, como médico, em torno de um arrepiante problema de saúde, para cuja solução se empenham ou se mobilizam todas as vocações científicas do mundo contemporâneo.

Dai por diante, é óbvio, ter-se-ia, então, que estereotipar os diálogos, em termos de perguntas e respostas, a fim de que fosse possível aproveitar as idéias expostas, com a convicção de um místico, que formulava mesmo com lábios de teoria.

Em meu espírito, encontrou largo vão, em que pudesse transpor abarcando o tema grande, que o envolvia tão obcecadamente, bem como, no

entanto, por ele arriscou-se a passar, já decepcionado de incompreensões outras.

Praticamente, nos primeiros ensaios de uma conversa seria — com quem, finalmente, desejava dar-lhe razoável crédito — deixou-me transparecer, contudo, as frustradas peregrinações passadas com palavras amargas, as quais interpretei logo, como ocorria a um João Ribeiro: "De há muito me habituei a não contar com os favores da opinião, e a procurar em mim próprio a aprovação de meus esforços."

A confiança ressurgia, entretanto, com pórtico tão franqueado, dando-lhe ânimo e expansões inusitadas.

Abriu-se, então, revelando excepcionalmente todo o manancial de conhecimento que acumulou, fruto de suas meditações, estudos e pesquisas, de alguns anos datando.

Isto pôsto, ao interessante questionário consequente — já não é sem tempo — o que de agora em diante se tratará.

Inicialmente, Sr. Humberto Zilli — pordeio-lhe — seria superfluo indagar-lhe sobre o que pensa acerca da incidência das radiações externas, isto é, de fora para dentro, comprometendo letalmente o organismo humano.

Fora o que acontecia antes da última conflagração geral — de 1939 a 1945 — com os aparelhos de alta frequência destinadas a fins terapêuticos ou não, que tanto temor causavam, a guisa de preambulo, esclarece que é de opinião, também, que os enganos atômicos, como arma de guerra, além da vasta e completa destruição material, ocasionam o câncer nas criaturas atingidas pela radiação desprendida, senão a leucemia a sua manifestação mais eloquente. Com fins pacíficos, as usinas termo-nucleares, bem assim os equipamentos de alta frequência v.g. a Bomba de Cobalto, os Raios X, os transmissores de Televisão, etc., ao menor defeito em seus arcabouços protetores, deixam escapar partículas radioativas nocivas, expondo, sobremaneira, aos riscos de um processo canceroso quantos estejam sob a sua influência constante.

Faça a tal perigo, é que se apresentam com blindagem cada vez mais segura tudo o que se constrói ou se monta nesse sentido, preservando o ser humano que se mantenha próximo, técnico ou não, conforme o seu emprego, nas ciências ou objetivos industriais.

Após a breve digressão, responder-me-á, então, Sr. Humberto Zilli, de modo franco, às indagações que, na verdade, me interessam e que visam a conhecer o que foi possível colher de suas meditações, praticamente, no terreno da radioatividade de dentro para fora.

El-las:

1º Acha que a radioatividade normal orgânica poderia concorrer, também, para a explosão celular determinante da tumoração maligna?

— Sim, desde que haja, por diversas circunstâncias, um desequilíbrio dos sais orgânicos, registrando uma tensão menor dos principais que se constituem defesas em confronto com o sal 19-K, o qual possui um isótopo natural radioativo de massa 40 com uma percentagem de 0,012% de raios gama. Ele, no malmenie, é indispensável e regularmente administrado na medicina, porém, numa tensão superior às defesas, ele se constitui, fatalmente, a causa. O iminente neoplasma maligno, todavia, obedece à seguinte ordem ascendente:

I — É necessário que o paciente esteja propenso. A predisposição consiste na manifestação do processo de

ou devido à deficiência das defesas eletroquímicas orgânica. Nestas condições, poderá permanecer um tempo indeterminado sem a manifestação do neoplasma, em virtude do oxigênio absorvido pelo organismo, com restrição ou escassa defesa.

II — Sendo propenso, o câncer irá manifestar-se através de um trauma ou num outro foco mórbido mais ou menos adiantado. Neste caso, seja qual for a aparente causa, ela tomará o caráter de tumor maligno. O nêo não se manifesta onde não haja foco mórbido embora as partículas radicativas em excesso circulem nos vasos pelas demais partes do corpo. É por esta razão que um simpósio organizado pelos médicos e cientistas, neste particular, se equivocou no conceito real dos fatos.

III — O paciente estará sujeito ao congestionamento desde que seja vulnerável, conforme o parágrafo primeiro, porém, para tal obedecendo dois fatores:

a) Imperfeito metabolismo ocasionando a queda vital (anemia).

b) Incidente orgânico, isto é, também queda vital proveniente de regimes excessivos nos casos de obesidade ou nas extravagâncias, etc.

Em qualquer dos casos, empobrecendo a metalização, e mistér que se evidencie uma densidade interior das defesas em confronto com o sal 19-K do organismo. Pois, o paciente poderá ter deficiência de hemoglobinas e não ser propenso ao câncer. Neste caso, no paciente, somente se manifestará uma anemia até o nível leucêmico ou retratada hiperleucocitose.

É mistér que não se confunda leucemia com o câncer. Todavia, dependentes de circunstâncias eventuais, o paciente poderá apresentar-se com as duas manifestações com 80,90% de probabilidades.

2º Quais são os sais que se colocam como defensores no organismo, contra o lado perigoso dessa massa 40?

— Todos os sais possíveis de se saturarem com o 19-K, são defensores. Todavia, a incumbência, na íntegra, cabe somente aos sais que possuem maior massa atômica, considerando-se como principal o sal 20-Ca em virtude de se encontrar, no organismo, numa proporção muito superior a todos os demais; ele é o sustentáculo do equilíbrio radioativo restrito. Seguindo-se-lhe, encontra-se o 26-Fe e, com muita escassez, o 33-As.

3º Num bombardeio dessa natureza, naturalmente restrito, no caso normal, qual seria o aproveitamento desse fator que no organismo representa a "face de dois gumes"?

— A resposta é hipotética, afirmando-se que as partículas radioativas, no organismo, concorram para a destruição das toxinas e resíduos, eliminando-os do organismo. Comprova-se com a deficiência do 19-K, os rins sofrendo alteração na sua função.

4º O que o senhor diz a respeito dos vírus ou bacilos encontrados no NEO em estado mais ou menos adiantado?

— Que não passam de aparente causa, advindo por outras razões e que poderão ser destruídos pelo próprio tumor canceroso os que se encontram na região, à medida de seu curso.

A preocupação sobre o vírus, báculo ou cóco, apresentados no paciente, é assunto secundário com relação ao câncer ou, por outra, normal, afeto ao expediente conhecido pelos médicos, administrando os antibióticos ou vacinas, etc.

5º Qual é a sua opinião referente à publicidade em torno do câncer, no que respeita ao alarido e arsinico,

de que foi veículo a Revista da Cruz Vermelha Brasileira nº 106?

— Sob os pontos de vista do 33-As, pelo fato de o possuímos, e do alarido, por serem simplesmente tóxicos, acusados como causa do câncer, eu discordo dentro da lógica.

Acredito que, numa fábrica de breu, os operários respirando essa póeira, ela possa impregnar os pulmões e emaranhar os alvéolos, concorrendo para escassez de absorção do oxigênio; e, na deficiência deste, provocar a perturbação metabólica; esta, por sua vez, coloca os sais orgânicos em desequilíbrio e, sucessivamente, advindo o câncer, conforme a minha concepção.

6º A referida publicação, em 1930, apresenta-se favorável à sua teoria?

— Sim, somente mencionando um ponto de vista que eu não o atribuo totalmente como a causa, mas como aparente causa.

"A concentração dos íons de cálcio no plasma sanguíneo dos cancerosos diminui de 10% em comparação com os indivíduos saos. E sabido que o íon de cálcio aumenta a tensão superficial. Os fatos observados de que a erisipela perturba o desenvolvimento do câncer, fazendo-o, às vezes, regressar numa certa medida, explicam-se pelo exame do plasma sanguíneo, que, nesses casos, mostra um aumento da tensão superficial."

A publicação demonstra a influência do 20-Ca, porém, sob outro prisma. Eu não coloco o 20-Ca na situação unicamente de responsável, assim como também não poderei colocar o 19-K, isoladamente, como responsável pelo câncer. Ambos são os maiores responsáveis desde que o nível de íons de 20-Ca seja inferior ao 19-K.

E por que o 19-K? Por ser também tóxico? Não. É porque, repito, ele possui isótopo radioativo natural (massa 40) que promove, na falta de defesa, o bombardeio de outros, com a ionização dos neutrons.

O seu termo "enlouquecimento celular" somente poderá dar-se através dessa ionização atômica, que se processa em cadeia, conforme se verifica no neoplasma maligno.

7º No trabalho científico, em apêgo, consta o seguinte: "Nos traumatismos mecânicos encontra-se sempre uma diferença de potencial elétrico entre o tecido lesado e o sadio. Por outro lado, a lesão das células produz substâncias que atuam sobre a tensão superficial. Quando o câncer se constitui, verifica-se realmente uma diminuição da tensão superficial nos tumores tissulares."

— Como se explica essa queda em relação à sua teoria sobre a causa do câncer?

— Esses pormenores que no meio científico são conhecidos, eu esperei relatá-los oportunamente, inclusive outros com relação ao metabolismo. A sua pergunta obriga-me a antecipá-la, aqui, em síntese, uma explicação: Toda vez que se faça algo, provocado por elementos químicos ou concorridos pela subtração por intermédio da umidade, promovendo-se o afastamento dos elétrons dos seus prótons, e, respectivamente, átomos e células, então a tensão elétrica cairá independentemente da radioatividade. Todas as concepções até essa altura poderão surgir, alterando a circulação, etc., porém, sem a manifestação do câncer.

O câncer sendo constituído de agrupamentos de células, cujos átomos se encontram em maioria com os seus prótons em estado de ionização radioativa, é muito natural, que também a tensão elétrica diminua obedecendo à seguinte lei da Eletro-Química: "Os prótons, cujos átomos são partidos (com ionização radioativa), não atraem e nem são atraídos pelos ele-

trons. Portanto, é muito lógico que "a diminuição da tensão superficial nos humores tissulares" seja também constatado no tumor maligno.

8º Que influência existe entre esses fenômenos citados e o metabolismo basal?

— Toda vez que houver afastamento de elétrons, deixando os seus prótons desnudos em maior ou menor tensão, haver, também, alterações no metabolismo. Pois, desde que uma célula se encontre com os seus átomos numa deficiência de elétrons, não haverá atração dos sais, que, regularmente, se encontram na situação de elementos heterogêneos. No caso do câncer, o metabolismo basal cai desmedidamente. A gravitação desses centros celulares sofrerá inércia, arrivando o desmembramento dos seus componentes, conforme a medicina tem assumido e, mais ainda, o que não tem sido analisado: o desagregamento atômico orgânico.

9º De acordo com sua explanação, referindo-se à defesa do câncer, o 20-Ca satura-se com o 19-K no organismo. Qual a lei da química que permite, normalmente, essa união aos dois elementos?

— A lei que permite tal possibilidade é aquela de "excitação de dois ou mais elementos podendo provocar a união de dois, dentre eles, mais suscetíveis ou de maior atração, desde que sejam heterogêneos". Por exemplo: Se, nessa excitação, o 19-K estiver tão próximo do 17-Cl (cloro) quanto ao 20-Ca, é evidente que o 19-K é saturado por este maior. Vou dar dois exemplos de excitação eventual, a fim de mostrar este fenômeno na prática, sem a intervenção da mão do químico:

a) Quando um vidro separa duas temperaturas, como se dá na janela de um ônibus, com ambiente aquecido pelo lado de dentro e ar frio pelo lado de fora, o que acontece com esse contraste ou colisão das duas temperaturas? Não se constata a união de dois elementos como ficam dentre os componentes do ar, com maior atração, o oxigênio saturando-se com o hidrogênio, na base de H_2O , escapando-se pela parte interna do vidro?

b) Quando colocamos dois polos elétricos em sentidos opostos, naturalmente regulados e em alta voltagem, permitindo o salto dos elétrons na velocidade da luz, reatando o ar, essa língua de elétrons não promove excitação nos seus componentes concorrendo para que se cumpra a referida lei e, daí, surgindo o H_2O gasoso?

10º Qual é a necessidade dessa união no organismo?

— Primeiramente, tenho a aclarar que não são todos os átomos do 20-Ca ingeridos que se saturam com o 19-K. Porém, a referida união é indispensável, na medida da necessidade exigida, instantaneamente, promovida pelo bom-bordo do isótopo de massa 40.

Baseado na lei de atração dos elétrons para o centro nuclear todo elemento saturado muda o centro de atração para o referido centro nuclear do elemento que o satura, muito embora não os arrancando desde que não haja anormalidades. Nesse caso, normalmente, à medida da necessidade com o átomo 19-K respectivamente saturado, em número parcial ou podendo atingir até $Ca K^2$, concentra sua ionização para o novo núcleo central que é o 20-Ca; e este, por sua vez, provido de resistência suficientemente temporária, serve-se de cobertura defendendo todos os demais elementos orgânicos e, ao mesmo tempo, permitindo que as partículas, regular-

mente, operem a desobstrução de toxinas e resíduos, a fim de que possam eliminar-se, com facilidade, pelos rins.

E, na hipótese do nível orgânico do sal 20-Ca ser inferior ao 19-K, este não encontrando um elemento de atração mais forte, mesmo que ele encontre outros elementos fracos, mas que não possam aprisionar no seu bombardeio interno até sua eliminação, torna-se fatal a invasão dos demais átomos e, com o rompimento da cadeia, o desagregamento atômico e desmembramento celular denominado — câncer.

11. Por que razão o oxigênio contemporiza o aparecimento do neoplasma, desde que não haja lesão orgânica e, em virtude de, também, ser um elemento fraco para saturar-se na base máxima de OK^2 .

Sua defesa tem um limite; todavia, ele é pequeno, mas é preciso que se considere a intensidade incessante de absorção dele pelo organismo, pela inalação, ao mesmo tempo que é incessante a sua eliminação também submetido à função renal. E para auxiliá-lo nessa sua escassa defesa, é que se torna importante beber-se água, na medida diária, mais ou menos, conforme já tem sido aconselhado pela medicina, talvez por outras razões.

12. Baseado na união de sais que se saturam no organismo, com o referido sal 19-K, pela excitação da massa 40, qual é o papel mecânico que representam os sais 26-Fe e 33-As como auxiliares na prevenção contra a anarquia neoplásica?

— Para esta resposta, é necessário que, primeiramente, consultemos a lei que governa o rodopiar metabólico.

Nas diferentes "raças" celulares o princípio da atração é um só: Cada célula atrai um sal, a medida da necessidade e obedecendo a lei de união dos elementos desde que também, sejam heterogêneos; dentro desta harmonia ela o atrai pela sua ação magnética nuclear, assim como uma cobra atrai o sapo.

Todo sal, cuja órbita externa se encontra completa, com o seu valor inteiro ou pela união, ele se torna indiferente. Todos estes elementos considerados neutros não são atraídos pelas células, como por exemplo: H_2O , $ClNa$ (Cloreto de sódio), e assim por diante. São homogêneos, porém, com sua respectável função no organismo e, por tal, eles são também indispensáveis. Em síntese, eu poderia fazer ver o seu papel no organismo de uma forma alegórica, por exemplo: — Num teatro dentre os artistas, eles fariam o papel do nu-artista, brilhando o espetáculo, assim como os sais, como quais "lilas", dando brilho às células.

Outra, por outra, assim como nós e mister o banho, a fim de removermos as impurezas que cobrem os poros, assim também, as células necessitam de seu banho rejuvenecedor.

Todavia, quando esses mesmos elementos, isoladamente, forem fornecidos pelos alimentos ingeridos ou por intermédio dos medicamentos, então eles estarão sujeitos à atração magnética das células e o metabolismo se efetua normalmente.

Agora, diante desta já conhecida série de fenômenos é que poderrei responder sobre o papel que representam os sais 26-Fe e 33-As como auxiliares na defesa:

I — No caso que venham sofrer a referida excitação da massa 40 nessa união com o 19-K, eles se isentam do metabolismo: a sua função, até que sejam eliminados, é idêntica à do $Ca K^2$, ambos saturando-se, possivelmente, até nas bases de $Fe K^2$ ou $As K^2$.

II — Por possuírem superiores ao poder do 20-Ca, mais um fator que, nas

suas respectivas uniões, eles oferecem ao novo núcleo, numa só fusão, como sejam, — as suas reservas ou excesso de nêutrons.

Estes dois elementos, enfim, reforçam as fileiras de atração e transportam o excesso de 19-K, que se encontram em estado de desequilíbrio como se, de fato, fossem "mentecaptos querendo matar todo mundo" até que a "polícia" os detenha, eliminando-os pela função renal.

13. Baseado nos mesmos princípios, não seria possível buscar outros sais de massa atômica superior ou de nível semelhantes aos 20-Ca, 26-Fe e 33-As a fim de fortificar as defesas contra o câncer?

— Se eu fosse obrigado a responder, em síntese, de uma forma entre positiva ou negativa, eu, baseado nesta teoria, que apresento com os poucos passos que me foram possíveis galgar diria um SIM, pois estaria jogando com 99% de probabilidades. Todavia, quero deixar o estudo e observações, quanto à aplicação dos eventuais sais, sob a incumbência das faculdades de medicina, que, aliás, possuem excelentes laboratórios e absoluta facilidade de contato com os doentes.

Limitando-me a uns exemplos ilustrativos, e resumindo todas as possibilidades futuras em torno do combate ao câncer e em prol de um mais perfeito metabolismo basal, apresento a seguinte "chave":

a) Observar a saturação dos sais ao administrá-los ou quando no organismo, se saturem devido à provocação da massa 40 atômica.

b) Levar em consideração que os sais saturados por outros, que naturalmente, possuem vagas para o respectivo fenômeno, quer por excitação propiciada pela mão do químico, quer no organismo, pela ação da massa radioativa, se neutralizam da atração celular, portanto do metabolismo basal, eliminando-se pela via renal.

c) Observar se o sal, que se pretende empregar, é de assimilação orgânica e se, também, possui os requisitos indispensáveis.

Por exemplo. O Bromo, cujo símbolo é 35-Br, possui uma vaga na mesma órbita dos sais empregados como defesas: ele poderá, sendo empregado isoladamente, perfeitamente saturar-se com o 19-K no organismo e, por isso, além do seu papel normal como Brometo de Potássio, isento do metabolismo, passara a ser um excelente eliminador do excesso da massa 40. Somente o médico, levando em consideração o seu efeito secundário, poderá ajudar de sua administração.

O Zinco, cujo símbolo é 39-Zn, possui seis vagas na sua órbita e, obediente às mesmas leis citadas, poderá saturar-se com o 19-K.

Nos casos de lesões, quando não se trata de apresentação bacteriológica e sim de radioatividade, possivelmente por alguma acumulação do 19-K com a sua respectiva massa 40 promovendo incessante atividade, o sal 39-Zn é de excelentes resultados, principalmente se o seu veículo for neutro, isto é, sem a combinação formando o Óxido de Zinco ou outra qualquer.

O Polônio, cujo símbolo é 84-Po, possui duas vagas na sua órbita e, muito embora, considerando-se os seus sete isótopos naturais radiativos, poderá saturar-se, no organismo, com o sal 19-K até a base de $Po K^2$. Assim acontecendo, o novo elemento ficará isento da ação metabólica e, por sua vez, como muito resistente que é, com a sua irradiação convergida para o seu centro atômico, com os seus átomos possuidores de cerca de uns 22 ou mais nêutrons em excesso e, enfim, com essas características,

também, poderá passar a ser um excelente eliminador do excesso da massa 40, inclusive a radioatividade que lhe é peculiar.

O fumo possui um átomo desse sal, e eu quero frisar aqui uma observação muito importante: — Conheci um homem que faleceu com 87 anos de idade, que sempre gozou de muita saúde e morreu sem nenhum aspecto de canceroso ou leucêmico. O importante é que esse homem vivia mascarando fumo e, naturalmente, ingerindo-o em pequena quantidade. — Que conceito poderemos fazer dessa pouca radioatividade que, naturalmente, deveria, juntamente com a saliva, escorrer pelo esôfago?

O caso aqui somente poderá ser interpretado de uma das duas maneiras: — Que a radioatividade no organismo não promova transtorno celular ou promova, como é do conhecimento dos cientistas. Neste caso, só poderemos atribuir essa neutralização no organismo do referido velhinho, promovida pela união dos dois elementos que se saturaram na base do $Po K^2$.

Outro ponto de vista importante é que o velhinho dizia gostar muito de legumes. Portanto, é possível que o tomate tivesse sido um dos elementos portadores de potássio, equilibrando o excesso de Polônio.

Sobre este sal ou similares, que possuem isótopos radioativos, somente como para que se leve a efeito um estudo completo, dentro da base exposta, por intermédio dos pesquisadores com os seus equipados laboratórios.

— Dentro do espírito em que se etiqueta esta oração, fora, talvez, dos moléculas comuns, as indagações abundam já se tornaram mais que suficientes. Contudo, de Humberto Zilli, aqui, de bom aviso obter mais alguns esclarecimentos acerca do item II da pergunta inicial, inquirendo-o adequadamente em tais termos: — Com referência ao potássio (19-K), há alguns anos, organizou-se, segundo já foi mencionado, um encontro de cientistas com o objetivo de debater a urgência de ser ou não o potássio a causa do câncer. Congregando renomadas personalidades científicas, cheguei a aquele conclave específico à conclusão de que este sal não era responsável ou determinante do câncer. Não obstante, a sua intuição não conseguiu plausível ou aceitável a opinião dominante entre os pesquisadores e médicos integrantes, quanto à importância do 19-K, o qual, desde então, não foi alinhado entre os agentes cancerígenos. Todavia, agora, melhor esclarecer o seu ponto de vista contrário, exposto na resposta à primeira indagação?

— Assim o farei — responde — elabora de modo sucinto: "Acho que, nestes trabalhos científicos, através de noticiário e tirei as minhas conclusões. Entre mim e o simpatizante houve um caminho diferente. Ele tomou por base o fato de todos os homens e todos os animais o possuírem, quer sejam ou não cancerosos.

— De minha parte, firmei um ponto de vista diferente, tendo-o, também, como nocivo, em virtude desse sal possuir um isótopo radioativo de massa 40, irradiando 0,012% de raios gama, refletindo que, se por um lado ele é indispensável ao organismo, por outro ele é prejudicial. Se é pernicioso, forçosamente, portanto, haverá um outro que lhe detenha a ação malfética ou o mantenha na harmonia celular.

— Continuando meus estudos, certifiquei-me de que, de fato, o sal que o mantém em equilíbrio, desde que se encontre em densidade superior à do cálcio (20-Ca). O cálcio satura-se fa-

elemente com o potássio, porque é um seu elemento subsequente, que se encontra solitário na mesma (4ª) órbita eletroquímica.

— Coerentemente com meu raciocínio, aponto, igualmente, outros sais dentro da mesma órbita: Ferro (26-Fe) e Arsênio (33-As); ambos possuem alguns nêutrons em excesso em cada núcleo. De acordo com os cientistas, pois, a ionização de um átomo radioativo não passa da perda de nêutrons que os respectivos prótons sofrem. E ainda mais: que cada nêutron, ao dar o seu salto, poderá romper outro átomo vizinho e, assim, por diante, rompendo em cadeia, ocorrerá a desorganização das células, como se dá com a manifestação do câncer. Vamos ouvir, então, a voz do mestre cuca: "Para uma comida ser boa é necessário que não tenha muito sal e nem pouco sal."

— Ainda em referência ao potássio, houvê, em verdade, no fim da segunda década deste século, voz autorizada que a ele se referiu com intuição profética, no que tange a sua presença no organismo, atribuindo-lhe estranho comportamento, vez por outra, criando divergências irreparáveis no seio da família celular. Trata-se do ilustre engenheiro Professor Raimundo de Buriel, da Faculdade de Ciências de Paris, ex-Gerente do Instituto Latino-Americano de Radon S.A. e ex-Assistente Técnico da Presidência da Comissão de Energia Nuclear do Rio de Janeiro, que, no entanto, somente em 1951, deu conta de sua extraordinária idéia, verdade em oportuno diálogo, consoante se acha consignado na Revista "Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia", de agosto daquele ano, da forma literal adiante:

"Não resisto em aproveitar-me do ensejo para contar uma recordação pessoal: Trata-se de uma conversa com o saudoso Dr. Miguel Couto, lá pelas cercanias de 1917. Eu acompanhava como sempre, naquele momento, e as estudava, as repercussões biológicas de diversas "ondas". Confiei ao ilustre médico que, sendo os corpos radioativos naturais emissores de raios nocivos para os tecidos vivos, desconhecia eu de que o CÂNCER pudesse ser imputado a uma radioatividade insólita e inexplicada, desenvolvida em certos pontos do organismo. Ele se mostrou bastante interessado na sugestão, mas infelizmente não teve o tempo suficiente para poder estudá-la mais a fundo. Aliás, a pergunta, na época, parecia carecer a resposta, mas, hoje em dia, a descoberta dos "isótopos" veio, a meu ver, esclarecer o problema. Não figura o POTÁSSIO dentre a vintena de elementos químicos do corpo? E não se verifica que um seu isótopo (K-40) é naturalmente radioativo, emitindo raios gama, numa proporção de 0,012 %? Ora, vindo a aumentar o teor em Potássio, não aumentará proporcionalmente a emissão nociva? Deixo o problema em mãos mais competentes."

Não ignorando o interessante episódio, não se esquivou o Sr. Humberto Zilli de manifestar-se sobre ele, afirmando que, "naquela época, o Professor Raimundo de Buriel, como cientista de larga visão, numa incurável amizade e benéfica em sã razão, já havia aberto os olhos da Medicina para uma excelente pesquisa sobre a verdadeira causa do câncer e, naturalmente, possibilitando a descoberta dos recursos para curá-lo." Confessa lealmente que o diálogo, recordado na transcrição do periódico médico paulista, lhe deu maior alento na largada para o supremo objetivo que, praticamente, já alcançou, salvo se suas idéias não forem con-

tirmadas de modo iniludível, o que, daí, importa bastante se o apontarem qual figura de um mero cismático, que, em vão, devorou anos de vida "interrogando os mistérios singulares" da radioatividade celular, buscando audaciosamente atribuir-lhe as motivações maléficas do corpo orgânico, assustadores e insondáveis, que condenam inapelavelmente milhões de seres humanos.

E esclarece, outrossim, as origens de sua ingerência nêsse intrincado e sutil domínio da ciência, coisa que data de muitos anos, isto é, do instante em que o seu progenitor falecia vítima da cruel enfermidade, que resistiu a todos os recursos da terapêutica em voga.

— "Até hoje — lembra com emoção — ainda se me afigura o seu triste e angustiado semblante balbuciando, à meia voz, ante seu médico: — Quero viver, Doutor, quero viver!..." Desde então, não mais deixou de interessar-se, um dia sequer, pelo assunto, lendo avidamente todo o noticiário a respeito na imprensa leiga ou científica, formulando suas próprias opiniões, quanto às experiências ou pesquisas realizadas nêsse sentido, envolvendo a triada cancerígena, causal de tudo, em termos polêmicos: elementos químicos, vírus e radiação.

Por haver lidado com os negócios de Botica, como sócio de um competente farmacêutico, nela se tornando um virtual manipulador de fórmulas, durante alguns anos, pôde assimilar, além disso, facilmente, noções de medicina, no passo em que, posteriormente, como pequeno industrial de aparelhos elétricos, adquiriu conhecimentos de eletrônica e de fisioterapia, o que lhe permitiu, embora como curioso, no campo das ciências médicas, embrenhar-se proveitosamente no cipocal da radioatividade.

Nêle é que encontrou uma idéia morta, quanto ao potássio, que recebeu a extrema união de um Simpósio específico, liquidado, desde aí, do rol dos agentes cancerígenos.

Exumou-o da tumba imposta, reabilitando-lhe os foros de elemento qualificado, com novo e forte sopro revitalizador sobre seu isótopo mobilizado, inconsequentemente, que ora se repraesenta nos umbrais dos laboratórios pelas mãos de um leigo obstinado com vista ao entendimento mais compreensivo dos pesquisadores ainda atônitos com o enigma de uma causa, qual seja a das neoplasias malignas. Com tão arraigada convicção, tive que ouvir, reiteradamente, de Humberto Zilli, esta afirmação: — "Em virtude de o câncer revelar, através de suas células "loucas", um verdadeiro desajustamento atômico ao lado de um fenomenal desmembramento celular, a que devemos atribuir, então, a causa da terrível moléstia no interior ou exterior do corpo humano? Não é o sal 19-K, que possui um isótopo radioativo natural de massa atômica 40? E se é indispensável ao organismo por um lado e nocivo por outro, então não haverá nada que possa combater ou neutralizar o seu nível nocivo?"

— Pois bem — arremata Humberto Zilli — a minha descoberta consiste neste particular: Encontrei o 20-Ca como defesa natural e como auxiliares, identifico o 26-Fe e o 33-As, conclusão a que cheguei maduramente baseado em princípios científicos e com toda lógica.

Mal acabo de descrever mais um fato revelador da entranhada convicção, que envolve o espírito dessa incompreendida criatura em relação ao problema do câncer, alguém interrompe-me exibindo um recorte de "Jornal Hora", de 25 do corrente, intitula-

do "Inventado Detector de Câncer Nascente", com o texto seguinte:

"Um aparelho ultra-sensível capaz de detectar o câncer do seio e eventualmente de outras partes do corpo humano foi inventado pelo Dr. James Connell, de Nova York. Trata-se do "termógrafo", que localiza a presença de um câncer nascente mediante a medição da temperatura da pele. Tratando-se do seio, o invento é muito importante, pois não existe no momento método capaz de descobrir este câncer antes que comece a propagar-se. Em uma comunicação feita à sociedade de cirurgiões "James Erwin Society", o Dr. Connell declarou que o "termógrafo" lhe havia permitido detectar dois cânceres microscópicos no seio no curso de exames realizados sobre 166 mulheres. O aparelho que pode diferenciar um câncer maligno de um benigno, é eficaz em 99,3 por cento. O Doutor Connell espera que seu "termógrafo" possa ser utilizado, também, para a detecção do câncer do fígado, pâncreas, cólon e útero."

A simples leitura deste tópico, qualquer entendedor — bom ou não — percebe, à sua maneira, que há, indiscutivelmente, tal e justificada impaciência em redor do câncer, que, até mesmo no instante presente, se receber, com alentadas esperanças a invenção em lide, visto como, pelo menos, se dispõe a surpreendê-lo no seu limiar sorrateiro, antes que comece a propagar-se.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Com prazer.

O Sr. José Ermírio — Estamos ouvindo, com prazer, a lição que V. Exa. vem dando a este Plenário. Verificamos que os estudos apresentados incluem a última novidade relativamente à detecção do câncer, que é o uso do termógrafo. Cumprimento V. Exa. pelos estudos atualizados, que serão transmitidos a toda a Nação, através da exposição que V. Exa. está fazendo.

O SR. VIVALDO LIMA — Agradeço do aparte de V. Exa., que se torna um oportuno e saudável estímulo às palavras que venho proferindo.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Pois não.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Aliás, o pronunciamento do Senador José Ermírio representa o pensamento de todos nós, que estamos ouvindo V. Exa. com agrado e atenção.

O SR. VIVALDO LIMA — Agradeço também o aparte de V. Exa., que é mais outro incentivo ao prosseguimento, com tranquilidade espiritual, desta longa e desataviada oração

(Retomando a Leitura)

Com esta interferência útil e oportuna ao desenrolar deste despretençioso discurso, versando ousadamente tema do mais transcendental teor polêmico no campo científico, sobretudo no Plenário da Câmara Alta do Poder Legislativo, já me encontrava em condições de poder encerrá-lo, quando na manhã de ontem, os meus olhos enxergam outro tópico, de poucas linhas, com o rótulo singelo "Vírus do Câncer", em página noticiosa do "Correio Brasileiro", assim impresso:

"O Diretor do Instituto Nacional do Câncer, em Washington declarou que a identificação do vírus, como uma causa da doença,

poderá "ser confirmada imediatamente".

Kenneth Endicott fez a declaração perante uma Comissão do Senado, acrescentando que o número de mortes, em consequência do câncer, aumentou consideravelmente nos últimos anos, tendo atingido índices nunca alcançados".

Malgrado tudo o que transparece do ino.me empolgante e alvissareiro, no sentido de que o assunto esta praticamente resolvido com a identificação do vírus responsável, cuja confirmação oficial se fara dentro em breve, com as retumbantes e sensacionais manchetes, de repercussões mundiais da maior sonoridade, então que, até lá, estas laudas os ventos ainda conservem arrumadas e inteligíveis, dentro dos termos sucintos e bem-intencionados de todo o seu conteúdo, após o que, do lance inesperado de outra intuição mais feliz — a humanidade, daí, livre do horrendo flagelo — sejam lavadas, velozmente até, para as praças das museus de cousas fictícias.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Pelo contrário, essas páginas ficarão registradas nos anais dos estudos médicos, porque V. Exa. está fazendo um grande estudo sobre o câncer, moléstia que aflige a humanidade inteira. Atoestia que, como V. Exa. sabe e todo o mundo, vem perseguindo a humanidade desde os seus primeiros milênios. Ela, como as moléstias do aparelho circulatório, contribui para a grande mortandade de homens e mulheres. Portanto, V. Exa. é digno de aplauso, merece louvores por esse estudo tão aprofundado sobre doença, que tanto aflige a humanidade.

O SR. VIVALDO LIMA — Onvlu o Senado o depoimento de homem que tem uma vida pública muito longa como político, e mais longa ainda como médico. Sabe, portanto, desde os aibores das suas atividades profissionais, o que a presença de um cânceroso se torna, diante do médico; é um drama que só encontra um fim — o atestado de óbito.

Agradecido a V. Exa. por essa valiosa contribuição ao meu discurso.

(Retomando a leitura)

— Seja como for, contudo, Senhor Presidente, retomando o fio da meada, reavisa-se que o fanático Humberto Zilli não está sozinho nesta caminhada cheia de obstáculos penosos.

Seguimos juntos, há quase dois anos, convencidos de que encontramos, de certo modo, a estrada que vai ter a fonte.

Assegurei-lhe a cobertura profissional, a fim de que não retrocedesse intimidado, levando a bom termo a tarefa a que se propôs tão abnegadamente.

Deu-se, agora, por bem recompensado das fadigas e preocupações com a iniciativa, que ora adotei, de não mais retardar esta divulgação preliminar — fora mesmo dos doutos cenáculos médicos — que se conclui, outrossim, com a promessa de que, se, na sabedoria popular — bem começado meio caminho andado — advirá consequentemente, como será de desejar, com o batismo legal, a formulação terapêutica adequada, dentro da própria farmacopéia internacional, com as indicações cabíveis.

Eis, Senhor Presidente, os subsídios que se oferecem nesta área do mundo — que é o Brasil — visando à erradicação do câncer como enfermidade

mortal e de grande disseminação entre a humanidade, a qual, evidentemente, ainda constitui um dos problemas mais importantes que a todos diz respeito.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Na forma do § 2º do art. 163 do Regimento Interno, dou a palavra ao Sr. Senador Aarão Steinbruch.

O SR. AARÃO STEINBRUCH:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, muito embora o nobre Ministro do Planejamento, Sr. Roberto Campos, tenha dito, em uma oportunidade, que no Brasil existem estatísticas, a Fundação Getúlio Vargas e o antigo Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho, do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, informam que, no ano próximo passado, o índice do aumento do custo de vida foi de 46% segundo a Fundação, e de 60%, segundo o antigo SEPT.

Entretanto, Srs. Senadores, foi aumentado o salário-mínimo, em março do corrente ano, em 27%, e este foi o maior índice de aumento do salário-mínimo, na Guanabara e em São Paulo. O titular da Pasta do Trabalho, Sr. Peracchi Barcellos, informou a reportagem, na ocasião em que se baixava o decreto fixando os novos índices de salário-mínimo, que estes não significavam mais que um reajustamento do antigo salário-mínimo tanto que não seriam aumentados os aluguéis. Portanto, com esta revelação, deduz-se que, no cômputo daqueles 27% — inferior às estatísticas oficiais — não foi levado em consideração o fator habitação. O Sr. Peracchi Barcellos não considerou o valor dos aluguéis, visto tratar-se de reajustamento do salário-mínimo. Certamente, por esta razão, não levou S. Ex. em consideração, para o cômputo total, o valor do custo habitacional.

Mas, a realidade, a realidade dramática, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que hoje, já se corria de aumentar os aluguéis em 70%, em razão do salário-mínimo, que não foi além de 27%, pois o maior salário-mínimo vigente no País é de Cr\$ 84.000. E bem verdade que se dará por eternos: o primeiro, 27%, a partir de maio; outro, a partir de junho e outro, de setembro; no global — 70%.

Outro fato gravíssimo, diz respeito a Pernambuco. Esse Estado estava dividido, com todos os demais, em duas regiões para efeito de salário-mínimo: 1ª e 2ª regiões. Municípios vizinhos de Recife constavam da primeira região. No último reajustamento do salário-mínimo regiões circunvizinhas de Recife passaram da 1ª para a 2ª região e os trabalhadores obtiveram aumento de 2 mil e 500 cruzeiros. O Município de Pernambuco e outros limítrofes de Recife por que da 1ª Região, passaram para a 2ª, e o aumento foi de 2 mil e 500 cruzeiros!

Pois bem! Sobre os aluguéis desses trabalhadores incluiu o aumento nominal de 70%! Tal significa, em última análise, que melhor seria para o trabalhador se não se lhe desse reajustamento algum de salário-mínimo, porque os trabalhadores dos municípios vizinhos de Recife terão com o aumento de aluguel, aumento menor de salário. Esta, na verdade, não será coberto, para o pagamento do reajustamento do aluguel. As demais regiões também estão no mesmo caso. Sabemos que sobre o aluguel atual de um apartamento cu de uma casa individual 70%, além das despesas de aumento de condomínio, pagamento

de impostos, hoje por conta do inquilino.

Seria, pois, mais interessante que o Governo não decretasse reajuste ou aumento de salário. Não se deve dizer uma coisa e fazer outra. E o mais grave é que o Sr. Peracchi Barcellos — a quem me ligam laços de profunda amizade — declarou à Imprensa e, portanto, proclamou ao povo — confortando aqueles que pagam aluguéis — que não seria reajustados os aluguéis, em razão do aumento do salário-mínimo. Foi o que S. Ex. celerância disse. Na realidade porém, pelos dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Economia serão aumentados em cerca de 70% este ano. O povo não acredita mais em comunicados governamentais ou declarações de Ministros de Estado, visto que tudo é completamente diferente do alegado nas entrevistas.

Pode-se comer menos; pode-se vestir menos; mais morar menos é, praticamente, impossível. Assim, como poderão os trabalhadores arcar com o aumento dos aluguéis, que vai lá entrar em vigência a 1º de maio?

E a pergunta que faço, principalmente às autoridades constituídas, brincando, certamente, com a miséria do povo.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Senhor Senador Guido Mondin, nos termos do art. 163, § 2º, do Regimento.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Lê o seguinte discurso.)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não forcei a expressão se disser que toda Porto Alegre está em festas por causa de um jornal. Via de regra, nós temos nossas ordefações por este ou por aquele órgão de imprensa, mas não sei se teríamos, a rigor, qualquer preocupação com o que não se passa além da matéria que diariamente observamos. Assim não acontece, porém, com o vespertino que hoje aniversaria. A população de Porto Alegre e de boa parte do Estado tem na "Folha da Tarde" muito de si mesma, numa integração que tem tudo do sentimento gaúcho. Poderia-se dizer que a imprensa do Pto Grande caracterizou-se sempre por esta íntima integração. Ela tem tal propriedade no sentir a alma nordestina que as suas redações parecem constituições de toda a gente como uma imensa torção redatorial. Quando se escrever a história da imprensa rio-grandense, vamos encontrar desde os seus primórdios as razões dessa característica. Ela tem a preocupação de servir e não de servir-se.

Se posso, com ufania, referir-me assim à imprensa do meu Estado, assinando, em particular, o papel que nela tem desempenhado a tradicional Cia. Jornalística Caldas Junior, muito sardonado de sementeira de Caldas Junior, na continuidade ardorosa de seu atual Diretor-Presidente, Bruno Caldas, "Folha da Tarde" é um elemento difuso dessa corporação jornalística. Nos seus trinta anos de existência de tal forma incorporou-se à comunidade que hoje não podemos entendermos Porto Alegre sem a sua "Folha da Tarde". Ela é um dos instantes do dia e tão natural que o seu presença nas ruas assejadas como que a hora de um imprescindível exercício. Ao entardecer os coletivos urbanos assumem um aspecto novo. Nos ônibus e nos bondes não se vêem os passageiros; eles estão escondidos atrás da "Folha da Tarde" aberta. Ela se faz um deleite. E aqui como um verdadeiro culto. Seu leitor é vivo e participante como se quisesse entrar o leitor num diálogo do seu maior in-

teresse. Para tanto, jamais cortejou, jamais buscou o recurso do sensacionalismo secundário ou da coluna de motivações sensuais. "Folha da Tarde" é série na sua leveza, na sua contribuição ao bem estar e ao aprimoramento coletivo.

Gostaria de deter-me no elogio des que fazem o vespertino aniversariante, mas, para não cometer omissões lembro apenas que nele pontificou e a ele deu o melhor de sua vida um homem como Arlindo Pasqualini, homem de imprensa do mais alto quilate. Ele está morto. Mas, ainda está vivo, com a graça de Deus, o decano dos jornalistas gaúchos, Arquimedes Fortini, que faz na "Folha da Tarde" a simbiose do tempo, nos contando sempre as coisas do passado numa transusão vitalizante com os acontecimentos atuais. "Folha da Tarde" mescla-se à alma coletiva da Capital gaúcha. E por isto que todos quiseram participar do maravilhoso evento, rejubilando-se com o transcurso desses três decênios de rutilante jornalismo. Ato cultural, competições desportivas, uma série expressiva de iniciativas assinalam a espontânea participação do povo vibrando com o seu vespertino, sua própria voz em tradução gráfica.

Desejo, em nome da bancada gaúcha nesta Casa, registrar a passagem do 30º aniversário da "Folha da Tarde", dirigindo fraternal e efusiva-mente nossas saudações a todos os que nela labutam, das oficinas à redação, compartilhando assim, embora a distância, desse acontecimento tão caro aos nossos sentimentos. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra, ainda pelo art. 163, § 2º, do Regimento Interno, o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

CONTINUAM MAIS OS SENIORES SENADORES

Oscar Passos.
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Victorino Freire
Joaquim Parente
Dix-Huit Rosado
Manoel Vilaça
Ruy Carneiro
Domício Gondim
Dylton Costa
José Leite
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Milton Campos
Lino de Mattos
Mello Braga — (20).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Acha-se presente o Sr. Eduardo Catalão, suplente convocado para substituir o Senhor Senador Antônio Balbino, durante a licença concedida a esse nobre representante do Estado da Bahia.

Nos termos do art. 6º, § 2º, do Regimento Interno, S. Ex. passará a participar dos trabalhos da casa, dispensado do compromisso regimental,

visto já o haver prestado ao ensino da sua primeira convocação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida.

E' lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Em 27 de abril de 1938

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto nos arts. 9º e 72, parágrafo único, do Regimento Interno, que, voltando ao exercício da representação do Estado da Bahia, em substituição ao Senhor Senador Antônio Balbino, conservarei o nome parlamentar adotado ao ensino da minha primeira investidura, abaixo consignado e integrarei a bancada do M.D.R.

Atenciosas saudações. — Assinatura por extenso — Nome parlamentar — Eduardo Catalão.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Presentes na Casa 42 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Na forma do Regimento, a Presidência deixará para o final da Ordem do Dia as matérias constantes dos itens ns. 3, 8 e 9 da pauta, dependentes de votação secreta.

Item 1:

Votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1936 (nº 3.505-A, de 1966, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 263 e 266 do Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938), tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça (oral, proferido na sessão de 25 do corrente) e da Comissão de Projetos do Executivo (nº 259, de 1966).

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto ouviram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. O Projeto vai à Comissão de Redação.

E o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 56, DE 1936

(Nº 3.505-A-66, na Casa de origem) Da nova redação aos artigos 263 e 266 do Código da Justiça Militar (Decreto-lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 263 e seus parágrafos, do Código da Justiça Militar, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 263. Vinte e quatro horas depois de se verificar a ausência de alguma praça, o comandante da respectiva subunidade apresentará uma parte circunstanciada ao comandante do corpo ou chefe do estabelecimento, a qual dará lugar à designação, feita em boletim, de dois oficiais, para assistirem ao inventário dos objetos deixados e dos extraviados pelo ausente, e que será feito pelo comandante da subunidade, dele se lavrando um termo assinado pelo mesmo e pelas testemunhas.

§ 1º Quando a ausência se verificar em subunidade isolada ou em destacamento comandado por oficial ou

por inferior, o inventário será feito pelo próprio comandante da subunidade ou do destacamento, que o assinará, com duas testemunhas idôneas, publicando-o em Boletim, no primeiro caso, e sendo remetido oportunamente ao comandante do corpo, no segundo caso.

§ 2º Apresentada a parte da ausência, começará a ser contado o prazo legal para a consumação do crime de deserção, a partir de zero hora do dia seguinte ao da constatação da ausência.

§ 3º No espaço de tempo compreendido entre a formalização da ausência e a consumação da deserção o comandante da subunidade ou seu correspondente, em se tratando de estabelecimento militar, determinará, compulsoriamente, as necessárias diligências para a localização do ausente e seu retorno à sua unidade, mesmo sob prisão, se o exigirem as circunstâncias.

§ 4º Decorrido o prazo estabelecido em lei para se caracterizar o crime de deserção, sem que o ausente tenha regressado à sua unidade ou estabelecimento, o comandante da subunidade apresentará ao comandante do corpo uma parte acusatória, na qual especificará as providências adotadas, em obediência ao parágrafo terceiro deste artigo.

§ 5º Recebida esta parte, o comandante ou chefe do estabelecimento fará lavrar o Termo de Deserção, onde se mencionará todas as circunstâncias do fato. Este termo será escrito pelo secretário do corpo ou por quem o substitua e será assinado pelo comandante e duas testemunhas.

§ 6º Assim comprovada a deserção, será o militar imediatamente excluído do serviço ativo, fazendo-se, nos livros respectivos, os devidos assentamentos e publicando-se em boletim a parte de ausência, o inventário, a parte acusatória com as providências de recondução e o Termo de Deserção.

Art. 2º Aplicam-se às organizações da Força Aérea Brasileira, observadas suas peculiaridades, as prescrições determinadas no art. 263 e seus parágrafos.

Art. 3º O art. 266 do C.J.M. passa a ter a seguinte redação:

"Art. 266. Vinte e quatro horas depois de se verificar a ausência de qualquer militar da Marinha, a exceção de oficiais, o comandante do navio ou a autoridade, sob cujas ordens servir, mandará proceder ao inventário dos objetos deixados e dos extraviados pelo ausente, designando um oficial que, com duas testemunhas idôneas, de preferência também oficiais, assistam ao ato. Concomitantemente, ordenará as diligências e providências cabíveis, de que trata o § 3º do art. 263 desta Lei.

§ 1º Decorridos os dias marcados em lei para consumir-se a deserção, será enviada ao comandante do navio ou à autoridade competente uma parte circunstanciada, que constará do processo, na qual se especificarão as providências adotadas, conforme o disposto no § 3º do art. 263.

§ 2º Constituirá grave omissão, quando não plenamente justificada, a inexistência desse documento nos autos.

§ 3º Recebida esta parte, o comandante ou a autoridade competente fará lavrar o Termo de Deserção, no qual se mencionará as circunstâncias do fato. Este termo será escrito pelo escrevente da Armada, que no ato for indicado, e será assinado pelo comandante e duas testemunhas.

§ 4º Assim comprovada a deserção, será imediatamente excluído o desertor do serviço ativo, fazendo-se, nos livros respectivos, os competentes assentamentos e publicando-se, em bo-

letim ou detalhe de serviço, o Termo de Deserção."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições da Lei nº 4.517, de 2 de dezembro de 1964, e demais disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1966 (nº 3.438-A, de 1966, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) destinados a suprir deficiência da verba de substituições, tendo parecer favorável, sob nº 277, de 1966 da Comissão de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa.) Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 44, DE 1966

(Nº 3.438-A-66, na Casa de origem) *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), destinado a suprir deficiência da verba de Substituições.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aberto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região o crédito suplementar de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), destinado a suprir a deficiência da dotação da verba de Substituições. Rubrica 03 do Anexo 3 da Lei número 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1966 (nº 3.446-B-66, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para pagamento à Santa Casa de Misericórdia das despesas com os funerais de Ary Barroso, tendo parecer favorável, sob nº 270, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa.) Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o Projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o Projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 47, DE 1966

(Nº 3.446-B-66, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para pagamento à Santa Casa de Misericórdia das despesas com os funerais de Ary Barroso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para pagamento à Santa Casa de Misericórdia das despesas, naquele montante, que realizou com os funerais do compositor Ary Barroso.

Art. 2º Para abertura do crédito especial de que trata a presente Lei, ficam dispensadas as consultas a que se refere o art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 3º O crédito especial em questão será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1966 (nº 3.449-B-66 na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que prorroga o prazo fixado no § 3º do artigo 1º da Lei nº 4.547, de 10 de dezembro de 1964, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender as despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninas, Estado da Bahia, tendo parecer favorável, sob nº 273, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão.

Se nenhum Senhor Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 49, DE 1966

(Nº 3.449-B-66, na Casa de origem) *Prorroga o prazo fixado no § 3º do art. 1º da Lei nº 4.547, de 10 de dezembro de 1964, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender as despesas com a reconstrução da Feira de Água de Meninas, Estado da Bahia.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revalidado por um ano o prazo fixado no § 3º do art. 1º da Lei nº 4.547, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 1966 (nº 3.450-B-66 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre operações de crédito entre a Fábrica Nacional de Motores S. A. e o Banco do Brasil S. A., tendo pareceres favoráveis, sob ns. 268 e 269, de 1966, das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Senhores Senadores desejando usar a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 50, DE 1966

(Nº 3.450-B-66, na Casa de origem) *Dispõe sobre operações de crédito entre a Fábrica Nacional de Motores S. A. e o Banco do Brasil S. A.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir Letras do Tesouro, sem juros e sem cláusula de correção monetária, destinadas a servir de garantia subsidiária, junto ao Banco do Brasil S. A., nas operações de crédito que este estabelecimento realizar com a Fábrica Nacional de Motores S. A.

§ 1º O valor de tais operações não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social da Fábrica Nacional de Motores S. A.

§ 2º As Letras do Tesouro de que trata este artigo serão emitidas com prazo de resgate de 1 (um) ano, podendo, entretanto, em seu vencimento, serem substituídas por outras de igual valor e prazo máximo de 6 (seis) meses, a critério do Ministro da Fazenda.

Art. 2º O crédito que o Banco do Brasil S. A. conceder à Fábrica Nacional de Motores S. A., com base na garantia de que trata o artigo anterior, será utilizado exclusivamente em desconto e caução de legítimos efeitos comerciais, inclusive contratos, representativos de vendas realizadas pela Fábrica Nacional de Motores S. A. aos seus revendedores e usuários, bem como aos órgãos de administração federal, estadual e municipal, suas autarquias e sociedades de economia mista.

Art. 3º No caso de inadimplemento da Fábrica Nacional de Motores S. A. ou de qualquer outro motivo que venha a determinar o vencimento de suas obrigações junto ao Banco do Brasil S. A., este apurará o saldo das operações a que se refere o artigo 2º desta Lei e cobrará do Tesouro Nacional as parcelas de Letras do Tesouro em montante suficiente à cobertura do aludido saldo.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o Tesouro Nacional fica subrogado nos direitos creditórios relativos aos títulos e contratos vencidos e não liquidados, os quais permanecerão em cobrança, no Banco do Brasil S. A., até final liquidação.

Art. 4º O Poder Executivo providenciará a reforma dos Estatutos e Regulamentos do Banco do Brasil S.

que se fizer necessária à execução desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1966 (nº 3.447-B-66 na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado-Maior das Forças Armadas e pelos Ministérios Militares, o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros), para atendimento das despesas de Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS no 1º semestre de 1966, tendo parecer favorável, sob nº 272, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 1966

(Nº 3.447-B-66, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado-Maior das Forças Armadas e pelos Ministérios Militares, o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros), para atendimento das despesas de Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS — no 1º semestre de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 7.493.000.000 (sete bilhões, quatrocentos e noventa e três milhões de cruzeiros), para atendimento das despesas do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana — FAIBRAS —, criado pelo Decreto número 56.308, de 21 de maio de 1965, de acordo com o Decreto Legislativo nº 38, de 20 de maio de 1965, discriminado da forma seguinte:

a) Estado-Maior das Forças Armadas — Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros);

b) Ministério da Marinha — Cr\$ 5.146.000.000 (cinco bilhões, cento e setenta e quatro milhões de cruzeiros);

c) Ministério da Guerra — Cr\$ 5.416.000.000 (cinco bilhões, cento e quarenta e seis milhões de cruzeiros);

d) Ministério da Aeronáutica — Cr\$ 183.000.000 (cento e cinquenta e três milhões de cruzeiros).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 10:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1966 (nº 3.502-B-66, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre nomeação e designação de oficiais da Marinha e das outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 271, de 1966, da Comissão de Projetos do Executivo.

Em discussão o projeto.
Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)
Encerrada.

Em votação o projeto.
Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, DE 1966

(Nº 3.502-B-66, na Casa de origem) *Dispõe sobre nomeação e designação de oficiais da Marinha e das outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As nomeações e designações de oficiais de todos os corpos e quadros da Marinha, para provimento de cargos ou funções, serão feitas conforme abaixo discriminado:

I — Por decreto:

a) cargo privativo de oficial-general;

b) cargos ou função em órgão subordinado à Presidência da República;

c) cargo ou função em comissão de caráter permanente no exterior;

d) oficiais de qualquer posto para representarem a Marinha em Comissões em outros Ministérios ou órgãos da Administração Pública, quando assim determinado por dispositivo legal.

II — Por ato do Ministro da Marinha:

a) oficiais de qualquer posto para comissões transitórias no exterior;

b) oficiais de qualquer posto para constituírem Comissões ou Juntas especiais;

c) oficiais de qualquer posto para representarem a Marinha em Comissões em outros Ministérios ou órgãos da Administração Pública;

d) oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos para cargos de comando, direção e chefia;

e) oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos para funções em Estados-Maiores e Comandos de Forças ou em Gabinetes;

f) oficiais superiores para funções de Vice-Diretor ou equivalentes, quando a direção ou chefia do órgão ou estabelecimento for prevista para oficial-general.

III — Por ato do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha: oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos dos vários corpos e quadros, com exceção do Corpo de Fuzileiros Navais, para as funções não previstas nos itens I e II.

IV — Por ato do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais: oficiais superiores, capitães-tenentes e oficiais subalternos do Corpo de Fuzileiros Navais, para as funções não previstas nos itens I e II.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 11:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 1966 (nº 3.473-B-66 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao disposto no art. 6º do Decreto número 49.160, de 1º de novembro de 1960.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que concordarem como projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, DE 1966

(Nº 3.473-B-66, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao disposto no art. 6º do Decreto número 49.160, de 1º de novembro de 1960.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.700.000.000 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para atender ao disposto no art. 6º do Decreto número 49.160, de 1º de novembro de 1960.

Art. 2º O crédito especial em questão terá a vigência de 2 (dois) exercícios e será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin)

Item 12:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 156, de 1966, pelo qual a Comissão Especial destinada ao Estudo e à Coordenação de Medidas Tendentias ao Controle de Preços de Exportação das matérias-primas e Produtos Agropecuários Nacionais solicita seja convocado o Ministro de Estado das Relações Exteriores para, perante a Comissão, prestar esclarecimentos sobre o contrabando de produtos minerais no País.

Em discussão o Requerimento.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Peço a palavra, pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra pela ordem o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Para uma questão de ordem — Não foi revisado pelo orador) — Sr.

Presidente, desejava me informasse V. Exª se, nesse pedido de convocação do Sr. Ministro das Relações Exteriores, estão enumerados os itens sobre os quais S. Exª deverá discurrir. O requerimento fala de contrabando de minérios, o que me parece muito vago.

Faria uma sugestão ao nobre requerente, no sentido de que reduzisse a alguns itens, a sua interpegação para que pudesse melhor concretizar a exposição do Sr. Ministro. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Na verdade o requerimento menciona apenas que a missão do Sr. Ministro será a de prestar esclarecimentos sobre contrabando de produtos minerais do país, não explicitando os itens sobre os quais S. Exª deverá falar perante a Comissão.

Solicito, pois, ao Sr. Senador José Ermírio se pronuncie a respeito da sugestão do Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, S. Exª o S. Ministro das Relações Exteriores tem-se pronunciado várias vezes afirmando que o contrabando não existe no País, verificando-se apenas um frete de retorno.

Orá, Sr. Presidente, permitir sejam levadas do Brasil mercadorias preciosas como frete de retorno, assim como a entrada de mercadorias no país, a título de retorno, é considerado por nós verdadeiro crime de lesa-pátria. Esta a razão pela qual queremos ouvir de S. Exª esclarecimentos a fim de que possamos saber se a imprensa, ao denunciar a posição do Sr. Ministro das Relações Exteriores, está falando a verdade.

O frete de retorno, em realidade, não pode existir. Não sendo recolhida a taxa respectiva, não havendo licença de qualquer órgão governamental para exportação da mercadoria, como podem voltar como retorno, para outro país imensas quantidades de minérios, ouro, diamantes, etc., conforme tem sido noticiado amplamente?

Precisamos saber o que se passa no País. Retorno não há; há exportação e, para isso, é preciso uma licença, sem a qual se afigura o contrabando. Esta é a dúvida que paira sobre a opinião pública.

Dai a necessidade de ser o Senado da República amplamente esclarecido.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o esclarecimento prestado pelo honrado Sr. Senador José Ermírio revela a inteira procedência de minha questão de ordem.

Lembro a S. Exª que o Ministério competente para se manifestar sobre contrabando, qualquer que ele seja, é o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pelo Departamento Federal de Segurança Pública.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores só poderia ser chamado para expor ou se manifestar sobre o assunto, no Senado Federal, através de uma convocação em que fosse determinados os itens da exposição. Se o Sr. Senador José Ermírio traduz o seu pedido de convocação do titular daquela Pasta no sentido de que declare se o que processa no Brasil é real-

mente contrabando, ou simples re-
forno de mercadoria, nada tenho que
opor. Nos termos, porém, em que o
requerimento foi feito, lamento muito
divergir de S. Ex.^a, mas não posso
aprovar-lo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — É difícil à Pre-
sidência resolver a questão de ordem
levantada pelo Sr. Senador Aloysio
de Carvalho, particularmente diante
da intervenção do Sr. Senador José
Ermírio, que é o Relator na Comis-
são.

A solução, portanto, é submeter,
ainda à discussão, o requerimento.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

Sr. Presidente, peço a palavra pela
ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra
o nobre Senador José Ermírio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Pela ordem — Sem revisão do ora-
dor) — Sr. Presidente, o nobre Sena-
dor Heribaldo Vieira, na Presidência
eventual da Comissão Especial, na
véspera de sua viagem à Austrália,
assinou o requerimento de convoca-
ção. O Sr. Ministro, entretanto, ain-
da não foi convocado visto como V.
Ex.^a, Sr. Presidente, entendera que o
assunto era de segurança nacional.

Sr. Presidente, uma das coisas que
mais nos perturba é ouvir-mos que
um Ministro disse isso e aquilo e no
Senado Federal não sabemos onde
está a verdade.

O Sr. Aloysio de Carvalho — V.
Ex.^a tem razão, no particular, cada
Ministro tem uma cabeça e cada ca-
beça uma sentença.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — O autor
do requerimento não tem culpa. O
que eu queria era que se esclarecesse,
de uma vez por todas, o que se passa
no Brasil.

De um lado, ouvimos um depoi-
mento na Câmara dos Deputados: o con-
trabando equivale a dois orçamentos
da União. Isto é coisa medonha, além
do que se pensa. Agora vêm outros e
dizem que não há contrabando e im-
frete de retorno. Ora, frete de retor-
no se faz com areia e não com pedras
preciosas e areia monazítica. No Es-
pírito Santo carregavam areia mona-
zítica, hoje um dos maiores elementos
de formação de reatores, do torio
TH232, do U233 e para a combina-
ção com o plutônio 239.

O que desejamos é que se esclareça,
no Senado, toda e qualquer notícia
jornalística que não seja real. Daí o
requerimento. (Muito bem!)

O SR. RUY CARNEIRO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Ruy
Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO:

Sr. Presidente, minha intervenção
na discussão do requerimento do Sr.
Senador José Ermírio é para apoiar o
ponto de vista do Sr. Senador Aloysio
de Carvalho.

Sou favorável ao requerimento para
que o Ministro Juracy Magalhães
compareça à Comissão, não na forma
solicitada, mas, devendo ser estabele-
cidos itens que esclareçam os pontos
em que a Comissão Especial destinada
ao Estudo e à Coordenação de Medi-
das tendentes a o Contrôlo de Preços
de Exportação das matérias-primas e
Produtos Agropecuários Nacionais pre-
tenda arguir ou ouvir o Chanceler.

Não considero razoável a amplitu-
de e a forma como foi requerida a
presença do Ministro das Relações Ex-
teriores ao Senado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Continua em
discussão o Requerimento.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Sem revisão do orador) Sr. Pre-
sidente, no ano passado tivemos a vi-
sita de três Ministros. Nenhum con-
vocado negou-se a comparecer e mu-
ltas das coisas que se diziam foram es-
clarecidas, na oportunidade.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Continua em
discussão o requerimento. (Pausa).
Não havendo mais quem peça a pa-
lavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o apro-
vam queiram conservar-se sentados.
(Pausa).

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Mesa trans-
mitirá ao Sr. Ministro das Relações
a convocação ora aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passa-se agora
à apreciação dos itens 3, 8 e 9, da Or-
dem do Dia, que dependem de votação
secreta.

O SR. PRESIDENTE:

Discussão, em turno único, do
Projeto de Lei da Câmara nº 46,
de 1966 (nº 3.445-B-66, na Casa
de origem) de iniciativa do Pre-
sidente da República, que isenta
dos impostos de importação e de
consumo equipamento destinado à
instalação de uma fábrica de fios
de algodão, tendo

Parecer favorável, sob nº 276,
de 1966 da Comissão de Finanças.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra,
declaro encerrada a discussão.

Em votação o projeto, em escrí-
tório secreto.

Os Srs. Senadores já podem votar
(Pausa).

Vai-se proceder à contagem. (Pausa)

Votaram sim, 30 Srs. Senadores;
votaram não 9 Srs. Senadores; houve
2 abstenções. O Projeto foi aprovado.

Vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 46, DE 1966

(Nº 3.445-B/66, na Casa de origem)
Isenta dos impostos de importação e
de consumo equipamento destinado
à instalação de uma fábrica de fios
de algodão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida isenção dos im-
postos de importação e de consumo
para o equipamento constante na Li-
cença nº DG-65/1.590-2.024, emitida
pela Carteira de Comércio Exterior,
importado pela Companhia Paranaense
de Fiação e Tecelagem "Parana-
fios" e destinado à instalação de uma
fábrica de fios de algodão.

Art. 2.º A isenção concedida não
abrange o material com similar na-
cional.

Parágrafo único. A baixa do Têr-
mão de Responsabilidade, referente às
isenções de que trata esta Lei, só se-
rá efetivada à vista da verificação
oficial, de acordo com o art. 18, pa-
rágrafo único, letras a e b, da Lei nº-
mero 3.692, de 15 de dezembro de
1959.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições
em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin)

Item 8:

Discussão, em turno único, do
Projeto de Lei da Câmara nº 52,
de 1966 (nº 3.493-B-66 na Casa
de origem) de iniciativa do Pre-
sidente da República, que dispõe
sobre a elevação da gratificação
de professores primários civis
postos à disposição de corpos de
tropa ou de estabelecimentos mi-
litares, tendo pareceres favorá-
veis, sob ns. 265 e 266, de 1966
das Comissões de Projetos do
Executivo e de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar dissentir-lo, irei declarar encer-
rada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Vai-se proceder à votação por es-
crutínio secreto, pelo processo eletrô-
nico.

O Srs. Senadores já podem votar.
(Pausa).

Votaram "Sim" 28 Srs. Senadores;
votaram "Não" 9 Srs. Senadores. Hou-
ve duas abstenções.

O projeto foi aprovado e vai à san-
ção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 52, DE 1966

Nº 3.493-B-66, na Casa de origem)

Dispõe sobre a elevação da gratifi-
cação de professores primários civis
postos à disposição de corpos de
tropa ou de estabelecimentos mi-
litares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica elevada a 6% (seis por-
cento) do soldo de Terceiro-Sargento
a gratificação mensal dos professores
primários civis, postos à disposição
dos corpos de tropa ou estabeleci-
mentos militares, de que trata o art.
8.º da Lei nº 2.2.233, de 9 de agos-
to de 1954.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições
em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin)

Item 9.

Discussão, em turno único, do
Projeto de Lei da Câmara nº 53,
de 1966 (nº 3.501-B-66, na Casa
de origem), de iniciativa do Pre-
sidente da República, que reajus-
ta a pensão especial concedida a
Calíope Barreto de Menezes, her-
deira de Tobias Barreto de Mene-
zes, pelo Decreto nº 64, de 21
de julho de 1892, tendo pareceres
favoráveis, sob nº 274 e 275 de
1966 das Comissões de Projetos do
Executivo e de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores dese-
jando fazer uso da palavra, dou por
encerrada a discussão.

A votação deve ser feita em escrí-
tório secreto, pelo processo eletrônico.

Em votação. (Pausa)

(Procede-se à votação).

Vai ser feita a apuração. (Pausa).

Votaram "Sim" 34 Srs. Senadores;
votaram "Não" 2 Srs. Senadores;
houve 2 abstenções.

O projeto foi aprovado e vai à san-
ção.

É o seguinte o projeto aprova-
do:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 53, DE 1966

(Nº 3.501-B/66, na Casa de origem)

Reajusta a pensão especial concedida
a Calíope Barreto de Menezes, her-
deira de Tobias Barreto de Mene-
zes, pelo Decreto nº 64, de 21 de
julho de 1892.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica elevada para o valor
correspondente ao dobro do maior sa-
lário-mínimo vigente no País a
pensão especial concedida, pelo De-
creto nº 64, de 21 de julho de 1892,
a Calíope Barreto de Menezes, filha e
herdeira de Tobias Barreto de Mene-
zes.

Art. 2.º A pensão especial de que
trata o artigo precedente será pessoal,
intransferível e somente paga à bene-
ficiária enquanto viver, correndo a
despesa correspondente à conta da do-
tação orçamentária destinada ao pa-
gamento dos demais pensionistas a
cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições
em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Sr. Senador
Bezerra Neto, na qualidade de líder
em exercício do MDB, enviou à Mesa
comunicação que vai ser lida.

É lida a seguinte.

COMUNICAÇÃO

Brasília, 27 de abril de 1966.

Senhor Presidente:

Solicito a Vossa Excelência a de-
signação do Senador João Abrahão,
em substituição ao Senador Antônio
Balbino, na Comissão Mista do Pro-
jeto de Lei nº 5-66 — Organiza a Jus-
tiça Federal de Primeira Instância.
— Senador Bezerra Neto, Líder, em
exercício, do MDB.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — É designado o
Senhor Senador João Abrahão para a
substituição pedida.

Está esgotada a Ordem do Dia.

Ainda há um orador inscrito.

Dou a palavra ao Sr. Senador An-
tônio Carlos. (Pausa)

O SR. ANTONIO CARLOS:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Nada mais ha-
vendo a tratar, vou encerrar a sessão,
convocando os Srs. Senadores para
uma sessão extraordinária, às 18 ho-
ras, com a seguinte

ORDEM DO DIA

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO
DIPLOMÁTICA (VIET-NAM DO
SUL)

Discussão, em turno único, do Pa-
recer da Comissão de Relações Exte-
riores sobre a Mensagem nº 38-66
(nº de origem 104-66) de 24 de mar-
ço, pela qual o Presidente da Repú-
blica submete ao Senado a escolha do
Diplomata Leonardo Fialho do Nas-
cimento Silva, para exercer a função
de Embaixador Extraordinário e Ple-
nipotenciário junto ao Governo do
Viet-Nam do Sul, cumulativamente
com idêntica função que exerce junto
ao Governo da Tailândia.

ESCOLHA DE REPRESENTANTE DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças, sobre a Mensagem nº 58, de 1966 (número 105, de 1966, de origem) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Jesuino de Freitas Ramos para integrar o Conselho Deliberativo da Casa da Moeda, como representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

ESCOLHA DE CONSELHEIRO DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças, sobre a Mensagem nº 58, de 1966 (número de origem 139-66) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Nilton Pereira Veloso para Conselheiro do Banco Nacional de Habitação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.

ATA DA 39ª SESSÃO, EM 27 DE ABRIL DE 1966**(Extraordinária)****PRESIDÊNCIA DO SR. MOURA ANDRADE**

As 18 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Vitorino Freire
Joaquim Parente
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dix-Huit Rosado
Manoel Vilaga
Ruy Carneiro
Domício Gondim
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermírio de Moraes
Silvastre Pérciles
Dylton Costa
José Leite
Aloysio de Carvalho
Eduardo Cataño
Josaphat Marinho
Raul Giuberti
Aarão Steinbruch
Gouveia Vieira
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladares
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico

Bezerra Neto
Adolpho Franco
Mello Braga
Antônio Carlos
Guido Mondin
Daniel Krieger
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 42 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2. Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE**Parecer nº 308, de 1966**

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 238, de 1965 (nº 2.259-C-60 — Câmara) que institui o Código Nacional de Trânsito.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Origina-se o presente projeto de lei de Mensagem do Poder Executivo, de 26 de agosto de 1960, ao qual se anexou uma Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Na tramitação na Câmara houve a elaboração de emendas e mais de um substitutivo, prevalecendo, afinal, o da Comissão de Justiça daquela Casa.

2. No Senado, houve emendas de algumas Comissões, para afinal a Comissão de Finanças, sendo relator o eminente Senador Pessoa de Queiroz concluir pela apresentação de um substitutivo. Trata-se de um trabalho exaustivamente justificado, que logrou aprovação unânime na Comissão.

3. Entendemos que a matéria está em termos de ser apreciada pelo plenário, e a Comissão de Constituição e Justiça opina favoravelmente pela sua constitucionalidade.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1966. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Wilson Gonçalves. — Menezes Pimentel. — Gay da Fonseca. — Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está finda a leitura do expediente. (Pausa).
Sobre a mesa, projeto de resolução que vai ser lido.

E' lido o seguinte:

**Projeto de Resolução
Nº 23, de 1966**

Altera os valores dos símbolos dos cargos e das funções especiais do pessoal da Secretaria do Senado Federal e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º Os atuais valores dos símbolos dos cargos e das funções especiais do pessoal da Secretaria do Senado Federal são majorados em 46% (quarenta e seis por cento), obedecendo o seguinte critério: 35% (trinta e cinco por cento) a partir de 1.º de março de 1966; mais 5% (cinco por cento), a partir de 1.º de julho de 1966; e mais 6% (seis por cento), a partir de 1.º de outubro de 1966.

Art. 2.º Independente de prévia apostila, aos servidores inativos é concedida a Resolução nº 23, de 1964, consoante o seguinte critério: 50% (trinta por cento), a partir de 1.º de

março de 1966; mais 5% (cinco por cento), a partir de 1.º de julho de 1966; e mais 5% (cinco por cento), a partir de 1.º de outubro de 1966.

Art. 3.º O valor do salário-família passa a ser de Cr\$ 3.000 (oito mil cruzeiros) mensais, por dependente, garantida a sua percepção a partir de 1.º de março de 1966.

Art. 4.º O Presidente do Senado Federal poderá abonar gratificação de representação ao Diretor-Geral e ao Secretário-Geral da Presidência até o máximo de 30%; aos Vice-Diretores e aos Diretores até o máximo de 25%.

Art. 5.º A Comissão Diretora atualizará as gratificações de função, fixadas na Resolução nº 6, de 1960.

Art. 6.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Trata-se de extensão de aumento geral de vencimentos ao pessoal da Secretaria do Senado, em condições de igualdade com o que foi concedido ao funcionalismo do Poder Executivo, por força da Lei nº 4.863, de 30 de novembro de 1965.

A medida, além de amparada pela tradicional política de aplicação extensiva de majorações salariais, ditadas pela identidade de motivos — aumento do custo de vida e consequente desvalorização do poder aquisitivo da moeda — encontra arrimo na iniciativa da outra Casa do Congresso Nacional, consubstanciada em Resolução, que estendeu, aos servidores da Secretaria da Câmara dos Deputados, dispositivos da Lei nº 4.863, de 30 de novembro de 1965.

Estabelecendo o Regulamento da Secretaria da Câmara dos Deputados, no § 6.º do art. 50, que ao seu Presidente cabe abonar gratificação de representação, até o limite máximo de 30% dos respectivos vencimentos, resolve esta Comissão propor ao Senado seja adotado igual critério.

No tocante às funções gratificadas, impõe-se a sua atualização, de vez que as mesmas permanecem inalteradas, desde 1962.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1966. — Auro Moura Andrade. — Dinarte Mariz. — Gilberto Marinho. — Barros Carvalho. — Guido Mondin. — Sebastião Archer. — Raul Giuberti.

A Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há orador inscrito para esta oportunidade.

Não havendo quem peça a palavra passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:**

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem número 38-66 (nº de origem 104-66), de 24 de março, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Leonardo Eulálio do Nascimento Silva para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo do Viet-Nam do Sul, cumulativamente com idêntica função que exerce junto ao Governo da Tailândia.

Item 2:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças, sobre a Mensagem nº 58, de 1966 (nº 105, de 1966, de origem) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Jesuino de Freitas Ramos para integrar o Conselho Deliberativo da Casa da Moeda, como representante da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Item 3:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Finanças, sobre a Mensagem nº 58, de 1966 (nº de origem 139-66) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Nilton Pereira Veloso para Conselheiro do Banco Nacional de Habitação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — As três matérias constantes da Ordem do Dia, nos termos do Regimento Interno, deverão ser discutidas e votadas em sessão secreta. Assim sendo os Senhores Funcionários deverão tomar as providências indispensáveis.

(A sessão transforma-se em secreta às 18 horas e 30 minutos, voltando a ser pública às 18 horas e 45 minutos)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esta reaberta a sessão pública.

Lembro aos Srs. Senadores que hoje, às 21,10 horas, as duas Casas do Congresso Nacional estarão reunidas a fim de apreciar veto presidencial.

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a presente sessão, designando para a próxima, ordinária, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1966, que suspende a execução do artigo 3.º da Lei Constitucional nº 13, de 23 de março de 1965, do Estado de Minas Gerais (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 288, de 1966).

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 22, de 1966, que suspende, por inconstitucionalidade a vigência dos artigos 188 e 189 do Decreto-lei nº 311, de 31 de dezembro de 1942, do Estado do Rio Grande do Sul (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão do seu Parecer nº 286-66).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 238, de 1965 (nº 2.259-C-60 na Casa de origem), que institui o Código Nacional de Trânsito, tendo Pareceres: da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (nº 1.375-65), favorável, com as emendas que oferece, sob ns. 1 a 27-CT; da Comissão de Relações Exteriores (nº 260-66), favorável, com as emendas que oferece, sob ns. 1 e 2-CRE; da Comissão de Finanças: 1º pronunciamento (número 1.376-65), favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Transportes; 2º pronunciamento (nº 261-66), oferecendo substitutivo integral; da Comissão de Constituição e Justiça, sob nº 308-66, pela constitucionalidade do substitutivo.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1965 (nº 2.518-C-65, na Casa de origem), que estende aos trabalhadores avulsos o direito a férias, tendo Pareceres (ns. 208, 209 e 210, de 1966), das Comissões: de Legislação Social, pela aprovação, nos termos da emenda que apresenta, sob nº 1-CLS (substitui-

va); de Constituição e Justiça, favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1-CLS; de Finanças, favorável à emenda nº 1-CLS (substitutiva).

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1966 (nº 2.404-B-60, na Casa de origem), que isenta do pagamento das taxas de "Melhoramentos dos Portos" e de "Renovação da Marinha Mercante", a importação de uma Bomba de Cobalto feita pela Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo, tendo Parecer favorável, sob nº 278, de 1966 da Comissão de Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1966 (nº 3.494-B-66, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 335.000.000 (trezentos e trinta e cinco milhões de cruzeiros), destinado a obras de complementação e reparos gerais em edifícios em que se encontram instalados órgãos daquele Ministério, tendo Parecer favorável, sob nº 298, de 1966, da Comissão de Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 106, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 48-A, de 1963, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e João Antônio Ferreira Souto, como outorgado comprador, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 242 e 243, de 1966, das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 13, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 170-A-64, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro a contrato de compra e venda firmado entre a Brazil Land Cattle & Packing Co. e Antônio Sahib, tendo Pareceres favoráveis (ns. 283 e 284, de 1966), das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo número 4, de 1966, originário da Câmara dos Deputados (nº 199-A-64, na Casa de origem), que aprova o contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, para aplicação da verba de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) — dotação de 1960 — destinada ao prosseguimento dos serviços de abastecimento de água nas sedes de municípios do Estado do Amazonas, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 233 e 234, de 1966, das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 160, de 1966, pelo qual a Comissão Especial de Estudo e Coordenação de Medidas Tendentess ao Controle de Preços de Exportação das Matérias Primas Minerais e Produtos Agropecuários Nacionais solicita seja convocado o Ministro das Minas e Energia para, perante a mesma Comissão, prestar esclarecimentos sobre assuntos relacionados com o contrabando de produtos minerais.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 160, itens 9 e 11 da Resolução nº 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

Solicitando férias relativas ao exercício de 1964

DP-335-66 — de Felipe Gomes, Porteiro, PL-6, a partir de 11.4.66;

DP-344-66 — de Daniel Reis de Souza, Auxiliar Legislativo, PL-10, a partir de 11.4.66;

DP-333-66 — de Aiman Guerra Nogueira, da Gama, Assessor Legislativo, PL-2, a partir de 11.4.66;

DP-520-66 — de Belmiro Fernandes, Marceneiro, PL-11, a partir de 2.5.66;

DP-401-66 — de Roberto das Neves, Guarda de Segurança, PL-9, a partir de 11.4.66;

DP-092-66 — de Elza Loureiro Gallo, Oficial Legislativo, PL-3, a partir de 2.2.66;

DP-426-66 — de Propércio Xavier da Silva, Eletricista, PL-7, a partir de 19.4.66;

DP-522-66 — de João Martins de Souza, Motorista, PL-9, a partir de 20.4.66;

DP-511-66 — de Arnaldo Gouvêa Castello Branco, Auxiliar de Portaria, PL-8, a partir de 11.4.66;

solicitando férias relativas ao exercício de 1965

DP-526-66 — de Mário Ferreira Barbosa, Motorista, PL-9, a partir de 25.4.66;

Solicitando o registro de diplomas nos assentamentos individuais

DP-259-66 — de Waldemar Araújo Oliveira, Auxiliar de Limpeza, do curso Científico, 2º Ciclo Secundário;

DP-285-66 — de José Correia Cabral, Tradutor Auxiliar, FT-2, dos cursos de Didática Geral, Didática Especial e Conteúdo da Disciplina Inglês, Secundário 1º e 2º Ciclos, Proficiency in English, Orientação Pedagógica First e Second Seminar for National Teachers os English;

DP-420-66 — de Luiz da Silva Guimarães, Motorista, PL-10, da Medalha de Serviços de Guerra;

DP-508-66 — de Waldemar André Pinna, Servente de Administração, FT-8, dos cursos de Atendente da Previdência Social e Técnico em Contabilidade;

solicitando 2ª via de carteira funcional

DP-427-66 — de Wilson Palmieri Rodrigues, Motorista, PL-9, em virtude de extravio;

DP-422-66 — de Acrísio Ferreira, Auxiliar de Limpeza, PL-11, em virtude de extravio;

solicitando concessão de horário especial por motivos escolares

DP-424-66 — de José Gervásio Torres Parente, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5;

DP-320-66 — de José Procópio Drummond, Motorista, PL-10;

DP-425-66 — de Lourival Zagonel dos Santos, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5;

Republicar:

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo ar-

tigo 160, itens 9 e 11 da Resolução nº 6, de 1960, deferiu o requerimento DP-166-66, de Jupy de Oliveira Pereira, em que solicita férias relativas ao exercício de 1965, a partir de 1-3-66;

Diretoria do Pessoal, em 20 de abril de 1966. — *Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora.*

ATOS DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 9 e 11 da Resolução nº 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

Solicitando férias

DP-267-66 — de José Gervásio Torres Parente, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, relativas ao exercício de 1965, a partir de 14.3.66;

DP-310-66 — de Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo, PL-3, relativas ao exercício de 1964, a partir de 11.4.66;

DP-304-66 — de Floriano Lacerda, Auxiliar de Portaria, PL-9, relativas ao exercício de 1964, a partir de 1 de abril de 1966;

DP-334-66 — Otto Mares, Ajudante de Portaria, FT-7, relativas ao exercício de 1965, a partir de 30.3.66;

DP-322-66 — de Altamiro Alberto Tavares, Auxiliar de Portaria, PL-10, relativas ao exercício de 1965, a partir de 1.4.66;

DP-324-66 — de Antonio Cesar Ferraz, Auxiliar de Limpeza, relativas ao exercício de 1965, a partir de 11.4.66;

DP-290-66 — de João Batista da Silva, Motorista, PL-10, relativas ao exercício de 1965, a partir de 4.4.66;

DP-289-66 — de João Francisco da Silva, Motorista, PL-8, relativas ao exercício de 1965, a partir de 4.4.66;

DP-305-66 — de João Soares da Costa, Auxiliar de Portaria PL-10, relativas ao exercício de 1965, a partir de 28.3.66;

DP-223-66 — de Manoel Corrêa Fuzo, Auxiliar de Portaria, PL-10 relativas ao exercício de 1965, a partir de 14.3.66;

DP-165-66 — de Raimundo Soares de Moraes, Ascensorista, FT-7, relativas ao exercício de 1965, a partir de 2.3.66;

DP-252-66 — de Antonio Expedito dos Reis, Bombeiro Hidráulico, FT-3, relativas ao exercício de 1965, a partir de 21.3.66;

Solicitando concessão de horário especial por motivos escolares

DP-277-66 — De Luiz Paulo Garcia Parente, Pesquisador de Orçamento, FT-3;

DP-303-66 — De Nelson Gouvêa, Auxiliar de Secretaria, Substituto, FT-5;

DP-213-66 — De Nelson Gomes dos Santos, Ajudante de Portaria, FT-7;

DP-316-66 — De Jorge Fontoura Macedo, Auxiliar de Portaria, PL-10;

Solicitando concessão de faltas por motivos escolares

DP-202-66 — De Francisco Antônio Baptista Campos, Auxiliar Legislativo, PL-10, no período de 14 a 18.2.66;

Solicitando averbação de tempo de serviço

DP-299-66 — De Sândor Perfeito, Auxiliar Legislativo, PL-9, prestado ao Exército, num total de 270 dias para todos os efeitos legais;

DP-287-66 — De Arnaldo Gomes, Auxiliar Legislativo PL-9, prestado ao

Exército, num total de 305 dias para todos efeitos legais;

DP-264-66 — De Nereu Silva Rolim, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, prestado ao Colégio Estadual Costa Vianna, num total de 1.191 dias para todos os efeitos legais, exceto o de licença especial;

DP-207-66 — De Macedônio Albantara, Motorista, PL-10, prestado ao Ministério da Marinha, num total de 344 dias para todos efeitos legais;

DP-300-66 — De João da Costa Bernardo Filho, Conservador de Homens D'Água, FT-7, prestado ao Exército, num total de 135 dias para todos os efeitos legais;

Solicitando cessação de salário-família

DP-339-66 — De Manoel de Almeida, Motorista, PL-8, em relação a sua filha Gilza de Almeida;

DP-268-66 — De Raimundo Barros da Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-11 em relação a sua esposa Almerinda Rocha do Nascimento Silva.

Diretoria do Pessoal, 22 de abril de 1966. — *Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora.*

PARECER QUE SE PUBLICA PARA ESTUDO, DE ORDEM DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 1963, que estabelece normas para o consumo de papel de imprensa pelos jornais editados no país e dá outras providências.

Relator: Sr. Gay da Fonseca.

O nobre Senador José Ermirio de Moraes apresenta a consideração do Senado Federal o projeto de lei em exame que tem como Ementa o seguinte: "Estabelece normas para o consumo de papel de imprensa pelos jornais e editados no país e dá outras providências".

Ao analisarmos detidamente o projeto, em seus artigos e parágrafos, constatando que o mesmo não se enge às normas para o consumo de papel de imprensa, mas disciplina, padroniza e limita o número de páginas das edições dos órgãos de divulgação, inserindo, até, normas punitivas pela inobservância do que no projeto se estabelece.

pretende o autor justificar sua proposição com argumentos vários que vão desde o que julga desperfício com o papel de imprensa — arvoando austeridade nos gastos de divisas, até aspectos educativos que, no seu entender, são descurados.

Junta, S. Exa., a título de glacição, exemplares da imprensa estrangeira tais como o "Sunday Times", "Il Messaggero", "Die Welt" e o "News of The World", para comprovar a possibilidade de edições reduzidas em número de páginas e tamanho padrão.

E no nosso entendimento, ao apreciar o projeto em exame, que não nos cabe indicar se pode ou não um órgão da imprensa sobreviver imprimindo uma edição com tais ou tantas páginas, nem tão pouco se em outros países isto se constata, mas sim, se a limitação através de norma legislativa, atenta ou não, contra a garantia constitucional na qual se fundamenta a liberdade de imprensa.

Antes, desejamos, também, esclarecer que os exemplos referidos pelo nobre autor do projeto, não são definitivos e convincentes, pois se tais jornais, como os que S. Exa. junta, são editados com tão poucas páginas, o são porque assim programaram seus

editores, e não porque a lei o determine. Outros órgãos da imprensa internacional, tais como o "New York Times" e o "Herald Tribune" de New York, em suas edições dominicais, se publicam com altíssimo número de páginas, o que é um exemplo em contrário.

Retornando, especificamente, à constitucionalidade do projeto, devemos desde logo tornar claro, entendemos que o mesmo contraria o disposto no art. 141, § 5º da Constituição Federal, que assim está redigido:

"Art. 141 § 5º.

É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta, e publicação de livros e periódicos não dependerá de licença ao poder público, não será porém tolerada propaganda de guerra de propositos violentos, para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe".

O referido dispositivo constitucional, ao assegurar a liberdade de pensamento, como direito e garantia individual, é restritivo quanto as limitações, isto é, só as admite nos casos ali previstos, não acolhendo, pois, outras de qualquer natureza.

O projeto ora em exame impõe limitações e cerceia o exercício deste direito. — A titularidade de um direito de nada vale, se o seu exercício se torna inexecutável, impraticável, difícil ou limitado.

A liberdade de imprensa é decorrente de um dos direitos e garantias individuais, que caracterizam, marcam e definem uma democracia pois

é a concretização e a objetivação da liberdade de consciência.

Sem a possibilidade de exteriorização do pensamento a liberdade de consciência não passaria de mera ficção jurídica.

A liberdade de imprensa é uma decorrência da própria liberdade dos Povos e Anís José Leão assim se exprime: "A liberdade de imprensa é uma forma de liberdade do pensamento que consiste no direito de externar e divulgar idéias independentemente de censura prévia. A interferência do Estado na liberdade de imprensa não encontra justificativa senão quando ultrapassa os limites de um legítimo exercício e lesa direitos alheios, sendo, porém, de notar se que o Estado não pode jamais arrogar-se a decisão do que é falso e verdadeiro, porque, como meio que é, sua missão deve restringir-se apenas à de garantir os direitos de cada cidadão. Enquanto a liberdade de imprensa se exercita sem dano a quem quer que seja somente tomando posição doutrinária em face do assunto, deve o Estado calar-se e admitir o mais livre debate das idéias. Se todos os homens, nem os um fossem de uma certa opinião e um único de opinião contrária, a humanidade não teria mais direito a impor silêncio a esse um, do que ele de a fazer calar, se tivesse esse poder".

Stafford Criffs vai ao ponto de definir democracia como sendo o sistema de governo no qual todo o cidadão adulto é igualmente livre para expressar suas opiniões e desejos sobre qualquer matéria e pela forma que melhor lhe agrade, visando influir na maioria de seus concidadãos no sentido de decidir conforme tais opiniões e ver satisfeitos seus desejos".

Ajuntando mais pronunciamentos autorizados, todos fies dentro da mes-

ma concepção de democracia, gostaríamos de referir o trabalho do Senador Afonso Ariuás intitulado "Pela Liberdade de Imprensa", no qual S. Exa. se reporta ao fato de que somente as doutrinas totalitárias, como o comunismo e o nazismo, buscaram, desde a implantação de seus governos, extinguir a liberdade de imprensa para usar esta mesma imprensa como elemento de catequese e informação planificada.

A declaração dos Direitos do homem em seu art. 19 afirma: "A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; todo o cidadão pode, por conseguinte, falar e escrever, imprimir livremente respondendo, porém pelos abusos desta liberdade nos casos previstos em lei.

Ruy Barbosa assim se exprime: "é a imprensa de todas as liberdades a mais necessária e a mais conspícua; sobranceira e reina entre as mais. Cabe-lhe, por sua natureza, a dignidade inestimável de representar todas as outras; sua importância é tão incomparável que, entre os anglo-saxônicos, os melhores conservadores e os melhores liberais do mundo, sempre tomam o governo representativo a greva de que não se pode levantar a mão contra a liberdade de imprensa sem abalar a segurança do Estado.

Exaustivo seria enumerar neste parecer, outras manifestações, pois aquelas às quais nos reportamos já suficientemente esclarecem a orientação que tem norteado as nossas normas constitucionais e legais.

Assim foi na primeira lei que regulou a matéria, o Decreto Imperial de 22 de novembro de 1823, e assim é no presente ressaltados os períodos de execução.

No direito público brasileiro tem sido guardada o princípio de ampla liberdade da imprensa, se entendendo

é claro, que liberdade não implica em impunidade, mas em responsabilidade, como bem se conclui do trabalho de Darcy Ariuás Miranda o "Abuso da liberdade de imprensa", e dos comentários de Nelson Hungria ao Código Penal que assim se concretizam: "Liberdade de Imprensa é o direito do livre manifestação do pensamento pela imprensa; mas como todo direito, tem o seu limite lógico, na fronteira dos direitos alheios..."

O que vale dizer que não deve o Estado sufocar as vozes que mais alto soam e sim criar condições para que todas as vozes possam ser ouvidas.

Não é legítima a medida legal que enfraqueça as fortes mas devem ser estimuladas aquelas que transformam os fracos em fortes

A medida que se possibilita o exercício da liberdade de imprensa sem limitações, outras que não as fixadas na Constituição e na lei mais a sociedade e a imprensa, que da mesma faz parte e a representa, se aproximam daquele roteiro apontado pelo nosso grande Ruy:

"Três âncoras deixou Deus ao homem: o amor à pátria, o amor da liberdade, o amor da verdade. Cara nos é a pátria, a liberdade mais cara, mais a verdade mais cara que tudo. Damos a vida pela Pátria. Desamamos a pátria pela liberdade. Mas pátria e liberdade renunciamos pela verdade. Porque este é o mais santo de todos os amores... Os outros são da terra e do tempo. Este vem do céu e vai à eternidade!"

Como conclusão opinamos pela rejeição do projeto por considerá-lo inconstitucional, uma vez que o art. 141, § 5º da Constituição Federal é restritivo e exaustivo ao que diz respeito às limitações à liberdade de imprensa.

Comissão Mista, para estudo e parecer sobre o projeto de Lei nº 4, de 1966 (C.N.) que "Dispõe sobre a concessão do aval do Tesouro Nacional, em operação de Crédito no Exterior".

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 22 DE ABRIL DE 1966.

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às dezesseis horas e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Domício Gondim, Engênio Barros, José Guimaráes, Guy da Fonseca, Vivaldo Lima, Wilson Gonçalves, Pedro Ludovico, Edmundo Leão, e os Senhores Deputados José Humberto, Clodomir Milhet, Pedro Zimmermann, Herbert Levy e Getúlio Moura, reuniram-se, para sua sessão de instalação, a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 4, de 1966 (CN).

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Josaphat Marinho, Bezerra Neto e os Senhores Deputados Furtado Leite, Luna Freire, Carvalho Sobrinho, Cesar Prieto, Fernando Gama e Mário Covas.

De acordo com o artigo 32, do Regimento Comum, assume a Presidência, o Senhor Senador Vivaldo Lima, que anuncia a estarem instalados os trabalhos.

A seguir, o Senhor Presidente faz ciente aos Senhores membros da Comissão presente de que, para dar cabal cum-

ATAS DAS COMISSÕES

pimento a disposições regimentais, irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente deste órgão. Levanta-se a reunião por cinco minutos para manipulação das cédulas.

Conectadas as cédulas, o Senhor Presidente reabre os trabalhos e convida para funcionar como escrutinador o Senhor Deputado Pedro Zimmermann.

Procedida a votação, contados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
Senador Vivaldo Lima 13 votos

Para Vice-Presidente:
Senador Pedro Ludovico 13 votos

Em continuação, são declarados eleitos e empossados, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Vivaldo Lima e Pedro Ludovico.

Assumindo a presidência da Comissão o Senhor Senador Vivaldo Lima, Presidente, formula agradecimentos aos Senhores componentes da Comissão pela sua eleição unânime.

Dando prosseguimento, o Senhor Presidente de conformidade com os demais membros da Comissão designa o Senhor Deputado Getúlio Moura, para funcionar como Relator da Mensagem nº 154, de 1966, do Senhor Presidente da República, que deu origem ao Projeto de Lei nº 4, de 1966.

O Senhor Presidente, continuando, determina sejam lidas as Normas Disciplinadoras dos Trabalhos da Comissão, para em seguida à discussão colocá-las em votação.

Em votação, sem restrições, são as mesmas lidas aprovadas, as quais, por determinação do Senhor Presidente, são publicadas como parte integrante da presente ata.

O Senhor Presidente, a seguir comunica aos senhores membros da Comissão de que as emendas deverão ser encaminhadas, acompanhadas de um original e três cópias, ao Secretário da Comissão no décimo primeiro andar do Edifício do Anexo do Senado Federal, nos dias 25 (vinte e cinco), 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete), 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) do corrente mês, nos horários das 8:00 às 19:00 horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer uma das salas do Congresso Nacional, como determina a Resolução nº 1, de 1964 (CN), na letra a, do seu artigo 3º. Informando, ainda, que a Secretaria da Comissão providenciará a publicação das emendas em avulsos mimeografados, para antecedente conhecimento dos Senhores Senadores e Deputados componentes da Comissão. Na oportunidade, com a concordância do Senhor Relator, o Senhor Presidente fixa o dia 9 (nove) de maio, às 16:00 horas, para apresentação do parecer, perante a Comissão.

Concluindo, o Senhor Presidente de conformidade com o art. 32, do Regimento Comum, acolhe a indicação da Diretoria das Comissões e designa para o exercício das funções de Secretário da Comissão o Auxiliar Legislativo, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Ney Passos Dantas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos da presente reunião, convocando, antes, os Se-

nhores membros da Comissão para a próxima reunião deste órgão no dia nove de maio, às dezesseis horas, quando será apreciada o parecer do Senhor Relator. E, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, o presente ata que, uma vez lida, aprovada e assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, vai à publicação.

E o seguinte o texto das Normas Disciplinadoras aprovadas:

NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será de livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previstos na letra a, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra a, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)) serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República

(letra b, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não-aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao término final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Não será admitido recurso suscitado por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão, as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra f, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 7º A discussão, será uma só sobre o Parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão. Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10 Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de dez minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11 Somente aos membros da Comissão serão permitidos a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos artigos 3º, 5º e 6º destas normas.

Art. 12 Última a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13 Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do Projeto, delibere o Plenário do Congresso Nacional.

Art. 14 A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (Re-

solução nº 1, de 1964 (CN), artigo 8º, letra k).

Art. 15 As emendas e o Parecer serão distribuídas aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do Parecer.

Art. 16 Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17 Estas normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, 22 de abril de 1966. — Senador Vivaldo Luna, Presidente. — Senador Pedro Ludovico, Vice-Presidente. — Deputado Getúlio Moura, Relator.

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 25, 26, 27, 28 e 29 de abril.

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal nos horários das 8:00 às 19:00 horas e durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso;

3 — Termino o prazo para apresentação de emendas na Comissão: Dia 29, às 24:00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando acompanhadas de um original e três cópias;

5 — Encerrado o prazo de entrega das emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do § único, do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto, para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator, perante a comissão, dar-se-á no dia 9 (nove), às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Em 22 de abril de 1966. — Senador Vivaldo Luna, Presidente.

Comissão Mista para estudo do Projeto de Lei nº 5, de 1966, C.N.) que "Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências"

1ª REUNIÃO, EM 25 DE ABRIL DE 1966

INSTALAÇÃO

As dezesseis horas do dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala da Comissão de Finanças, presentes os Senhores Senadores Antônio Carlos, Catete Pinheiro, Gay da Fonseca, Jefferson de Aguiar, Manuel Villaga, Menezes Pimentel, Wilson Gonçalves e Aarão Steinbruch e os Senhores Deputados Flávio Marcílio, Ivan Luz, Elias do Carmo, Tabosa de Almeida, Oliveira Brito e Celestino Filho, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 5, de 1966 (C.N.) — "Organiza a Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências".

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Josaphat Marinho, Bezerra Neto e Antônio Balbino e os Deputados Djalma Marinho, Tarso Dutra, Antônio Feliciano, Antônio de Andrade e Chagas Rodrigues.

De acordo com o artigo Trinta e dois do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Menezes Pimentel, que declara instalados os trabalhos, anunciando que, a fim de cumprir dispositivos regimental, irá proceder, por escrutínio secreto, a eleição do Pre-

sidente e do Vice-Presidente, designando para escrutinadores os Senhores Deputados Tabosa de Almeida e Flávio Marcílio.

Distribuídas as cédulas uninominais e colocadas na urna apropriada, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
Senador Bezerra Neto 13 votos
e 1 voto em branco
Para Vice-Presidente:
Senador Jefferson de Aguiar 12 votos
Senador Wilson Gonçalves .. 1 voto
e 1 em branco.

O Senhor Senador Menezes Pimentel declara eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Bezerra Neto e Jefferson de Aguiar, passando a presidência ao Vice-Presidente eleito, tendo em vista achar-se ausente por motivo justificado, o Senhor Presidente.

O Senhor Senador Jefferson de Aguiar agradece, em seu nome e no do Senador Bezerra Neto, a confiança manifestada pelos membros da Comissão, passa a ler o Calendário estabelecido para a Comissão, bem como as Normas Disciplinadoras dos seus trabalhos e submete sua aprovação aos demais pates, que são aprovados unanimemente.

De acordo com as Normas acima citadas, o Senhor Presidente designa para Relator da matéria o Deputado Djalma Marinho.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, a presente ata que, depois de lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes a reunião. — Menezes Pimentel — Oliveira Brito — Antônio Carlos — Gay da Fonseca — Flávio Marcílio — Catete Pinheiro — Jefferson de Aguiar — Tabosa de Almeida — Manuel Villaga — Ivan Luz — Elias do Carmo — Wilson Gonçalves — Aarão Steinbruch — Celestino Filho.

SÃO AS SEGUINTE AS NORMAS DISCIPLINADORAS DOS TRABALHOS DA COMISSÃO:

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será de livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previstos na letra a, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto (letra a, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)), serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra b, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não-aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao término final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Não será admitido recurso suscitado por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não serão apreciadas pela Comissão, as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não se-

jam pertinentes ao Projeto, isto é, não se refiram a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apoio de, pelo menos, 6 (seis) de seus integrantes, poderá apreciar a preliminar da respectiva impertinência.

Art. 6º Após a Comissão ter se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 horas ao Relator para apresentar o seu parecer, que poderá concluir por substitutivo (letra f, do artigo 8º da Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Art. 7º A discussão será uma só sobre o Parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão. Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 8º Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário.

Parágrafo único. O Presidente somente votará em caso de empate.

Art. 9º As questões de ordem serão sucintamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditas pelos membros da Comissão, exclusivamente.

§ 1º Cada questão de ordem só pode ser contraditada por um só congressista.

§ 2º Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

§ 3º As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 10 Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de dez minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator.

Art. 11 Somente aos membros da Comissão serão permitidos a apresentação de subemendas, igualmente reguladas pelos artigos 3º, 5º e 6º destas normas.

Art. 12 Última a votação, o Relator redigirá o vencido, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acaso verificadas.

Art. 13 Com o parecer da Comissão Mista, os seus trabalhos serão suspensos até que, a respeito do Projeto, delibere o Plenário do Congresso Nacional.

Art. 14 A Comissão incumbirá a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (Resolução nº 1, de 1964 (CN), artigo 8º, letra k).

Art. 15 As emendas e o Parecer serão distribuídas aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do Parecer.

Art. 16 Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 17 Estas normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Comum.

Sala das Comissões, de 22 de 1966. — Diretoria das Comissões — 11º andar do Anexo do Senado Federal.

MESA

Presidente — Moura Andrade 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 Vice-Presidente — Nogueira da 1º Suplente — Joaquim Parente
 Gama 2º Suplente — Guido Mondim
 1º Secretário — Dinarte Mariz 3º Suplente — Sebastião Archer
 2º Secretário — Gilberto Marinho 4º Suplente — Raul Guberti
 3º Secretário — Barros Carvalho

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS),
 COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA**TITULARES**

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Alzino Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
 José Ermírio

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras, às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS),
 COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA**TITULARES**

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Secretária: Maril Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-6.

Reuniões: 4ªs.-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS),
 COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles
 Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
 Filinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Benedicto Valladares
 Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
 Silvestre Péricles

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS),

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA**TITULARES**

Atílio Fontana
 Júlio Leite
 José Feliciano
 Adolpho Franco
 Melo Braga
 Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacharias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 16,30 horas

João Abrahão
 Josaphat Marinho
 José Ermírio

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA**TITULARES**

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnon de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valadares
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 horas

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaga
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atílio Fontana
 José Guilomard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Júlio Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

M D B

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA**TITULARES**

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Attilio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guimard
Jose Leite
Lopes da Costa
Eugenio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domicio Gondim.

ARENA**TITULARES**

Domicio Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

ARENA**TITULARES**

Manoel Villaga
Siegfredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domicio Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA**TITULARES**

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guimard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

B

Bezerra Neto
José Ermírio
José de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Matos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

MDB

Bezerra Neto
Lino de Matos

Edmundo Levi
Silvestre Falcões

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedito Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antônio Carlos
Jose Cândido
Padre Calazans

SUPLENTE

José Guilomard
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Mello
Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abrahão
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros

M D B

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

José Guilomard
Victorino Freire
Zacarias de Assumpção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

Attilio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaga

M D B

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Josaphat Marinha
Ruy Carneiro

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA**TITULARES**

Vasconcelos Torres
Victorino Freire
Mello Braga
Arnon de Mello
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga

M D B

Adalberto Sena
Nelson Maculan

Aurélio Vianna
Lino de Matos

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA**TITULARES**

José Leite
Arnon de Mello
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Eugênio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guilomard

M D B

João Abrahão
Ruy Carneiro

Arthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guilomard

ARENA**TITULARES**

José Guilomard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa

SUPLENTE

Filinto Müller
Zacarias de Assumpção
Lobão da Silveira

M D B

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretária: Neuza Joanna Orlando Veríssimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.